



OI S.A.
CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43
NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA OI S.A. ("COMPANHIA") CONVOCA OS ACIONISTAS A SE REUNIREM EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE NO DIA 28 DE ABRIL DE 2016, ÀS 11H, NA SEDE SOCIAL DA COMPANHIA, À RUA DO LAVRADIO, 71, CENTRO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, RJ, A FIM DE DELIBERAREM SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA:

- 1) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVOS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, ACOMPANHADOS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO PARECER DO CONSELHO FISCAL;
- 2) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR A PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015;
- 3) FIXAR A VERBA GLOBAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA;
- 4) ELEGER MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM COMPLEMENTAÇÃO DE MANDATO, PARA VAGAS PREENCHIDAS NA FORMA PREVISTA NO ARTIGO 150 DA LEI Nº 6.404/76; E
- 5) ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E RESPECTIVOS SUPLENTE.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA ÀS MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA ESTÁ À DISPOSIÇÃO NA SEDE DA COMPANHIA, NA PÁGINA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA (WWW.OI.COM.BR/RI), ASSIM COMO NO SITE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (WWW.CVM.GOV.BR), NA FORMA DA INSTRUÇÃO CVM 481/09, PARA EXAME PELOS SENHORES ACIONISTAS.

2. SOLICITA-SE AO ACIONISTA QUE DESEJAR PARTICIPAR PESSOALMENTE DA ASSEMBLEIA OU SER REPRESENTADO POR PROCURADOR PROCEDER AO DEPÓSITO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS, NA RUA HUMBERTO DE CAMPOS N.º 425, 5º ANDAR, LEBLON, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, DAS 9H ÀS 12H E DAS 14H ÀS 18H, NO PRAZO DE ATÉ 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS ANTERIORES À REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA, AOS CUIDADOS DA GERÊNCIA SOCIETÁRIO E M&A: (I) QUANDO PESSOA JURÍDICA: CÓPIAS AUTENTICADAS DO INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO OU ESTATUTO SOCIAL OU

CONTRATO SOCIAL, ATA DE ELEIÇÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (QUANDO HOUVER) E ATA DE ELEIÇÃO DE DIRETORIA QUE CONTENHAM A ELEIÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) PRESENTE(S) À ASSEMBLEIA; (II) QUANDO PESSOA FÍSICA: CÓPIAS AUTENTICADAS DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E CPF DO ACIONISTA; E (III) QUANDO FUNDO DE INVESTIMENTO: CÓPIAS AUTENTICADAS DO REGULAMENTO DO FUNDO E ESTATUTO SOCIAL OU CONTRATO SOCIAL DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, BEM COMO ATA DE ELEIÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) PRESENTE(S) À ASSEMBLEIA. ALÉM DOS DOCUMENTOS INDICADOS EM (I), (II) E (III), CONFORME O CASO, QUANDO O ACIONISTA FOR REPRESENTADO POR PROCURADOR, DEVERÁ ENCAMINHAR JUNTAMENTE COM TAIS DOCUMENTOS O RESPECTIVO MANDATO, COM PODERES ESPECIAIS E FIRMA RECONHECIDA, BEM COMO AS CÓPIAS AUTENTICADAS DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E ATA DE ELEIÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) QUE ASSINOU(ARAM) O MANDATO QUE COMPROVEM OS PODERES DE REPRESENTAÇÃO, ALÉM DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E CPF DO PROCURADOR PRESENTE. A MEDIDA DESTINA-SE CONFERIR CELERIDADE AO PROCESSO DE CADASTRAMENTO DOS ACIONISTAS PRESENTES À ASSEMBLEIA.

3. O ACIONISTA PARTICIPANTE DE CUSTÓDIA FUNGÍVEL DE AÇÕES NOMINATIVAS DAS BOLSAS DE VALORES QUE DESEJAR PARTICIPAR DESTA ASSEMBLEIA DEVERÁ APRESENTAR EXTRATO EMITIDO COM DATA DE ATÉ 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS ANTERIORES À SUA REALIZAÇÃO, CONTENDO A RESPECTIVA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA, FORNECIDA PELO ÓRGÃO CUSTODIANTE.

RIO DE JANEIRO, 29 DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2016



oi

ÍNDICE

1. Mensagem da administração	03

2. Convite	04

3. A AGO	05

4. Procedimentos, orientações e prazos para participação nas Assembleias	
4.1. Acionista Pessoa Física	07
4.2. Acionista Pessoa Jurídica	08
4.3. Acionista Fundo de Investimento	08
4.4. Detentores de ADRs	09

5. Edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 28/04/2016	10

6. Textos Explicativos das matérias a serem deliberadas na AGO	12

7. Documentos e links relacionados	13

8. Anexo - Instrumento de procuração	14

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com muito prazer que convidamos V Sas. a participar da próxima Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia” ou “AGO”) da Oi S.A (“Oi” ou “Companhia”), convocada para o dia 28 de abril de 2016, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Rua do Lavradio, nº 71, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

Em linha com os compromissos assumidos com o mercado, demos importantes passos para a adoção de elevados padrões de governança corporativa, antecipando diversos direitos a que os acionistas da Oi fariam jus quando da migração das ações da Oi ao Novo Mercado, implementando a conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias e assegurando a dispersão do direito de voto, sem um acionista controlador definido.

Aproveitamos para agradecer a confiança depositada na Oi e em seus Administradores, reafirmando o nosso propósito de continuar atuando de forma a cumprir os princípios da transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa/sustentabilidade e da ética.

A elaboração do presente Manual se insere na política da Companhia de melhoria contínua de suas práticas de governança e da qualidade das informações prestadas aos nossos Acionistas.

Ele se propõe a prestar, de forma clara e precisa, esclarecimentos e orientações a V.Sa. para a participação na AGO, contribuindo para que seu direito de voto possa ser plenamente exercido.

Esse manual deve ser lido em conjunto com a Proposta da Administração da Companhia, que se encontra disponível na Sede da Companhia e nos websites da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e da Companhia (www.oi.com.br/ri).

Contamos com a sua presença, no melhor interesse da Companhia. Seu voto é muito importante para a Oi.

Cordialmente,

Bayard De Paoli Gontijo
Diretor Presidente

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

2. CONVITE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA OI S.A.

DATA

28 de abril de 2016

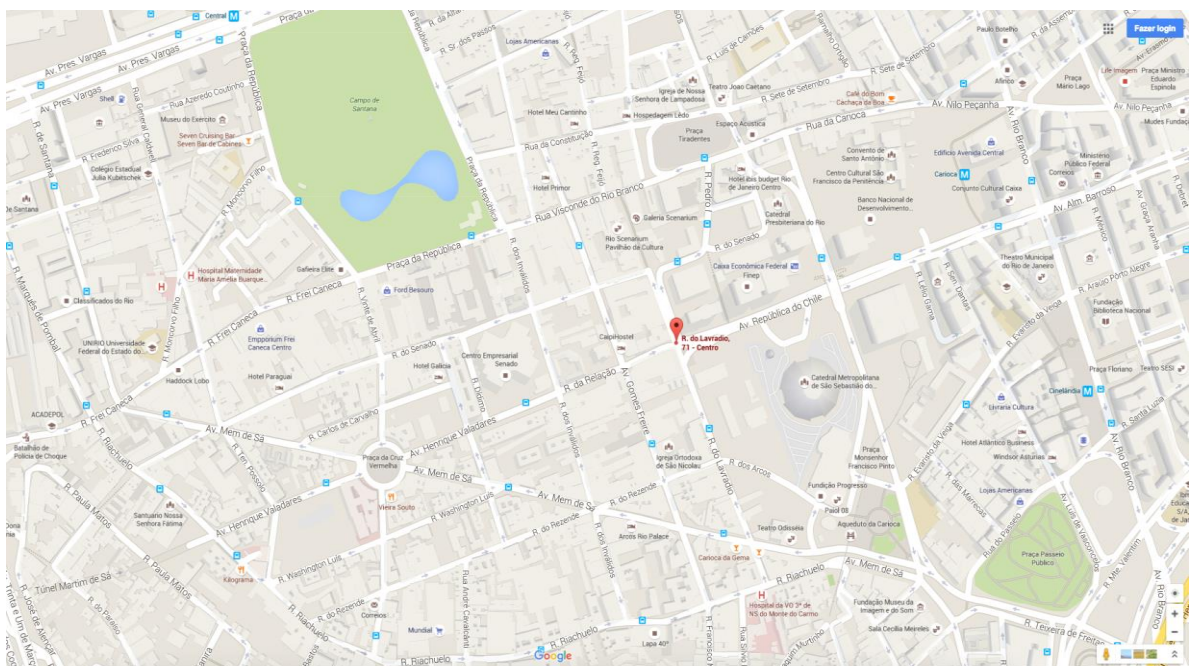
HORÁRIO

11h

LOCAL

Rua do Lavradio, 71
Centro - 20230-070
Rio de Janeiro - RJ

COMO CHEGAR



3. A AGO

A administração da Companhia convida os Acionistas da Oi a se reunirem na Assembleia para deliberarem sobre as seguintes matérias:

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
- (ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (iii) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (iv) Eleger membros para compor o Conselho de Administração em complementação de mandato, para vagas preenchidas na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76; e
- (v) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

Antes de ser instalada a Assembleia, os Acionistas assinarão o Livro de Presença.

Para que a Assembleia seja instalada em primeira convocação será necessária a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, na forma do artigo 125 da Lei 6.404/1976. Caso não haja quórum suficiente para a instalação, a Companhia irá, posteriormente, anunciar uma nova data para a realização da mesma, em segunda convocação.

Verificado o quórum, a AGO será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento do Presidente, será instalada por qualquer Conselheiro presente, escolhido pela Assembleia. Na hipótese de ausência e/ou impedimento de quaisquer dos Conselheiros, observada a mecânica acima, competirá à Assembleia eleger o presidente da mesa e a este o respectivo secretário.

Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia, observada a limitação ao direito de voto prevista no art. 72 do Estatuto Social. O referido artigo estabelece que qualquer acionista ou grupo de acionistas representando um mesmo interesse ou vinculados por acordo de voto que detenham ou venha a deter a qualquer tempo, individualmente ou em conjunto, participação superior a 15% da quantidade de ações em que se dividir o capital social com direito a voto terão o seu direito de voto limitado a 15% da quantidade de ações com direito a voto.

As deliberações da AGO serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando nem os votos em branco e nem os votos que excederem o limite ao direito de voto de que trata o parágrafo acima.

A proposta do item (i) acima tem o intuito de apresentar aos Acionistas uma visão geral dos resultados no exercício social de 2015. As contas dos administradores são instrumentalizadas por meio do Relatório da Administração e das demonstrações financeiras que (i) foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Oi em 23 de março de 2016; e (ii) obtiveram opinião favorável do Conselho Fiscal. As demonstrações financeiras foram auditadas e obtiveram parecer com ressalva dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, sobre o não registro da mais valia sobre os ativos incorporados da Telemar Participações S.A. (TmarPart”), antiga controladora da Companhia, bem como sobre a redução ao valor recuperável (“impairment”) dos referidos ativos de mais valias não incorporados.

Os documentos a serem submetidos à aprovação dos acionistas foram publicados nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no dia 29 de março de 2016, e encontram-se disponíveis na sede da Companhia, na CVM e na BM&F Bovespa, bem como no site da Oi (www.oi.com.br/ri).

O Conselho de Administração da Oi recomenda aos seus acionistas que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração, a fim de deliberarem acerca das demonstrações financeiras da Companhia e, caso concordem, aprovem as referidas contas e demonstrações financeiras.

O item (ii) acima consiste em determinar a destinação do resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2015.

Já o item (iii) visa estipular um valor global de remuneração para os membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades Anônimas.

O item (iv) tem o intuito de eleger para o Conselho de Administração da Companhia, em complementação de mandato, os membros eleitos pelo Conselho de Administração, conforme artigo 150 da Lei das Sociedades Anônimas.

Por fim, o item (v) visa à eleição de membros efetivos e suplentes para o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2017, de acordo com o artigo 132, III, da Lei das Sociedades Anônimas.

A composição da chapa de eleição dos membros do Conselho Fiscal proposta pelo Conselho de Administração encontra-se à disposição dos acionistas na Companhia, na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e no site da Companhia www.oi.com.br/ri, assim como a declaração prevista no §1º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia, atendendo ao disposto no Artigo 10 da Instrução CVM 481.

Pede-se que o acionista que deseje indicar uma chapa alternativa para o Conselho Fiscal informe a Oi a este respeito, por escrito, antes da AGO, observando o disposto nos §2º e §3º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia e apresentando as informações relativas aos candidatos constantes nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, bem como o nome e a qualificação de cada um e, ainda, termo firmado por cada candidato atestando sua aceitação a concorrer ao cargo. A Oi dará a estes candidatos a mesma transparência conferida aos candidatos indicados pela administração.

Na eleição de membros para o Conselho Fiscal serão, também, observado o disposto no §4º do Art. 161 da Lei 6.404/76:

- a) os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto;
- b) ressalvado o disposto na alínea anterior, os demais acionistas com direito a voto poderão eleger os membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos da alínea a, mais um.

4. PROCEDIMENTOS, ORIENTAÇÕES E PRAZOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Os acionistas da Oi poderão participar da Assembleia pessoalmente ou por procuradores devidamente constituídos, observados os termos do §1º do artigo 126 da Lei 6.404/76.

Pede-se aos acionistas a gentileza de chegarem com antecedência à Assembleia, de forma que possam ser conferidos os documentos necessários à sua participação.

Em caso de qualquer dúvida a respeito dos procedimentos e prazos descritos abaixo, solicitamos que entrem em contato com o Departamento de Relações com Investidores, e-mail invest@oi.net.br.

4.1. Acionista Pessoa Física

Solicitamos aos Acionistas Pessoas Físicas que desejarem participar pessoalmente da Assembleia que apresentem à Companhia, na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, **aos cuidados da Gerência Societário e M&A**, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data designada no Edital de Convocação para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 26 de abril de 2016, os seguintes documentos: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista.

Caso o acionista pessoa física deseje ser representado na Assembleia por procurador, deverá encaminhar, juntamente com as cópias autenticadas do documento de identidade e CPF, o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do procurador presente à Assembleia, que deverá comparecer à mesma munido de tais documentos. A fim de auxiliar os acionistas, no item 8 deste Manual encontram-se modelos de procuração que poderão ser utilizados. Os acionistas poderão, certamente, utilizar outras procurações que não as sugeridas neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei 6.404/1976 e no Código Civil Brasileiro.

Relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, solicitamos também o extrato contendo a respectiva participação acionária, expedido nos últimos 02 (dois) dias.

Os Acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os Acionistas brasileiros, ressalvado o aspecto de que os documentos, antes do seu encaminhamento à Companhia, devem ser notariados por Tabelião Público devidamente habilitado para este fim e consularizados em consulado brasileiro e traduzido para o português por tradutor juramentado.

Ressaltamos que o envio prévio da mencionada documentação tem como objetivo proporcionar maior agilidade no cadastramento dos acionistas e maior agilidade aos trabalhos de preparação das Assembleias.

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

4.2. Acionista Pessoa Jurídica

Solicitamos aos Acionistas Pessoas Jurídicas que desejarem participar da Assembleia que apresentem à Companhia, na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, aos cuidados da Gerência Societário e M&A, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data designada no Edital de Convocação para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 26 de abril de 2016, os seguintes documentos: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, conforme o caso, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.

Caso o acionista pessoa jurídica deseje ser representado por procurador, deverá encaminhar, juntamente com os documentos indicados no parágrafo acima, o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A fim de auxiliar os acionistas, neste Manual encontram-se modelos de procuração que poderão ser utilizados. Os acionistas poderão, certamente, utilizar outras procurações que não as sugeridas neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei 6.404/1976 e no Código Civil Brasileiro.

Relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, solicitamos também o extrato contendo a respectiva participação acionária, expedido nos últimos 02 (dois) dias.

Os Acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os Acionistas brasileiros, ressalvado o aspecto de que os documentos societários, antes do seu encaminhamento à Companhia, devem ser notariados por Tabelião Público devidamente habilitado para este fim e consularizados em consulado brasileiro e traduzido para o português por tradutor juramentado.

Ressaltamos que o envio prévio da mencionada documentação tem como objetivo proporcionar maior agilidade no cadastramento dos acionistas e maior agilidade aos trabalhos de preparação da Assembleia.

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

4.3. Acionista Fundo de Investimento

Solicitamos aos Acionistas Fundos de Investimento que desejarem participar da Assembleia que apresentem à Companhia, na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, aos cuidados da Gerência Societário e M&A, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data designada no Edital de Convocação para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 26 de abril de 2016, os seguintes documentos: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.

Caso o Acionista Fundo de Investimento deseje ser representado por procurador, deverá encaminhar, juntamente com os documentos indicados no parágrafo acima, o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.

Relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, solicitamos também o extrato contendo a respectiva participação acionária, expedido nos últimos 02 (dois) dias.

Os Acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os Acionistas brasileiros, ressalvado o aspecto de que os documentos societários, antes do seu encaminhamento à Companhia, devem ser notariados por Tabelião Público devidamente habilitado para este fim e consularizados em consulado brasileiro e traduzido para o português por tradutor juramentado.

Ressaltamos que o envio prévio da mencionada documentação tem como objetivo proporcionar maior agilidade no cadastramento dos acionistas e maior agilidade aos trabalhos de preparação das Assembleias.

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

4.4. Detentores de ADRs

No caso de detentores de ADRs, a instituição financeira depositária dos American Depositary Receipts (ADRs), nos Estados Unidos, é o Bank of New York, o qual enviará as proxies aos titulares dos ADRs para que estes exerçam seu direito de voto, e será representado nas Assembleias da Companhia, nos termos do Deposit Agreement firmado com a Companhia, por meio de seu representante no Brasil, o Banco Itaú Unibanco.

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 28/04/2016

O Edital de Convocação da AGO será publicado nos jornais Valor Econômico, nas edições de 29, 30 e 31 de março de 2016, e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas edições de 29, 30 e 31 de março de 2016.

Oi S.A.
CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43
NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da **Oi S.A.** (“Companhia”) convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2016, às 11h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio, 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
- 2) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- 3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- 4) Eleger membros para compor o Conselho de Administração em complementação de mandato, para vagas preenchidas na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76; e
- 5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação relativa às matérias da Ordem do Dia está à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na forma da Instrução CVM 481/09, para exame pelos senhores Acionistas.

2. Solicita-se ao acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, **aos cuidados da Gerência Societário e M&A**: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto

Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia.

3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

6. TEXTOS EXPLICATIVOS DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGO

Todos os documentos relativos à Ordem do Dia estão à disposição dos acionistas na sede social da Oi, na sua página na internet (www.oi.com.br/ri), e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), BM&F Bovespa.

Para ajudá-lo a tomar uma decisão sobre as matérias elencadas no Edital de Convocação da AGO recomendamos a leitura atenta da Proposta da Administração, arquivada no sistema Empresas.net da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri).

Eventuais dúvidas ou esclarecimentos sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia da Assembleia poderão ser dirimidos ou obtidos, conforme o caso, por meio de contato com a Diretoria de Relações com Investidores, pelo e-mail invest@oi.net.br.

7. DOCUMENTOS E LINKS RELACIONADOS

- www.oi.com.br/ri - informações sobre a Companhia
- www.bmfbovespa.com.br – informações diversas sobre empresas listadas
- www.cvm.gov.br – Legislação brasileira sobre as Sociedades por Ações

8. ANEXO - Instrumento de Procuração

PROCURAÇÃO

POWER OF ATTORNEY

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu Procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na cidade de [], estado de [], na Rua [], [número], (“Outorgado”) para representar a Outorgante, na qualidade de Acionista da Oi S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em primeira convocação no dia 28 de abril de 2016, às 11h, na Sede social da Companhia localizada na Rua do Lavradio, nº 71, Centro, Rio de Janeiro, RJ, (“Assembleia”), e se necessário em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, na Sede social da Companhia, aos quais outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo:

Ordem do Dia:

(1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;

A favor () Contra () Abstenção ()

(2) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;

A favor () Contra () Abstenção ()

(3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;

A favor () Contra () Abstenção ()

(4) Eleger membros para compor o Conselho de Administração em complementação de mandato, para vagas preenchidas na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76; e

A favor () Contra () Abstenção ()

(5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

A favor () Contra () Abstenção ()

[SHAREHOLDER], [IDENTIFICATION] (“Grantor”), hereby appoints and constitutes Mr. [NAME], [CITIZENSHIP], [MARITAL STATUS], [PROFESSION], with identity Car N. [], registered in the individual Taxpayer Register (CPF/MF) under N. [], resident and domiciled in the City of [], State of [], at [ADDRESS], (“Grantee”) to represent Grantor, in its capacity as shareholder of Oi S.A., (“Company”), in the Company’s Ordinary Shareholders’ Meeting to be held on first call on April 28st, 2016, at 11 p.m., at the Company’s headquarters located at Rua do Lavradio, nº 71, Centro, Rio de Janeiro, RJ, (respectively “Meeting” or “Shareholders’s Meeting”), and, if necessary, on second call, on a date to be timely informed, at the Company’s headquarters, to whom powers are hereby granted to attend to the Shareholders’ Meeting and vote on behalf of Grantor, jointly or individually, irrespective of the order of nomination, in accordance with the voting instructions established below:

Agenda:

(1) To examine the Managements statements, examine, discuss and vote the Management report and the financial statements for the fiscal year ended on December 31, 2015; as well as the independent auditors’ report and the opinion of the Statutory Audit Committee;

Approve () Disapprove () Abstention ()

(2) Examine, discuss and vote the Managements proposal for the results of fiscal year ended on December 31, 2015.

Approve () Disapprove () Abstention ()

(3) Establish the global amount of compensation of the Managements and of the members of the Statutory Audit Committee of the Company;

Approve () Disapprove () Abstention ()

(4) Elect members to the Board of Directors to complement the mandate, for vacancies filled in the manner provide in article 150 of Law number 6.404/76; and

Approve () Disapprove () Abstention ()

(5) To elect the members of the Statutory Audit Committee and their alternates.

Approve () Disapprove () Abstention ()

[Cidade], [dia] de [mês] de [ano] / [Month], [date] [year]

Outorgante / Grantor

Por / By: (assinatura autenticada / notarized signature)

Cargo / Title



Oi S.A.
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43
NIRE 3330029520-8
Companhia Aberta

Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28/04/2016, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Senhores Acionistas,

A administração da Oi S.A. ("Companhia") vem apresentar aos seus Acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/04/2016:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015, e, após atenta consideração, aprovem os referidos documentos, que foram publicados em 29/03/2016 no jornal Valor Econômico e estão disponíveis para consulta no site da Companhia e no site da CVM, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, juntamente com o parecer dos auditores independentes, o formulário das demonstrações financeiras padronizadas – DFP – e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de prejuízo no exercício encerrado em 31/12/2015 e aprovado o registro do prejuízo na conta de prejuízos acumulados.

(iii) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia

A administração da Companhia propõe que seja aprovada a seguinte proposta de valor global anual de Remuneração para a Administração e Conselho Fiscal: (i) para o Conselho de Administração, o valor de até R\$ 9.156.996,00 (nove milhões, cento e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e seis reais); (ii) para a Diretoria, o valor de até R\$ 29.407.144 (vinte e nove milhões, quatrocentos e sete mil, cento e quarenta e quatro reais) e (iii) para o Conselho Fiscal, o valor de até R\$1.024.392,00 (um milhão, vinte e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais).

(iv) Eleger membros para compor o Conselho de Administração em complementação de mandato, para vagas preenchidas na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76

Nos termos do art. 31, § único, do Estatuto Social da Companhia e do art. 150 da Lei das S.A., o Conselho de Administração da Companhia, em razão da vacância de cargos do Conselho de Administração, aprovou as seguintes nomeações: (i) em reunião realizada em 18/09/2015, do Sr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso como membro suplente do Sr. Francisco Ravara Cary e do Sr. João Manuel Pisco de Castro como membro suplente do Sr. Luís Maria Viana Palha da Silva; e (ii) em reunião realizada em 17/02/2016, do Sr. João Manuel Pisco de Castro como membro efetivo para a vaga que era ocupada pelo Sr. Francisco Ravara Cary; do Sr. Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres como suplente do Sr. João Manuel Pisco de Castro; e da Sra. Maria do Rosário Amado Pinto Correia como membro suplente do Sr. Luís Maria Viana Palha da Silva.

Dessa forma, a administração da Companhia propõe que sejam eleitos pelos acionistas em Assembleia, em complementação do mandato em curso, ou seja, até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os seguintes membros eleitos pelo Conselho de Administração na forma do art. 31, § único, do Estatuto Social da Companhia e do art. 150 da Lei das S.A.: (1) o Sr. João Manuel Pisco de Castro como membro efetivo, o Sr. Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres como respectivo suplente; e a Sra. Maria do Rosário Amado Pinto Correia para o cargo de membro suplente do Sr. Luís Maria Viana Palha da Silva.

Uma vez aprovada a eleição proposta, o Conselho de Administração da Companhia continuará a contar com a seguinte composição:

EFETIVOS	SUPLENTES
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	Fernando Marques dos Santos
Sérgio Franklin Quintella	Rubens Mário Alberto Waschlz
Luiz Antonio do Souto Gonçalves	Joaquim Dias de Castro

Ricardo Malavazi Martins	(VAGO)
Thomas Cornelius Azevedo Reichenheim	Sergio Bernstein
Rafael Luís Mora Funes	João do Passo Vicente Ribeiro
João Manuel Pisco de Castro	Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres
Luís Maria Viana Palha da Silva	Maria do Rosário Amado Pinto Correia
André Cardoso de Menezes Navarro	Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos
Robin Bienenstock	Marcos Grodetzky
Martin <u>Pieters</u>	Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão

As informações relativas à experiência profissional dos candidatos estão disponíveis no **Anexo IV** à presente Proposta, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

(v) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes

A administração da Companhia propõe que sejam eleitos, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2017, os seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cujos currículos estão disponíveis no **Anexo IV** à presente Proposta, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 481/09:

EFETIVOS	SUPLENTES
Allan Kardec de Melo Ferreira	Piero Carbone
José Cláudio Rego Aranha	Alvaro Bandeira
Pedro Wagner Pereira Coelho	William da Cruz Leal

Pede-se que o acionista que deseje indicar uma chapa alternativa para o Conselho Fiscal informe a OI a este respeito, por escrito, antes da AGO, observando o disposto nos §2º e §3º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia e apresentando as informações relativas aos candidatos constantes nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, bem como o nome e a qualificação de cada um e, ainda, termo firmado por cada candidato atestando sua aceitação a concorrer ao cargo. A OI dará a estes candidatos a mesma transparência conferida aos candidatos indicados pela administração.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

Conselho de Administração

ANEXO I
(Edital de Convocação)

Edital de Convocação	6
----------------------------	---

ANEXO II
(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Comentários dos diretores sobre as condições financeiras/patrimoniais	8
Resultado operacional e financeiro.....	54
Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras	61
Mudanças nas práticas contábeis, ressalvas e ênfases	64
Políticas contábeis críticas	67
Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia	71
Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	72
Plano de negócios	73
Outros Fatores Relevantes.....	88

ANEXO III
(PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)

Proposta para Destinação do Lucro Líquido, nos Termos do anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09	90
---	----

ANEXO IV
(ITEM 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Indicar em forma de tabela as informações do item 12.5 do Formulário de Referência	94
Percentual de participação nas reuniões (membros do conselho de administração e fiscal)	100
Informações do item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, auditoria, risco financeiro e remuneração	101
Percentual de participação nas reuniões (membros dos comitês)	101

Relação Familiar	101
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	101

ANEXO V

(Item 13.1 a 13.16 do Formulário de Referência)

Política e pratica de remuneração	103
Remuneração total por órgão	112
Remuneração variável	115
Plano de remuneração baseado em ações	119
Remuneração baseada em ações	123
Opções em aberto	128
Opções exercidas e ações entregues	128
Precificação das ações/opções	128
Quantidade de ações detidas por membros da administração e conselho fiscal	128
Plano de Previdência.....	130
Remuneração máxima, mínima e média	130
Mecanismos remuneração/indenização (Remuneração com base em contratos)	130
Percentual partes relacionadas na remuneração	131
Remuneração – outras funções	131
Remuneração reconhecida – controlador	131
Outras informações Relevantes	132

ANEXO I

Oi S.A.

CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43

NIRE 33 3 0029520-8

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da **Oi S.A.** ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2016, às 11h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
- 2) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- 3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- 4) Eleger membros para compor o Conselho de Administração em complementação de mandato, para vagas preenchidas na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76; e
- 5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação relativa às matérias da Ordem do Dia está à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na forma da Instrução CVM 481/09, para exame pelos senhores Acionistas.

2. Solicita-se ao acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, **aos cuidados da Gerência Societário e M&A**: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia.

3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO II
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)

10.1. Comentários dos diretores sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para oferecer um leque de produtos de comunicações integrado que inclui telefonia fixa, móvel, transmissão de dados (inclusive banda larga), serviços de internet e ISP, TV paga, e outros serviços, para clientes residenciais, empresas de pequeno, médio e grande porte, e órgãos governamentais.

A Companhia acredita que seu atual capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

Face ao atual cenário econômico dos mercados onde a Companhia atua e considerando o perfil das suas responsabilidades de médio e longo prazo a Companhia anunciou em 9 de março de 2016, a contratação da PJT Partners como assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

A liquidez geral da Companhia, medida pela soma dos ativos circulantes e não circulantes menos a soma do passivo circulante e do não circulante era de 14.406 milhões em 31 de dezembro de 2015; 19.311 milhões em 31 de dezembro de 2014 e 11.524 milhões em 31 de dezembro de 2013.

b) estrutura de capital

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de (i) R\$21.438,4 milhões, representado por 668.033.661 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2015, (ii) R\$21.438,2 milhões, representado por 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2014, e (iii) R\$7.471,2 milhões, representado por 59.900.863 ações ordinárias e 119.807.776 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2013.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 30 de abril de 2014 e 5 de maio de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$13.960 milhões (sendo R\$8.250 milhões em espécie e R\$5.710 milhões através de ativos da PT Portugal), mediante a emissão e subscrição de 226.254.457 ações ordinárias e 452.508.914 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 18 de novembro de 2014, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE na forma de ADSs também foram objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuarão sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

Como resultado do grupamento, as 2.861.553.190 ações ordinárias e 5.723.166.910 ações preferenciais passaram a representar 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, respectivamente.

No dia 8 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, aprovou a efetiva conversão das ações preferenciais objeto das manifestações de conversão na BM&FBOVESPA e no Banco do Brasil e aceitou as solicitações de conversão apresentadas por titulares de ADSs Preferenciais.

Como resultado da conversão voluntária, o capital social da companhia passou a ser representado por 668.033.661 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais.

Em regra, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior.

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros era a seguinte: em 31 de dezembro de 2015, 15% de capital próprio e 85% de capital de terceiros; em 31 de dezembro de 2014, 19% de capital próprio e 81% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2013, 16% de capital próprio e 84% de capital de terceiros.

Não há previsão estatutária para o resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas, podendo este, portanto, ocorrer nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia emite valores mobiliários no mercado local e internacional para refinar a sua dívida de curto prazo, em condições de normalidade com seus negócios.

As principais necessidades de caixa da Companhia são de:

- capital de giro;
- pagamento das dívidas da Companhia;

- investimentos de capital com investimentos em operações, expansão das redes da Companhia e melhoria das habilidades e capacidade técnica das redes da Companhia;
- dividendos de nossas ações, inclusive na forma de juros sobre capital próprio.

As operações da Companhia dos segmentos residencial, mobilidade pessoal e empresarial / corporativo representam uma fonte de grande geração de caixa para a Companhia, permitindo a gestão confortável de seus compromissos financeiros. Ainda, a Companhia espera que os investimentos realizados durante os últimos anos, acrescidos dos investimentos que eventualmente venham a ser realizados futuramente, permitirão aumentar a sua geração de caixa, fortalecendo gradualmente as suas métricas de fluxo de caixa e de crédito e melhorando a sua capacidade de honrar compromissos. Além disso, caso entenda ser necessário contrair empréstimos para honrar seus compromissos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

A Companhia anunciou em 9 de março de 2016 a contratação da PJT Partners como assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo a Companhia o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita permitirão continuar a levar avanços tecnológicos para seus clientes em todo o Brasil.

A Companhia também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela gestão.

As projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados.

Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes primárias de liquidez da Companhia tem sido tradicionalmente as seguintes:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazo; e
- venda de títulos de dívida nos mercados de capital nacional e internacional.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de operações continuadas. O fluxo de caixa utilizados atividades operacionais relacionadas as operações continuadas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$1.537 milhões e o fluxo de caixa gerado em 2014 foi de R\$3.652 milhões e o fluxo de caixa gerado em 2103 foi de R\$7.035 milhões.

Adicionalmente, a Companhia geralmente busca financiar seus investimentos em propriedades, plantas e equipamentos por meio da utilização de empréstimos bancários, financiamento de fornecedores, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, que possibilitem um fluxo de investimentos que garanta seu crescimento de longo prazo e uma maior geração de valor para seus acionistas.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar para eventuais coberturas de deficiências de liquidez são as mesmas mencionadas no item "d", ou seja:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazo; e
- venda de títulos de dívida nos mercados de capital nacional e internacional.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia se utiliza de captações no mercado de capitais, empréstimos bilaterais e linhas de crédito junto ao BNDES e Agências de Crédito à Exportação para financiar seu plano de investimentos, refinanciamento de dívida e capital de giro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$7.219 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$11.330 milhões e R\$3.705 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$2.665 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$5.054 milhões e R\$2.590 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$3.435 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$3.568 milhões e R\$2.231 milhões, respectivamente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014, e 2013 a dívida consolidada da Companhia era de R\$54.981 milhões, R\$33.294 milhões, e R\$34.347 milhões, respectivamente. O nível do endividamento da Companhia eleva as despesas financeiras significativamente, refletindo-se na demonstração de resultados. Despesas financeiras consistem principalmente em juros sobre

empréstimos e outros passivos, variações monetárias e cambiais, impostos sobre operações financeiras entre outras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$11.455 milhões, das quais R\$4.056 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$5.891 milhões, das quais R\$2.933 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$4.650 milhões, das quais R\$2.452 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar.

Em 31 de dezembro de 2015 o montante total da dívida (conforme definido pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2016, para o item "3.7" do Formulário de Referência) era de R\$82.602 milhões (R\$83.478 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$58.571 milhões em 31 de dezembro de 2013) e o índice de endividamento (passivo circulante somado ao passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido do acionista controlador) era de 4,98 (4,69 em 31 de dezembro de 2014 e 5,08 em 31 de dezembro de 2013).

As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros predominantes no mercado brasileiro e internacional e avaliações de risco da Companhia, do setor em que a Companhia atua e da economia brasileira, feitas por credores em potencial, compradores em potencial dos títulos de dívida de emissão da Companhia e pelas agências de rating que avaliam a Companhia e os títulos de dívida por ela emitidos.

A Standard & Poor's, Moody's e Fitch mantêm ratings da Companhia e dos títulos de dívida por ela emitidos. Qualquer downgrade no rating poderia gerar um aumento de juros e outras despesas financeiras para os empréstimos contraídos pela Companhia e títulos de dívida por ela emitidos, e poderia afetar negativamente sua capacidade de obter financiamentos em condições satisfatórias ou pelos valores requeridos por nós.

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

Empréstimos e Financiamentos por Natureza

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro			TIR % (31 de dezembro de 2015)	Vencimentos
	2015	2014	2013		
"Senior Notes"	38.670	12.738	11.730		
Moeda nacional	1.091	1.137	1.137	11,62	Dez/2015 a Set/2016
Moeda estrangeira	37.579	11.601	10.594	15,24	Dez/2015 a Fev/2022
Instituições financeiras	17.541	15.779	15.239		
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2.416	4.504	3.192	12,08	Dez/2015 a Jan/2028
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.398	1.497	1.428	14,10	Dez/2015 a Ago/2022
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	10.987	9.778	10.619	12,28	Dez/2015 a Dez/2033
Linha de crédito rotativo	2.740	-	-		Dez/2015 a Out/2016
Debêntures públicas	4.145	7.807	9.414	11,82	Dez/2015 a Jul/2021
Subtotal	60.356	36.324	36.384		

Custo de captação incorrido	(498)	(474)	(530)
Total	59.858	35.850	35.854
Circulante	11.810	4.464	4.159
Não circulante	48.048	31.386	31.695

Composição da Dívida por Moeda

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
EURO	24.222	2.413	2.408
Dólar Norte-Americano	22.714	12.368	12.159
Reais	12.922	21.068	21.287
Total	59.858	35.850	35.854

Composição da dívida por indexador

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Taxa pré-fixada	39.892	14.146	13.078
Libor	8.812	2.762	3.743
CDI	6.347	9.811	10.233
TJLP	3.149	5.149	5.139
IPCA	1.475	3.798	3.576
INPC	182	182	84
Total	59.857	35.850	35.854

Cronograma de vencimento

As dívidas possuem o seguinte cronograma de vencimento:

	Em 31 de dezembro de 2015 (em milhões de reais)
2017	8.496
2018	6.533
2019	7.072
2020	14.564

2021 e exercícios seguintes	11.764
Total	48.429

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

Linhas de crédito celebradas com o BNDES

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Ao longo de 2015 não foram realizados desembolsos junto às linhas que se encontravam vigentes.

Em abril de 2014, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$836 milhões (sendo R\$209,7 milhões para a Oi, R\$408,4 milhões para a TMAR e R\$217,9 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

No decorrer de 2015, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$2.725 milhões.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2009 e 2010 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas acerca dos empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2015:

Empréstimo	Saldo (Em milhões de reais)	Juros	Amortizaçã o	Vencimento
Empréstimo Oi Móvel 2009 linha de crédito:				
Empréstimo A (1)	141	TJLP + 3,95%	Mensal	Dezembro, 2018
Empréstimo B (1) Telemar 2012 linha de crédito:	16	4,50%	Mensal	Dezembro, 2018

Empréstimo A	1.349	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B	109	2,50%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo D	141	TJLP + 2,18%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo E Oi 2012 linha de crédito:	13	TJLP	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo A	717	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B	49	2,50%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo C Oi Móvel 2012 linhas de crédito:	157	2,50%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo A	792	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B	96	2,50%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo C	29	2,50%	Mensal	Julho, 2021

(1) Em 30 de setembro de 2013, as obrigações da Oi e Telemar assumidas nas linhas de créditos tomadas em 2009, foram assumidas pela TNL PCS, com o devido consentimento do BNDES. Como resultado da incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS referentes a estas linhas de crédito.

Linhas de crédito celebradas com o BNB

Em dezembro de 2014, a Oi Móvel celebrou uma linha de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) no valor total de até R\$370,6 milhões. Os recursos oriundos dessa linha de crédito serão usados para financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente a 8,24% ao ano, com down step de 15% disponível para o pagamento antecipado dos pagamentos de juros. Os juros são pagos trimestralmente em um primeiro momento e mensalmente a partir de determinado em conjunto com a amortização do principal. Em 31 de dezembro de 2015, não há saldo de principal em aberto, pois não foi realizado desembolso.

Em fevereiro de 2009, a TNL PCS celebrou uma linha de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., ou BNB, pelo qual o BNB concordou em desembolsar empréstimos no valor total de até R\$369 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para investimentos em infraestrutura em telecomunicações de telefonia móvel da Telemar para a região nordeste do Brasil. Em 2009, foi desembolsado um valor de R\$369 milhões. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente a 10,0% ao ano, com down step de 15% disponível para o pagamento antecipado dos juros. Os juros são pagos mensalmente até o vencimento em fevereiro de 2019. O

valor de principal começou a ser pago em março de 2011, totalizando 96 parcelas mensais iguais. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$146 milhões. Como resultado da incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS previstas nestes contratos de empréstimos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram amortizadas parcelas de principal e juros atualizados, no montante de R\$60 milhões.

CCB

Em maio de 2008, a TMAR contratou uma linha de crédito com uma instituição financeira brasileira, no montante de R\$4.300 milhões. Os empréstimos sob a referida linha de crédito, originalmente, foram atrelados ao pagamento da variação da taxa de CDI acrescida de 1,30% ao ano, por meio de pagamentos semestrais nos meses de maio e novembro de cada ano. Em maio de 2011, a Companhia renegociou essa modalidade de empréstimo, de modo que: (a) entre período de maio de 2011 a maio de 2014 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,00% ao ano; e (b) entre período de maio 2014 a maio de 2018 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,83% ao ano. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$2.304 milhões.

Financiamento em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

A Companhia e a TMAR contrataram financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – “Swedish Export Corporation”; CDB – “China Development Bank”; ONDD – “Office National Du Ducreire”; e FEC – “Finnish Export Credit”.

Em de 2015 foram amortizados US\$15 milhões (R\$48 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “Swedish Export Corporation” em junho de 2011.

Em 2015 foram amortizados US\$127 milhões (R\$415 milhões) dos contratos de financiamento assinados pela TMAR junto ao FEC – “Finnish Export Credit” em junho de 2008, agosto de 2009 e dezembro de 2011

Em 2015 foram amortizados US\$19 milhões (R\$64 milhões) do contrato de financiamento assinados pela Companhia junto ao FEC – “Finnish Export Credit” em outubro de 2014.

Em de 2015 foram amortizados US\$40 milhões (R\$116 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Nordic Investment Bank” em julho de 2008.

Em 2015 foram amortizados US\$94 milhões (R\$327 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “China Development Bank” em fevereiro de 2009 e outubro de 2009.

Em 2015 foram amortizados US\$16 milhões (R\$57 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“Office National Du DuCroire/Nationale Delcrederedienst”) em março de 2013.

Em 2015 foram amortizados US\$27 milhões (R\$94 milhões) do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto à EDC (“Export Development Canada”) em julho de 2012

Em 2015 foram amortizados US\$29 milhões (R\$91 milhões) do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao Crédit Agricole Corporate and Investment Bank (“Crédit Agricole”) em abril de 2010.

Em dezembro de 2015 foram desembolsados US\$632 milhões (R\$2.391 milhões) dos contratos de financiamento assinados pela TMAR junto ao “China Development Bank” em dezembro de 2015, no valor total de US\$1.200 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos e refinarciat dívidas.

Em março de 2015, foram desembolsados US\$128 milhões (R\$414 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à FINNVERA em outubro de 2014, no valor total de US\$397 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em fevereiro de 2015, foram desembolsados US\$41 milhões (R\$112 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“Office National Du DuCroire/Nationale Delcrederedienst”) em março de 2013, no valor total de US\$257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em junho de 2014, foram amortizados US\$382,5 milhões (R\$855,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “China Development Bank” em junho de 2011.

Em maio de 2014, foram amortizados US\$30,3 milhões (R\$67,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto a “Cisco System Capital” em março de 2011.

Em abril de 2014, foram desembolsados US\$98,1 milhões (R\$222,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Export Development Canada” em julho de 2012.

Em março de 2014, foram desembolsados US\$92,5 milhões (R\$209,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“Office National Du DuCroire/Nationale Delcrederedienst”) em março de 2013, no valor total de US\$257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos.

Em outubro de 2013, foram desembolsados US\$9,8 milhões (R\$21,4 milhões), em junho de 2013 foram desembolsados US\$5,6 milhões (R\$12,5 milhões) e em fevereiro de 2013 foram desembolsados US\$ 21 milhões (R\$41,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “Swedish Export Corporation” em junho de 2011, finalizando a disponibilidade de recursos a desembolsar deste contrato.

Em fevereiro de 2013, foram desembolsados US\$95,7 milhões (R\$190,3 milhões). de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Export Development Canada”.

Em fevereiro de 2013, foram amortizados R\$ 12 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “Swedish Export Corporation” em junho de 2011 e de R\$93 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao FEC – “Finnish Export Credit”.

Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Nordic Investment Bank” em julho de 2008.

Export Credit Facility celebrado com o Export Development Canada (“EDC”)

Em julho de 2012, a TMAR celebrou com a EDC um Export Credit Facility Agreement pelo qual a EDC se comprometeu a desembolsar um empréstimo no valor total de até US\$200 milhões. O valor captado foi e será utilizado em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração fixada em 2,25% ao ano. O valor de principal será amortizado em 17 parcelas semestrais iguais, pagas no período de maio de 2014 a maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2015, o valor de principal em aberto era de US\$153 milhões.

Linha de crédito com EKN

Em junho de 2011, a TMAR celebrou um contrato de crédito de exportação com a EKN (Swedish Export Corporation, ou SEK) e o Deutsche Bank no valor montante de principal de até R\$ 103,4 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi pré-fixada em 2,21% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de fevereiro de 2012 até fevereiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 62 milhões.

Linha de crédito com a FINNVERA

Em junho de 2008, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA no montante de principal de até US\$ 300 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação têm sido utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em sua infraestrutura de telefonia fixa e de telefonia móvel. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o vencimento ocorrerá no mês de dezembro de 2018. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 106 milhões.

Em agosto de 2009, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$500 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o vencimento ocorrerá no mês de dezembro de 2019. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de agosto de 2011. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$235 milhões.

Em dezembro de 2011, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$200 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,90% ao ano. Os juros

serão pagos semestralmente. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de fevereiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$129 milhões.

Em outubro de 2014, a Companhia celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$ 397,36 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação serão utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da Companhia em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,95% ao ano, com pagamentos semestrais. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de maio de 2015 e final no mês de novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$124 milhões.

Credit Facility celebrado com o Nordic Investment Bank

Em julho de 2008, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o Nordic Investment Bank pelo qual o Nordic Investment Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito o valor total de US\$250 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX.

No âmbito desta linha de crédito, foram desembolsados pela Companhia o valor principal de US\$100 milhões (“Empréstimo A”) e US\$150 milhões (“Empréstimo B”). Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente à variação da taxa de LIBOR acrescida um spread de 1,18% ao ano, no caso do Empréstimo A e de 0,80 % ao ano, no caso do Empréstimo B, pagos semestralmente. O valor de principal do Empréstimo A será amortizado em 17 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010; e o valor de principal do Empréstimo B será amortizado em 11 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto era US\$35 milhões

Credit Facility celebrado com a ONDD

Em março de 2013, a Companhia celebrou um Credit Facility Agreement junto à ONDD (“Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederedienst”) no valor total de US\$ 257 milhões, dividido em US\$128,5 milhões (“Tranche A”) e US\$128,5 milhões (“Tranche B”) com o objetivo de financiar parte dos investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 1,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de setembro de 2014. O valor do principal será amortizado em 18 parcelas semestrais, a partir de setembro de 2014 para a Tranche A e a partir de setembro de 2015 para a Tranche B, com vencimento final de amortização em março de 2024. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto era US\$122 milhões.

Credit Facility celebrado com o China Development Bank

Em dezembro de 2015, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank Corporation (“China Development Bank”), pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$600 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,0% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2016. O valor do principal será amortizado em 14 parcelas semestrais, no período de abril de 2019 a junho de 2025. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto era US\$33 milhões.

Em dezembro de 2015, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank Corporation (“China Development Bank”), pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$600 milhões. Os

recursos captados foram utilizados para refinar dívidas. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 1,9% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2016. O valor do principal será amortizado em 5 parcelas semestrais, no período de abril de 2019 a dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto era US\$600 milhões.

Em fevereiro de 2009, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank Corporation (“China Development Bank”), pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$300 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2009. O valor do principal será amortizado em 11 parcelas semestrais, no período de abril de 2011 a fevereiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto era US\$27 milhões.

Em outubro de 2009, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank, pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$500 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2010. O valor do principal será amortizado em 11 parcelas semestrais, no período de abril de 2012 a outubro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto era US\$53 milhões.

Em junho de 2011, a TMAR celebrou um Stand-by Credit Agreement com o China Development Bank, pelo qual o China Development Bank comprometeu-se em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$500 milhões. O desembolso US\$380 milhões foi realizado em julho de 2011 e em junho de 2014 o valor total de principal e juros foi amortizado. Em 31 de dezembro de 2015, não havia saldo de principal e juros em aberto em função do pagamento antecipado em junho de 2014.

Credit Facility celebrado com Crédit Agricole Corporate and Investment Bank (“Crédit Agricole”)

Em abril de 2010, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o Crédit Agricole no valor total de até US\$220 milhões, em duas tranches de \$110 milhões cada. Os desembolsos foram utilizados em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa média de Libor acrescida de um spread 1,40% ao ano, com pagamentos semestrais. O valor do principal será amortizado em 17 parcelas semestrais desde agosto de 2011 para a primeira tranche e em agosto de 2012 para a segunda tranche. A TMAR celebrou com o Escritório Nacional de Du Ducroire, a agência de crédito à exportação belga, uma apólice de seguro em conexão com este empréstimo. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto foi de US\$120 milhões. Este empréstimo vence (i) em agosto de 2019, em relação à primeira tranche; e (ii) em agosto de 2020, em relação à segunda tranche.

Export Credit Facility celebrado com Cisco Systems Capital

Em março de 2011, a TMAR celebrou um Export Credit Facility Agreement com a Cisco Systems Capital (“Cisco”), pelo qual a Cisco comprometeu-se em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$100 milhões e em maio de 2014 o valor total de principal e juros foi amortizado. Em 31 de dezembro de 2015, não havia saldo de principal e juros em aberto em função do pagamento antecipado em maio de 2014.

Linhas de Crédito Rotativo

Em novembro de 2011 a Companhia e suas controladas contrataram uma linha de crédito rotativa (Revolving Credit Facility) com um sindicato de bancos internacionais no valor de US\$1 bilhão. Foram desembolsados valores de US\$340 milhões e US\$60 milhões em abril de 2015 e de US\$300 milhões em maio de 2015. Os valores captados foram para suprir as necessidades de capital da Companhia. Este empréstimo tem o prazo de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2015 o valor de principal em aberto era de US\$700 milhões.

Senior Notes

Em junho de 2015 a Oi Holanda emitiu "Senior Notes" no montante de 600 milhões de Euros, com taxa de remuneração de 5,625% a.a. e vencimento em 2021, com o objetivo de refinarciar as dívidas da Oi e de suas subsidiárias. Com base nos recursos captados com a referida emissão a Companhia realizou aquisições no montante total de € 148 milhões de "Notes" anteriormente emitidas com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% e com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242%. Além disso, houve a adesão de troca por "Notes" da nova emissão, no montante total de € 173 milhões das "Notes" com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242% e com vencimento em dezembro de 2017 e cupom de 5,125%.

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu Senior Notes no valor de US\$ 1.500 milhões (R\$ 2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. O vencimento final será em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Companhia transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma "indenture" suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 12 milhões (US\$ 6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

A Companhia possui outras emissões de Senior Notes em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Companhia, que substituiu a TMAR como emissora. Para mais informações acerca das emissões de Senior Notes pela Companhia e/ou pela TMAR vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

O objetivo dessas captações é alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, investimentos e propósitos corporativos gerais.

Debêntures Públicas

Para maiores informações sobre emissões de debêntures, vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, além das relações de longo prazo com instituições financeiras se encontram relatadas no item (i) acima, temos as seguintes transações:

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a TMAR transferiu 162 imóveis para a nossa subsidiária integral Copart 4 Participações S.A., ou Copart 4, e a Oi transferiu 101 imóveis para a Copart 5 Participações S.A., ou Copart 5, nossa subsidiária integral. A TMAR celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para o uso contínuo de todas as propriedades transferidas para a Copart 4 e a Oi celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para a continuação do uso de todas as propriedades e propriedades transferidas para Copart 5.

A Copart 4 e a Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis, que representam todos os pagamentos sob estas locações para a BSCS - Brazilian Securities Companhia de Securitização, que emitiu os certificados de Recebíveis Imobiliários, ou CRI's, apoiados por estes recebíveis. Os CRI's foram comprados por instituições financeiras brasileiras.

Recebemos uma receita líquida referente à cessão dos créditos de locação no montante total agregado de R\$1.585.000,00 em uma base consolidada e confirmaram as nossas obrigações de fazer os pagamentos cedidos como dívida de curto e longo prazo nas nossas demonstrações financeiras consolidadas. Os rendimentos gerados nessa transação foram usados para pagar dívida de curto prazo. Em junho de 2012, cada um dos Copart 4 e Copart 5 amortizaram parcialmente os CRI's que eles emitiram para um montante total de R\$392,5 milhões. A partir de 31 de dezembro de 2013, a responsabilidade agregada sob estas locações foi R\$922.000.000,00.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, não há qualquer grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Para maiores informações acerca do grau de subordinação das dívidas da Companhia vide itens "3.8." deste Formulário de Referência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia está sujeita a certas obrigações financeiras que limitam sua capacidade de incorrer em dívidas adicionais. O nível de endividamento e as exigências e limitações impostas por alguns dos instrumentos de dívida contraídos pela Companhia podem afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Em especial, os termos de alguns destes instrumentos de dívida restringem sua capacidade e a de suas controladas, para:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- realizar liquidação ou dissolução;

Ademais, alguns desses instrumentos financeiros incluem cláusulas que exigem que a Companhia mantenha certos índices financeiros específicos, sendo os mais restritivos listados a seguir:

- Dívida consolidada dividida pelo EBITDA consolidado para os 12 meses anteriores, menor que ou igual a 4,5 ao final de cada trimestre fiscal até o vencimento;

- EBITDA consolidado dos 12 meses anteriores dividido pela despesa financeira consolidada dos 12 meses anteriores, maior que ou igual a 1,75 ao final de cada trimestre até o vencimento;
- Dívida consolidada dividida pela dívida consolidada mais patrimônio líquido menor que ou igual a 0,95 ao final de cada trimestre fiscal até o vencimento.

Alteração temporária de compromissos financeiros

Em 2015, a Oi negociou "waivers" com os seus credores, onde ficou acordada a alteração do covenant financeiro para a razão "Dívida Líquida Total da Companhia/Ebitda" o qual deverá ser igual ou inferior a 6,00 vezes.

Em 12 de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da Nona Emissão de Debêntures ratificou a autorização para realização da venda da PT Portugal à Altice, incluindo a efetivação da reorganização societária necessária para implantação da referida venda. Ainda na referida data, a AGD da Quinta e da Nona Emissão de Debêntures aprovaram: (i) a autorização para realização de reorganização societária, por meio da incorporação de ações de emissão da Companhia pela Telemar Participações S.A. que resulte na elevação do nível de governança da Companhia perante a BM&FBOVESPA; e (ii) a alteração temporária dos "ratios" resultantes da apuração dos "covenants" financeiros de alavancagem máxima a ser apurado pela Companhia, em relação aos quatro trimestres de 2015, decorrente do resultado obtido pela divisão da Dívida Bruta Total da Companhia pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,5 vezes, exceto nas hipóteses de antes ou depois da efetiva transferência das ações da PT Portugal à Altice e do pagamento do preço à Companhia que seja necessário considerar as dívidas da PT Portugal e de suas controladas no cálculo da Dívida Bruta Total, que deverá ser igual ou inferior a 6,0 vezes, calculado conforme informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia, relativas ao exercício social de 2015.

A partir do primeiro trimestre de 2016 (inclusive), os "ratios" resultantes da apuração dos "covenants" financeiros acima referidos deverão voltar a ser aqueles constantes atualmente das respectivas Escrituras de Emissão, ou seja, relação entre a Dívida Total da Companhia e o EBITDA da Companhia menor ou igual a 4,0, calculado com base no balanço patrimonial consolidado ou relação entre o EBITDA da Companhia e o Serviço da Dívida da Companhia maior ou igual a 1,75 no balanço patrimonial consolidado, com a respectiva alteração da Escritura de Emissão.

Em razão da aprovação dos itens acima foi aprovado o pagamento do "Waiver Fee" pela Companhia aos Debenturistas da quinta emissão no valor de R\$ 143,107735 por debênture da 2ª Série (Código Cetip: TNLE25), totalizando R\$ 3.521 e da nona emissão nos valores de R\$105,378745 por debênture da 1ª Série (Oi BR-D91), totalizando R\$ 4.215, e de R\$126,997862 por debênture da 2ª Série (Oi BR-D92), totalizando R\$ 20.320.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, a Companhia cumpriu os seus compromissos.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Linhas de crédito contratadas e utilizadas

Em relação aos financiamentos descritos no item "10.1 f" acima, a Companhia possui os seguintes limites contratados e utilizados:

- Linha de Crédito da TMAR com o China Development Bank - Em dezembro de 2015, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank Corporation ("China Development Bank"), pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$600 milhões. Foram desembolsados pela TMAR valores de US\$32,5 milhões em dezembro de 2015, totalizando 5,4% do total do limite contratado. Os valores captados foram e serão utilizados em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração fixada em 2,00% ao ano. O valor de principal será amortizado em 14 parcelas semestrais, no período de abril de 2019 a junho de 2025. Em 31 de dezembro de 2015, o valor de principal em aberto era de US\$32 milhões.

- Linha de Crédito da Companhia com o FINNVERA - Em outubro de 2014, a Companhia celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$ 397,36 milhões. Foi desembolsado pela Companhia o valor de US\$141 milhões em março de 2015 representando 36% do total do limite contratado. Os valores captados foram e serão utilizados em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,95% ao ano. O valor de principal será amortizado em 17 parcelas semestrais, com início da amortização no mês de maio de 2015 e final no mês de novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2015, o valor de principal em aberto era de US\$124 milhões.

- Linha de Crédito da Companhia com um sindicato de bancos internacionais - Em novembro de 2011, a Companhia e suas controladas contrataram uma linha de crédito rotativa (Revolving Credit Facility) no valor de US\$1 bilhão. Foram desembolsados valores de US\$340 milhões e US\$60 milhões em abril de 2015 e de US\$300 milhões em maio de 2015, totalizando 70% do total do limite contratado. Os valores captados foram para suprir as necessidades de capital da Companhia. Este empréstimo tem o prazo de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2015, o valor de principal em aberto era de US\$700 milhões.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$370,6 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (Consolidado)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obrigam à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Cabo Verde Telecom, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	2015	2014	Variação %
Residencial	9.779	9.995	(2,2)
Mobilidade pessoal	8.431	9.011	(6,4)
Empresarial / Corporativo	7.974	8.311	(4,1)
Outros serviços e negócios	1.169	930	25,7
Receita de vendas e/ou serviços	27.353	28.247	(3,2)
Despesas operacionais			
Depreciação e amortização	(5.092)	(4.535)	12,3
Interconexão	(1.809)	(2.690)	(33,8)
Pessoal	(2.719)	(2.829)	(3,9)
Serviços de terceiros	(6.317)	(6.259)	0,9
Serviços de manutenção de rede	(1.902)	(1.923)	(1,1)
Custo de aparelhos e outros	(285)	(730)	(61,0)
Publicidade e propaganda	(406)	(674)	(39,8)
Aluguéis e seguros	(3.600)	(3.120)	15,4
Provisões / Reversões	(860)	(779)	10,4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(721)	(649)	11,1
Despesa com perda por imparidade	(89)		n.a
Tributos e outras despesas	(1.129)	(1.629)	(30,7)
Outras receitas operacionais, líquidas	278	3.246	(91,4)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	2.702	5.675	(52,4)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	4.905	1.345	264,7

Despesas financeiras	(13.308)	(5.891)	125,9
Resultado antes dos tributos	(5.701)	1.129	(605,0)
Imposto de renda e contribuição social	(715)	(1.120)	(36,2)
Lucro (prejuízo) líquido das operações continuadas	(6.416)	9	n.a
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	1.068	(4.415)	124,2
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.348)	(4.406)	21,4
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído ao acionista controlador	(4.935)	(4.407)	(12,0)
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	(413)	1	n.a

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

A comparação do resultado operacional de 2015 com o resultado operacional de 2014 está influenciado pela consolidação dos resultados das operações em África a partir de 5 de maio de 2014. Os principais efeitos decorrentes da consolidação das operações em África são detalhados nas discussões abaixo.

Receita de vendas e / ou serviços

A receita operacional líquida reduziu 3,2% em 2015, principalmente devido à diminuição de 6,4% da receita líquida de mobilidade pessoal, de 4,1% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos e de 2,2% da receita líquida de serviços residenciais, cujos efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 25,7% na receita operacional líquida de outros serviços e negócios, devido principalmente pela consolidação dos resultados em África a partir de 5 de maio de 2014, que gerou uma receita líquida de outros serviços e negócios de R\$ 913 milhões em 2015, comparado com R\$635 milhões no período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014.

Residencial

A receita operacional líquida de serviços residenciais representou 35,8% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):	2015	2014	Varição %
Serviços de telefonia fixa	10.019	10.957	(8,6)
Banda larga	5.109	5.259	(2,9)
TV por assinatura	1.169	1.247	(6,3)
Total	16.297	17.463	(6,7)

A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 2,2% devido principalmente a: (1) redução de 6,7% na base de clientes de serviços residenciais; e (2) redução nas tarifas fixo-móvel (VC). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento das receitas de TV paga e pelo aumento de 6,4% no ARPU residencial, principalmente em razão da estratégia comercial de rentabilização da base de clientes e melhor qualidade de vendas.

O crescimento contínuo do ARPU residencial e o melhor mix de clientes e ofertas de alto valor (high-end) evidenciam o sucesso da estratégia de buscar cada vez mais a convergência de seus serviços, com o intuito de rentabilizar e fidelizar a base de clientes assim como melhorar a experiência e satisfação de seus clientes.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 30,8% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que incluem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Clientes de telefonia móvel (em milhares):	2015	2014	Variação %
Pós-pago	6.791	7.140	(4,9)
Pré-pago	39.068	41.322	(5,5)
Total	45.860	48.462	(5,4)

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal reduziu 6,4% devido principalmente a: (1) redução de 5,4% na base de clientes de mobilidade pessoal; (2) redução na receita de uso da rede (interconexão), em razão da redução 33% nas tarifas de interconexão VU-M; e (3) redução na receita de material de revenda, devido à estratégia de terceirização da venda de aparelhos, com objetivo de aumentar a eficiência logística e melhorar o abastecimento de aparelhos nos canais de venda. Essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento na receita de dados móveis e de serviços de valor adicionado e do aumento do ARPU móvel, devido principalmente à estratégia da Companhia de rentabilização da base de clientes.

Em novembro de 2015, a Oi lançou o Oi Livre, um conjunto de ofertas inovadoras do pré-pago com aumento expressivo da franquia de dados e cobrança de tarifa única para ligações para qualquer operadora em todo o Brasil. Desde seu lançamento, o Oi Livre conquistou 10 milhões de clientes e, em janeiro de 2016, já correspondia a 26% da base total do pré-pago. Além disso, o ARPU dos clientes que migraram para o Oi Livre por semana aumentou cerca de 17% em apenas três meses.

Empresarial / Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial / Corporativo representou 29,2% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	2015	2014	Varição %
Fixa	4.437	4.822	(8,0)
Banda larga	580	617	(6,0)
Móvel	2.223	2.478	(10,3)
Total	7.241	7.917	(8,5)

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos reduziu 4,1% principalmente devido a: (1) redução na base de clientes empresariais / corporativos; (2) redução das tarifas fixo-móvel (VC); e (3) de interconexão móvel VU-M. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas de serviços de TI e de dados do segmento corporativo, principalmente relacionado ao aumento intensivo na oferta desses serviços, e do aumento da receita de mobilidade de PME's, associado à continuidade de medidas estruturantes de melhoria na experiência do cliente e simplificação do portfólio de ofertas.

Despesas (Receitas) Operacionais

As despesas (receitas) operacionais da Oi aumentaram 9,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente:

Aumento de 15,4%, ou R\$480 milhões, em aluguéis e seguros;

Aumento de 12,3%, ou R\$557 milhões, em depreciação e amortização; e

Redução de 91,4%, ou R\$2.968 milhões, em outras receitas operacionais, líquidas;

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados pela redução nas despesas a seguir:

Redução de 32,8%, ou R\$881 milhões, nos custos de interconexão;

Redução de 61,0%, ou R\$445 milhões, nos custos de aparelhos e outros;

Redução de 30,7%, ou R\$500 milhões, nas despesas de tributos e outras despesas; e

Redução de 39,8%, ou R\$268 milhões, nas despesas de publicidade e propaganda.

O resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos da Oi reduziu 52,4%, para R\$2.702 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$5.675 milhões no mesmo período de 2014. Como porcentagem da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos reduziu para 9,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra 20,1% no mesmo período de 2014.

Aluguéis e Seguros. Os custos com aluguéis e seguros aumentaram 15,4%, para R\$3.600 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$3.120 no mesmo período de 2014, devido principalmente a aumento nos custo de aluguéis em virtude da venda do último lote torres móveis ocorrida em dez/14 e atualização dos custos de alugueis de imóveis de infraestrutura de rede, decorrente dos ativos não estratégicos vendidos, incluindo a GlobeNet, torres fixas e torres móveis.

Interconexão. Os custos de interconexão diminuíram 32,8%, para R\$1.809 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$2.690 no mesmo período de 2014, principalmente como resultado da queda de 33% nas tarifas interconexão VU-M em fevereiro de 2015 e à redução no tráfego off-net de voz móvel, refletindo as novas ofertas de serviços móveis.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização aumentaram 12,3%, para R\$5.092 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$4.535 no mesmo período de 2014, devido principalmente à expansão da rede de comunicação de dados, motivada pelo crescimento de infraestrutura móvel.

Custo de aparelhos e outros. Os custos de aparelhos e outros reduziram 61,0%, para R\$285 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$730 no mesmo período de 2014, principalmente devido à estratégia de terceirização da venda de aparelhos, com objetivo de aumentar a eficiência logística e melhorar o abastecimento de aparelhos nos canais de venda.

Propaganda e Publicidade. As despesas de propaganda e publicidade reduziram 39,8%, para R\$406 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$674 no mesmo período de 2014, principalmente devido a maior seletividade das vendas que provocou uma desaceleração na intensidade comercial.

Outras receitas operacionais, líquidas. As outras receitas operacionais, líquidas, reduziram 91,4% para R\$278 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, contra R\$3.246 no mesmo período em 2014, devido principalmente aos seguintes efeitos não recorrentes ocorridos no decorrer do ano de 2014: (1) ganho na venda de investimentos de subsidiárias detentoras de torres de telecomunicações móveis no montante de R\$2.370 milhões; (2) efeito de R\$355 milhões de reversão de provisão decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários e (3) efeito da reversão de R\$476 milhões da provisão em virtude da adesão ao REFIS.

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira aumentou 264,7% ou R\$3.560 milhões, para R\$4.905 milhões em 2015 em relação a R\$1.345 milhões em 2014, principalmente devido a: (1) aumento de R\$3.317 milhões nas receitas de variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior, devido principalmente a entrada do caixa pela venda da PT Portugal a Altice em junho de 2015; e (2) aumento de R\$356 milhões em outras receitas devido principalmente ao ganho nas operações de pagamento de debêntures próprias.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 125,9% ou R\$7.416 milhões, para R\$13.307 milhões em 2015 em relação a R\$5.891 milhões em 2014, principalmente devido a: (1) aumento de R\$9.344 milhões nas despesas com variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros, aumento de R\$1.199 milhões nas despesas de juros sobre empréstimos a pagar a terceiros, parcialmente compensados pelo aumento de R\$5.370 milhões nas receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos. Os efeitos desses aumentos estão associados principalmente pela consolidação dos resultados da subsidiária PT Finance Internacional (PTIF) após a conclusão da venda da PT Portugal para Altice em junho de 2015, bem como pela depreciação de 47,0% do Real em relação ao Dólar e da depreciação de 31,7% do Real em relação ao Euro no decorrer do exercício de 2015; (2) aumento de R\$1.854 milhões nas despesas com perdas com investimentos financeiros classificados como ativos mantidos para venda, devido principalmente, a desvalorização do valor justo do investimento financeiro na Unitel, líquido da reclassificação da variação cambial acumulada até a data do "impairment" em outros resultados abrangentes; e (3) aumento de R\$327 milhões de despesas com impostos sobre operações financeiras e encargos bancários, devido ao aumento nas despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social reduziu 36,2%, de R\$715 milhões em 2015 em relação a R\$1.120 milhões em 2014. A alíquota efetiva foi de 12,5% em 2015 e de 99,3% em 2014. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34,0%	34,0%
Efeitos tributários sobre equivalência patrimonial	(0,1)	0,2
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	1,6	67,0
Efeitos tributários sobre incentivos fiscais	0,1	(3,2)
Efeito tributário da provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(24,4)	-
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos	(4,2)	4,2
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos constituídos	-	(4,6)
Efeitos tributário do imposto de renda de exercícios anteriores	(3,0)	0,4
Efeitos tributário de taxas de impostos diferenciadas	(16,5)	1,4
Alíquota efetiva	(12,5)	99,3%

Nossa taxa efetiva de imposto foi negativa em 12,5% em 2015, principalmente como resultado do (1) efeito de provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos que reduziram a taxa de imposto efetiva em 24,4%; (2) efeito fiscal de taxas de impostos diferenciadas, o qual corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 16,5%; e (3) efeito de ativos fiscais diferidos não constituídos, os quais correspondem a efeitos de ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa no decorrer do ano.

Nossa taxa efetiva de imposto foi 99,3% em 2014, principalmente como resultado de (1) efeito de adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos de adições permanentes de quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º. da Lei 12.996/2014 e do artigo 33º. da Lei 13.043/2014 no montante de R\$ 443 milhões e baixa de créditos fiscais de improvável realização relativos a perdas potenciais das ações detidas da PT SGPS pela controlada TMAR de R\$ 266 milhões, que aumentaram a taxa de imposto efetiva em 67%; e (2) efeito fiscal dos incentivos fiscais previstos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ou a SUDENE, resultantes de uma redução na base de cálculo do lucro nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva de imposto por 3.2%

Resultado do exercício

Lucro (prejuízo) das operações continuadas. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o prejuízo das operações continuadas foi de R\$6.416 milhões em 2015 e contra um Lucro de R\$9 milhões em 2014.

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos). Em 2015, refere-se ao resultado na venda da PT e inclui: (1) o custo do investimento baixado que considera o valor do ágio ("goodwill"), decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e a PT deduzido de provisão para perda de R\$ 4,2 bilhões, reconhecida em dezembro de 2014 e despesas de venda totalizando R\$ 1,3 bilhões; e (2) a receita de R\$ 0,7 bilhão proveniente do recebimento em caixa diretamente pela Companhia. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento. Em 2014, O resultado líquido de operações descontinuadas está representado principalmente pela

provisão para perda no valor de R\$ 4,2 bilhões no investimento da PT Portugal que resulta do reconhecimento dos ativos da PT Portugal ao seu valor justo deduzido de despesas de venda.

Prejuízo do exercício. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o prejuízo de exercício foi de R\$5.348 milhões em 2015 em comparação a um prejuízo de R\$4.406 milhões em 2014.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (Consolidado)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Em função de descontinuação dos negócios em Portugal, o respectivo segmento operacional de Telecomunicações em Portugal não é reportado desde 31 de dezembro de 2014.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Cabo verde Telecom, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel;
e
Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	2014	2013	Variação %
Residencial	9.995	10.303	(3,0)
Mobilidade pessoal	9.011	9.290	(3,0)
Empresarial / Corporativo	8.311	8.455	(1,7)
Outros serviços e negócios	929	374	148,4
Receita de vendas e/ou serviços	28.246	28.422	(0,6)
Despesas operacionais			
Depreciação e amortização	(4.535)	(4.278)	6,0

Interconexão	(2.690)	(3.966)	(32,2)
Pessoal	(2.829)	(2.534)	11,6
Serviços de terceiros	(6.259)	(6.120)	2,3
Serviços de manutenção de rede	(1.923)	(2.328)	(17,4)
Custo de aparelhos e outros	(730)	(515)	41,8
Publicidade e propaganda	(674)	(557)	21,0
Aluguéis e seguros	(3.120)	(2.120)	47,2
Provisões / Reversões	(779)	(657)	18,6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(649)	(923)	(29,7)
Tributos e outras despesas	(1.629)	(1.508)	8,0
Outras receitas operacionais, líquidas	3.246	2.370	37,0
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	5.675	5.286	7,4
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	1.345	1.375	(2,2)
Despesas financeiras	(5.891)	(4.650)	26,7
Resultado antes dos tributos	1.129	2.011	(43,9)
Imposto de renda e contribuição social	(1.120)	(519)	115,8
Lucro líquido das operações continuadas	9	1.492	(99,4)
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	(4.415)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.406)	1.492	(395,3)
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído ao acionista controlador	(4.407)	1.493	(395,2)
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	1		

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

A comparação do resultado operacional de 2014 com o resultado operacional de 2013 está influenciado pela consolidação dos resultados das operações em África a partir de 5 de maio de 2014. Os principais efeitos decorrentes da consolidação das operações em África são detalhados nas discussões abaixo.

Receita de vendas e / ou serviços

A receita operacional líquida reduziu 0,6% em 2014, principalmente devido à diminuição de 3,0% da receita líquida dos serviços residenciais, de 3,0% da receita líquida dos serviços de mobilidade pessoal e de 1,7% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos, cujos efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 148,4% na receita operacional líquida de outros serviços e negócios, devido principalmente pela consolidação dos resultados em África a partir de 5 de maio de 2014, que gerou uma receita líquida de outros serviços e negócios de R\$635 milhões.

Residencial

A receita operacional líquida de serviços residenciais representou 35,4% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):	2014	2013	Variação %
Serviços de telefonia fixa	10.957	11.750	(6,7)
Banda larga	5.259	5.258	0,0
TV por assinatura	1.247	829	50,4
Total	17.463	17.837	(2,1)

A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 3,0% devido principalmente (1) a redução na base de clientes de telefonia fixa; e (2) redução nas tarifas fixo-móvel (VC). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento na receita de banda larga e TV paga, principalmente em razão das vendas de ofertas convergentes e da estratégia de upselling, que tem impactado positivamente o ARPU residencial.

A abordagem multiproduto para o segmento residencial, tem foco em domicílios integrados, a fim de aumentar a sua parcela no orçamento do cliente ao vender serviços multi-play, aumentar o ARPU e a fidelização dos clientes.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) dos Serviços Residenciais - Visão Geral

Fixo. O número de clientes de telefonia fixa no segmento Residencial foi de 10.957 mil e as desconexões líquidas somaram 793 mil linhas fixas em 2014, contra 728 mil em 2013. A Companhia tem trabalhado na implementação de diversas iniciativas para realizar o turnaround do negócio. Uma das iniciativas são instalações conjuntas para os produtos Residenciais, que consiste na instalação da linha fixa e banda larga em uma única visita técnica.

O foco comercial na convergência utiliza a TV paga como uma ferramenta estratégica para oferecer pacotes convergentes combinando todos os serviços (telefonia fixa, banda larga, TV paga e serviços móveis), assim como planos no segmento de Mobilidade Pessoal que promovem a convergência fixo-móvel. As ofertas convergentes, como o Oi Conta Total ("OCT") e o Oi Voz Total ("OVT").

O Oi Conta Total é uma oferta triple-play pós-paga que combina telefonia fixa, banda larga e móvel pós-pago e que pode ser combinada com a TV por assinatura (quadruple-play) e pacotes de dados móveis. O Oi Voz Total é uma oferta double-play que combina linha fixa e móvel pré-pago com objetivo de promover a convergência fixo-móvel e aumentar a fidelização dos clientes. Todas essas ofertas possuem taxas de desconexão bastante baixas quando comparadas aos produtos avulsos.

Banda Larga. O número de clientes de banda larga no segmento Residencial foi de 5.259 mil, estável na comparação com o ano de 2013. A penetração da banda larga fixa da Oi em residências que já possuíam produtos Oi atingiu 48,0%, 3,2 pontos percentuais acima dos 44,2% registrados no fim de 2013, como resultado das iniciativas da Companhia para promover melhorias na retenção e rentabilização dos seus clientes, investindo na expansão e capacidade de sua rede de banda larga e no aumento da velocidade aos clientes. A velocidade média para os clientes de banda larga Residencial aumentou 17,6%, para 4,5 Mbps em 2014. A participação de UGR com velocidade a

partir de 5 Mbps e superior a 10 Mbps também aumentaram, em 49,6% e 22,6%, respectivamente em relação ao ano anterior. Atualmente, cerca de 64,5% das adições brutas possuem velocidade a partir de 5 Mbps e 28,6% possuem velocidade a partir de 10 Mbps.

Juntamente com a TV por assinatura, a banda larga exerce papel fundamental no aumento da rentabilidade por meio de ofertas convergentes. Conseqüentemente, o churn da banda larga reflete a estratégia da Companhia em focar na melhoria da qualidade da sua base de clientes.

TV por Assinatura. A base de clientes de TV por assinatura no segmento Residencial foi de 1.247 mil UGR, um crescimento de 50,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O forte desempenho da Oi TV baseia-se na sua proposta de valor diferenciada, com conteúdo regional da Globo em alta definição e pacotes superiores a preços competitivos, aliada à melhoria do mix de vendas na base de clientes. A Oi TV oferece mais canais, incluindo canais abertos em alta definição em todas as ofertas, uma grande variedade de canais Globo (o maior número de canais Globo entre as operadoras de TV paga), novos serviços pay per view e DVR (gravador de vídeo digital). Além disso, em 2 mil municípios, a Oi é a única operadora de TV paga com o sinal da Globo, o que contribui para diferenciar ainda mais a oferta Oi TV. Todos estes diferenciais são suportados por uma sólida capacidade satelital, que proporcionará melhorias contínuas no produto de TV paga da Oi no longo prazo.

A nova oferta Oi TV também está aumentando o potencial de upselling do portfólio da Oi, resultando em crescimento do ARPU e exercendo um papel estratégico na retenção e aumento da fidelização de clientes residenciais, o que se traduz em um melhor desempenho em termos de taxa de churn. Como visto recentemente, a Oi TV está apresentando um crescimento consistente e sustentável em termos de base de clientes, com a adição de clientes de qualidade, com churn precoce e inadimplência do primeiro pagamento sob controle.

ARPU Residencial. A Companhia encerrou 2014 com 10.957 mil residências conectadas à rede, 62% das quais, ou 6.793 mil residências, com mais de um produto Oi. Como resultado de ofertas convergente, o ARPU residencial continuou a registrar resultados positivos, fechando em R\$74,0, um aumento de 4,5% em relação a 2013. Esse desempenho é fruto do crescimento de banda larga fixa e da TV por assinatura, assim como das iniciativas de fidelização e retenção.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 31,9% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que incluem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Clientes de telefonia móvel (em milhares):	2014	2013	Varição %
Pós-pago	7.140	6.708	6,4
Pré-pago	41.322	41.019	0,7
Total	48.462	47.727	1,5

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal reduziu 3,0% principalmente devido à queda de 34,8% na receita de uso da rede, em razão da redução nas tarifas de interconexão VU-M. Essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento nas receitas de recargas do pré-pago, na receita de dados móveis e venda de aparelhos.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) dos Serviços Móveis - Visão Geral

Pré-pago. O número de clientes de pré-pago foi de 41.322 mil, um aumento de 0,7% em relação a 2012.

Em linha com o foco da Companhia em geração de caixa e disciplina financeira, a Oi mantém foco no pré-pago, em razão de suas características intrínsecas, como escala, custos baixos de aquisição de clientes, nenhum custo com emissão de fatura e cobrança, inexistência de inadimplência e impacto favorável no capital de giro.

Em 2014, o volume de recargas brutas aumentou 6% em relação a 2013. As recargas continuaram a registrar resultados sólidos e atingiram níveis de volume e consumo ainda mais altos no final do ano. A Companhia continuou a estimular o consumo de recargas ao promover ofertas com tarifas diárias e pacotes semanais / mensais e por meio do uso de ferramentas de marketing ativo.

O consumo de dados móveis no pré-pago continua a registrar um crescimento consistente em termos de internet móvel, devido à venda de pacotes adicionais que complementam as ofertas ao cliente e o uso das ferramentas de marketing ativo. Esse desempenho continuou a ser baseado nos resultados de serviços VAS 2.0, como Oi Apps Club, Oi Conselheiro, Oi Saúde e Para Aprender, e na rentabilidade de serviços tradicionais, como correio de voz, além do aumento contínuo de canais de vendas de serviços de valor adicionado.

Pós-pago. O número de clientes de pós-pago foi de 7.140 mil, um aumento de 6,4% em relação a 2013. O plano Oi Controle registrou um crescimento anual de 13,7%, atingindo 42,7% da base pós-paga da Oi. A taxa de churn do pós-pago melhorou continuamente, principalmente devido à melhor qualidade das vendas, que também explica o crescimento da base pós-paga.

O plano Oi Controle tem um valor estratégico para a Companhia, pois combina a ausência de inadimplência e o impacto favorável no capital de giro, vantagens características de ofertas pré-pagas, com um perfil de consumo mais robusto, similar ao de ofertas pós-pagas. Portanto, esse plano híbrido apresenta um ARPU mais atraente e uma taxa de churn mais baixa que a de planos pré-pagos.

No ano de 2014, a Companhia simplificou e reduziu o seu portfólio de planos pós-pagos e Controle ofertados ao mercado, ou seja, de 27 para 14 planos, combinando pacotes de voz e dados em todo o portfólio. Essa iniciativa reduz os custos operacionais ao simplificar o processo de vendas e melhorar o ARPU de voz e dados dos novos clientes, em linha com o foco da Companhia no turnaround operacional.

A receita de internet móvel no segmento pós-pago subiu 31% em comparação a ano de 2013, devido ao aumento da penetração de smartphones 3G / 4G e pacotes de dados.

Cobertura 2G, 3G e 4G LTE. A cobertura 2G da Oi alcançou um total de 3.386 municípios, o equivalente a 93% da população urbana do país, um aumento anual de 44 municípios. A Companhia tem melhorado sua cobertura e capacidade de rede 3G para atender às crescentes demandas de uso de dados e aproveitar as oportunidades no segmento de dados móveis.

A Oi também oferece pacotes de dados pela tecnologia 4G LTE em 45 municípios, que representam 36% da população urbana brasileira.

ARPU móvel. O ARPU móvel considera a receita total da móvel (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) na visão de uma empresa móvel separada, ou seja, considera a receita oriunda do tráfego entre as divisões móvel e fixa (intercompany), mas exclui a receita de chamadas de longa distância de origem móvel que pertence à licença do STFC (concessão de voz fixa). Esse valor é então dividido pela base média de clientes para se chegar ao ARPU móvel.

Em 2014, o ARPU móvel foi de R\$ 18,7, redução de 5,9% em relação a 2013, impactado pela redução de 25% nas tarifas de interconexão, mas parcialmente compensado pelo aumento na receita de dados e pelo volume de recargas no segmento pré-pago. Excluindo a receita de interconexão, o ARPU móvel aumentou 6,1% em relação ao ano de 2013.

Empresarial / Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial / Corporativo representou 29,4% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	2014	2013	Variação %
Fixa	4.822	5.105	(5,5)
Banda larga	617	630	(2,1)
Móvel	2.478	2.511	(1,3)
Total	7.917	8.246	(4,0)

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos reduziu 1,7% principalmente devido a redução das tarifas fixo-móvel (VC) e de interconexão móvel VU-M. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas de serviços de TI e de dados do segmento corporativo e do aumento da receita de mobilidade de PME's, associado ao compromisso da Companhia com rentabilidade e produtividade.

O número de clientes Empresariais / Corporativos totalizou 7.917, uma diminuição de 4,0% em relação ao final de 2013, reflexo do foco na qualidade de vendas, aliado à reestruturação do canal PME's.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) do segmento Empresarial / Corporativo - Visão Geral

Empresarial. O segmento empresarial (PMEs) continuou a focar a produtividade por meio de iniciativas para melhorar as margens. O segmento está implementando iniciativas para a transformação da Companhia por meio da simplificação do portfólio de ofertas, do modelo de comissões e dos processos de atividades, além do foco em franquias como o principal canal de vendas.

Tendo a produtividade como a maior prioridade no segmento Empresarial, a Oi registrou uma melhora na inadimplência do primeiro pagamento e reduziu os custos com comissões em relação ao ano anterior. Apesar do aumento no número de desconexões líquidas e da queda nas adições brutas, o segmento tem focado a qualidade de processos e, portanto, tem registrado melhorias sequenciais nas métricas de qualidade, como a redução no tempo médio de instalações e reparos.

Corporativo. Os serviços de TI e de comunicação de dados continuaram a impulsionar a expansão da receita do segmento Corporativo. As ofertas inovadoras de data center, nuvem e TI, aliadas a soluções de telecomunicações, apresentaram um crescimento anual expressivo de 38,5%, contribuindo para um aumento da participação da receita de serviços não voz para 62% ao final de 2014. A receita de serviços não voz cresceu 12,4% em relação ao ano de 2013. A estratégia do segmento Corporativo é buscar receitas mais duradouras e maior rentabilidade.

A Oi apresentou um aumento na comunicação de dados de 8,8% em relação ao ano de 2013, impulsionados principalmente por serviços de rede e serviços de acesso a internet (IP). Na comparação com o ano de 2013, os serviços de formação de rede VPN aumentaram 9,5%, enquanto os serviços de acesso à internet (IP) subiu 48,4% e os troncos digitais de telefonia fixa apresentaram crescimento de 6,5%.

Despesas (Receitas) Operacionais

As despesas (receitas) operacionais da Oi diminuíram 2,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente:

Redução de 32,2%, ou R\$1.276 milhões, nos custos de interconexão;
Aumento de 37%, ou R\$876 milhões, em outras receitas operacionais, líquidas;
Redução de 17,4%, ou R\$405 milhões, nos serviços de manutenção da rede; e
Redução de 29,7%, ou R\$274 milhões, na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os efeitos desses fatores foram parcialmente impactados pelo aumento das despesas a seguir:

Aumento de 47,2%, ou R\$1.000 milhões, nos custos de aluguéis e seguros;
Aumento de 11,6%, ou R\$295 milhões, em despesas com pessoal;
Aumento de 6,0%, ou R\$257 milhões, nos custos de depreciação e amortização;
Aumento de 41,7%, ou R\$215 milhões, nos custos de aparelhos e outros;
Aumento de 21,0%, ou R\$117 milhões, nas despesas de publicidade e propaganda;
Aumento de 18,6%, ou R\$122 milhões, em provisões / reversões;
Aumento de 8%, ou R\$121 milhões, em tributos e outras despesas; e
Aumento de 2,3%, ou R\$139 milhões, nos custos de serviços de terceiros.

Assim, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos da Oi aumentou 7,4%, para R\$5.675 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$5.286 milhões no mesmo período de 2013. Como porcentagem da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos aumentou para 20,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra 18,6% no mesmo período de 2013.

Interconexão. Os custos de interconexão diminuíram 32,2%, para R\$2.690 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$3.966 no mesmo período de 2013, principalmente como resultado da queda de 25% nas tarifas interconexão VU-M, implementada em fevereiro de 2014, e à redução no tráfego off-net de voz móvel, refletindo o sucesso das ofertas que incentivam o tráfego on-net.

Serviços de Manutenção da Rede. Os custos dos serviços de manutenção da rede reduziram 17,4%, para R\$1.923 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$2.328 no mesmo período de 2013, principalmente devido: (1) a internalização de parte das operações de manutenção da planta interna no decorrer de 2013; e (2) ao compromisso da Companhia em melhorar a eficiência e produtividade e na disciplina na redução de custos.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa reduziu 29,7%, para R\$649 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$923 no mesmo período de 2013, principalmente devido à melhoria da política de

crédito como continuidade das ações para melhorar o churn e a qualidade de vendas. Em 31 de dezembro de 2014 as provisões para devedores duvidosos corresponderam a 2,3% da receita líquida, 0,9% menor do que no mesmo período de 2013 (3,2%).

Aluguéis e Seguros. Os custos com aluguéis e seguros aumentaram 47,2%, para R\$3.120 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$2.120 no mesmo período de 2013, devido principalmente: (1) um aumento do valor dos alugueis de imóveis da infraestrutura de rede, motivado pela venda de ativos não estratégicos, incluindo a GlobeNet, torres fixas e torres móveis; (2) ao aumento de despesas com aluguel de capacidade de satélite em relação ao satélite SES-6; e (3) ajustes contratuais anuais.

Pessoal. Os custos e despesas com pessoal, inclusive benefícios e encargos sociais e participação de funcionários e administração nos resultados, aumentaram 11,6%, para R\$2.829 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$2.534 no mesmo período de 2013, principalmente devido: (1) renegociação de alguns dos acordos coletivos no final de 2013, e (2) da internalização de parte das operações de manutenção da planta interna.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização aumentaram 6,0%, para R\$4.535 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$4.278 no mesmo período de 2013, devido principalmente à expansão da rede de comunicação de dados, motivada pelo crescimento de infraestrutura 4G e 3G.

Custo de aparelhos e outros. Os custos de aparelhos e outros aumentaram 41,7%, para R\$730 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$515 no mesmo período de 2013, principalmente devido ao aumento na venda de aparelhos impulsionada por parcerias com grandes varejistas em uma iniciativa estratégica de alavancar as vendas smartphone.

Propaganda e Publicidade. As despesas de propaganda e publicidade aumentaram 21,0%, para R\$674 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$557 no mesmo período de 2013, principalmente devido ao aumento de custos com campanhas publicitárias relacionadas a Oi TV, e ao evento Copa do Mundo da FIFA.

Serviços de Terceiros. Os custos e as despesas dos serviços de terceiros aumentaram 2,3% para R\$6.259 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$6.120 no mesmo período de 2013, principalmente devido ao aumento das despesas com conteúdo de TV e pela implementação de projetos de TI para a Copa do Mundo da FIFA; esse aumento foi parcialmente compensado por uma redução nas despesas com consultoria e menores custos de call center em função de processos de vendas mais eficientes.

Outras receitas operacionais, líquidas. As outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram para R\$3.246 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente a: (1) R\$2.370 milhões, líquido de despesas de transação, relacionados à venda de 100% do capital social de duas subsidiárias, detentoras de torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel; (2) R\$355 milhões de reversão de provisão decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários; (3) reversão de R\$476 milhões da provisão em virtude da adesão ao REFIS. Em 2013, as receitas (despesas) incluem substancialmente: (1) R\$ 201 milhões decorrentes de reversão de provisão registrada na sequência da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas; (2) R\$ 330 milhões decorrentes da reversão de provisão para a participação dos empregados nos lucros; (3) R\$ 173 milhões relacionados a venda de um imóvel; e (4) R\$ 1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação, relacionados a venda da GlobeNet.

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira diminuiu 2,2% para R\$1.345 milhões em 2014 em relação a R\$1.375 milhões em 2013, principalmente devido a: (1) diminuição de 59,0% em dividendos a receber da PT, em decorrência da reorganização societária ocorrida em maio de 2014, (2) diminuição de 53,4% em variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior de R\$32 milhões em 2014 em relação a R\$70 milhões em 2013, principalmente devido a diminuição de nossas aplicações em moeda estrangeira, e (3) diminuição de 36,2% em outras receitas de R\$163 milhões em 2014 em relação a R\$254 milhões em 2013.

Os efeitos dessas diminuições foram parcialmente compensados por: (1) um aumento de 27,3% nos rendimentos de aplicações financeiras de R\$355 milhões em 2014 em relação a R\$279 milhões em 2013, principalmente como resultado do aumento no volume médio de nossos investimentos de curto prazo, principalmente em função do aumento de capital ocorrido em maio de 2014, e (2) um aumento de 9,8% nos juros e variações monetárias sobre outros ativos de R\$762 milhões em 2014 em relação a R\$694 milhões em relação a 2013.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 26,7%, para R\$5.891 milhões em 2014 em relação a R\$4.650 milhões em 2013, principalmente devido a: (1) um aumento de 19,6% em juros sobre empréstimos a pagar a terceiros e juros sobre debêntures para R\$2.933 milhões em 2014 em relação a R\$2.452 milhões ao longo de 2013, principalmente como resultado de um aumento no saldo médio de nossos empréstimos a pagar a terceiros, principalmente devido a captações de linhas de crédito e desembolsos de empréstimos com o BNDES, (2) 63,1% de redução nos ganhos em transações com derivativos de R\$427 milhões em 2014 em relação a R\$1.159 milhões em 2013, principalmente como resultado da depreciação de 13,4% do Real em relação ao Dólar, (3) um aumento de 31,8% de juros e variações monetárias sobre outros passivos de R\$811 milhões em 2014 em relação a R\$616 milhões em 2013, principalmente como resultado do aumento nos juros e ajustes de inflação de outras obrigações da Companhia principalmente devido a um aumento na quantidade média de nossas outras obrigações, (4) um aumento de 99,9% nas despesas de Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários de R\$386 milhões em 2014 em relação a R\$193 milhões em 2013, principalmente como resultado do aumento nessas despesas como resultado da operação de aumento de capital ocorrida em maio de 2014, e (5) um aumento de 73,3% em outras despesas de R\$358 milhões em 2014 em relação a R\$206 milhões em 2013.

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de 27,2% nas variações monetárias e cambiais sobre empréstimos a pagar a terceiros de R\$1.465 milhões em 2014 em relação a R\$2.013 milhões em 2012, principalmente como resultado da depreciação de 13,4% do Real em relação ao Dólar.

Imposto e renda e contribuição social sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social aumentou 115,8%, de R\$1.120 milhões em 2014 em relação a R\$519 milhões em 2013. A alíquota efetiva foi de 93,5% em 2014 e de 25,3% em 2013. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2014	2013
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34,0%	34,0%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2014	2013
Efeitos tributários sobre equivalência patrimonial	0,2	0,3
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	63,1	(7,1)
Efeitos tributários sobre incentivos fiscais	(3,0)	(1,5)
Efeito tributário da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	(1,3)
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos	3,9	4,6
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos constituídos	(4,4)-	-
Efeitos tributário do imposto de renda de exercícios anteriores	0,4	(3,6)
Efeitos tributário de taxas de impostos diferenciadas	(0,6)	
Alíquota efetiva	93,5%	25,3%

Nossa taxa efetiva de imposto foi 93,5% em 2014, principalmente como resultado de (1) o efeito fiscal das adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos de adições permanentes de quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º. da Lei 12.996/2014 e do artigo 33º. da Lei 13.043/2014 no montante de R\$ 443 milhões e baixa de créditos fiscais de improvável realização relativos a perdas potenciais das ações detidas da PT SGPS pela controlada TMAR de R\$ 266 milhões, que aumentaram a taxa de imposto efetiva em 63,1%, (2) o efeito fiscal dos incentivos fiscais previstos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ou a SUDENE, resultantes de uma redução na base de cálculo do lucro nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva de imposto por 3.0%.

Nossa taxa efetiva de imposto foi 25,3% em 2013, principalmente como resultado de (1) o efeito fiscal das adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos da exclusão permanente (adições) de dividendos prescritos, multas não dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, que diminuíram a taxa de imposto efetiva por 7.1%, (2) o efeito fiscal dos incentivos fiscais previstos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ou a SUDENE, resultantes de uma redução na base de cálculo do lucro nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva de imposto por 1.5%, (3) os efeitos fiscais de imposto de renda de exercícios anteriores, o qual reduziu nossa taxa de imposto por 3.6% e (4) o efeito fiscal de nossa utilização de prejuízos fiscais, que reduziu nosso a taxa efetiva de imposto por 1,3%. Os efeitos destes fatores foram parcialmente compensados pelo efeito fiscal de ativo por impostos diferidos não reconhecidos em relação a pessoas jurídicas que não são elegíveis para reconhecer os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, o que aumentou a taxa de imposto efetiva em 4.6%.

Resultado do exercício

Lucro das operações continuadas. O lucro das operações continuadas foi de R\$8 milhões em 2014 e de R\$1.493 milhões em 2013.

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos). O resultado líquido de operações descontinuadas está representado principalmente por: (1) A provisão para perda no valor de R\$ 4.164 milhões no investimento da PT Portugal que resulta do reconhecimento dos ativos da PT Portugal ao seu valor justo deduzido de despesas de venda. O valor de venda considerado para determinação da provisão para perda corresponde à oferta da Altice de R\$ 23.880 milhões (€7.400 milhões) deduzida do "earn-out" de R\$ 1.613 milhões (€500 milhões) e de passivos com benefícios de reforma assumidos pela PT Portugal e outros no montante de R\$3.872 milhões (€1.200 milhões), e (2) resultado das operações descontinuadas da PT Portugal no montante de R\$250 milhões.

Prejuízo do exercício. Em razão do mencionado acima, o prejuízo de exercício foi de R\$4.406 milhões em 2014 em comparação a um lucro de R\$1.493 milhões em 2013.

h.2) Balanço Patrimonial

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 das contas patrimoniais.

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação %
	2015	%	2014	%	Dez/15 x Dez/14
ATIVO					
Circulante	38.067	39,2	49.287	47,9	(22,8)
Caixa e equivalentes de caixa	14.898	15,4	2.449	2,4	508,3
Aplicações financeiras	1.802	1,9	171	0,2	953,6
Instrumentos financeiros derivativos	606	0,6	341	0,3	77,8
Contas a receber	8.380	8,6	7.450	7,2	12,5
Estoques	352	0,4	479	0,5	(26,5)
Tributos correntes a recuperar	916	0,9	1.097	1,1	(16,5)
Outros tributos	923	1,0	1.054	1,0	(12,4)
Depósitos judiciais	1.258	1,3	1.134	1,1	11,0
Ativo relacionado aos fundos de pensão	1	0,0	2	0,0	(62,4)
Despesas antecipadas	293	0,3	301	0,3	(2,6)
Ativos mantidos para venda	7.686	7,9	33.927	33,0	(77,3)
Demais ativos	952	1,0	882	0,9	8,0
Não circulante	58.948	60,8	53.502	52,1	10,2
Aplicações financeiras	126	0,1	111	0,1	13,5
Instrumentos financeiros derivativos	6.780	7,0	2.881	2,8	135,3
Tributos diferidos a recuperar	8.883	9,2	7.626	7,4	16,5
Outros tributos	660	0,7	742	0,7	(11,1)
Depósitos judiciais	13.119	13,5	12.260	11,9	7,0
Ativo relacionado aos fundos de pensão	129	0,1	46	0,0	180,7
Despesas Antecipadas	71	0,1	104	0,1	(31,5)

Demais ativos	225	0,2	223	0,2	1,0
Investimentos	155	0,2	148	0,1	4,7
Imobilizado	25.497	26,3	25.670	25,0	(0,7)
Intangível	3.302	3,4	3.691	3,6	(10,5)
TOTAL DO ATIVO	97.015	100,0	102.789	100,0	(5,6)

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação % Dez/15 Dez/14 x
	2015	%	2014	%	
PASSIVO					
Circulante	25.574	26,4	42.558	41,4	(39,9)
Salários, encargos sociais e benefícios	660	0,7	744	0,7	(11,2)
Fornecedores	5.005	5,2	4.337	4,2	15,4
Empréstimos e financiamentos	11.810	12,2	4.464	4,3	164,6
Instrumentos financeiros derivativos	1.989	2,1	524	0,5	279,6
Tributos correntes a recolher	340	0,4	477	0,5	(28,8)
Outros tributos	1.554	1,6	1.668	1,6	(6,9)
Dividendos e juros sobre capital próprio	96	0,1	185	0,2	(47,9)
Autorizações e concessões a pagar	912	0,9	676	0,7	34,9
Programa de refinanciamento fiscal	78	0,1	94	0,1	(16,6)
Provisões	1.021	1,1	1.059	1,0	(3,6)
Provisões para fundos de pensão	145	0,1	130	0,1	11,2
Passivos associados a ativos mantidos para venda	745	0,8	27.178	26,4	(97,3)
Demais obrigações	1.220	1,3	1.022	1,0	19,3
Não Circulante	57.035	58,8	40.921	39,8	39,4
Empréstimos e financiamentos	48.048	49,5	31.386	30,5	53,1
Instrumentos financeiros derivativos	521	0,5	143	0,1	264,6
Outros tributos	924	1,0	875	0,9	5,6
Autorizações e concessões a pagar	7	0,0	686	0,7	(99,0)
Programa de refinanciamento fiscal	717	0,7	896	0,9	(20,0)

Provisões	3.414	3,5	4.073	4,0	(16,2)
Provisões para fundos de pensão	399	0,4	347	0,3	15,1
Demais obrigações	3.004	3,1	2.515	2,4	19,5
Patrimônio líquido	14.406	14,8	19.310	18,8	(25,4)
Capital social	21.438	22,1	21.438	20,9	0,0
Custo de emissão de ações	(377)	(0,4)	(310)	(0,3)	21,8
Reservas de capital	7.016	7,2	3.978	3,9	76,4
Obrigações em instrumentos patrimoniais		0,0	(2.895)	(2,8)	(100,0)
Reservas de lucro		0,0	1.933	1,9	(100,0)
Ações em tesouraria	(5.531)	(5,7)	(2.368)	(2,3)	133,6
Outros resultados abrangentes	338	0,3	45	0,0	651,6
Outros	4	0,0	4	0,0	0,0
Prejuízos acumulados	(9.672)	(10,0)	(4.024)	(3,9)	140,4
Participação dos não controladores	1.191	1,2	1.509	1,5	(21,1)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.015	100,0	102.789	100,0	(5,6)

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$16.826 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$14.095 milhões ou 508% em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de: (1) caixa recebido pela venda da PT Portugal no montante de R\$17.218 milhões; (2) captações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$7.219 milhões; (3) atualização do caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$3.316 milhões; e (4) desembolsos relacionados a: (i) amortização de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$8.604 milhões; (ii) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R\$3.681 milhões; (iii) desembolsos líquidos de depósitos e bloqueios judiciais, no montante de R\$1.066 milhões; e (iv) desembolsos relacionados a autorizações e licenças no montante de R\$349 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$4.876 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$2.321 milhões em relação ao mesmo período de 2014. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente como resultado de: (1) aumento nas operações de instrumentos financeiros derivativos para proteção

cambial e (2) depreciação de 47,0% do Real em relação ao Dólar e da depreciação de 31,7% do Real em relação ao Euro no decorrer do exercício de 2015.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$8.380 milhões, um acréscimo de R\$930 milhões ou 12% em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente como resultado do aumento de créditos de clientes a vencer.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$8.833 milhões em 31 de dezembro de 2015, um acréscimo de R\$1.257 milhões em relação ao mesmo período de 2014, principalmente devido a: (1) efeitos da incorporação de créditos fiscais diferidos decorrentes da incorporação, em setembro de 2015, da controladora Telemar Participações S.A. ("TmarPart") no montante de R\$982 milhões; (2) constituição de créditos de IR e CS sobre diferenças temporárias reconhecidos em contrapartida ao resultado e ao patrimônio líquido no montante de R\$1.130 milhões (3) constituição de créditos de IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição no montante de R\$768 milhões. Os efeitos desses aumentos foram compensados (1) pela provisão para perda ao valor de realização dos créditos fiscais no montante de R\$1.392 milhões e (2) compensações relativas ao parcelamento PRORELIT - Programa de Redução de Litígios Tributários no montante de R\$318 milhões.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$14.377 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$983 milhões ou 7% em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente pelo aumento de R\$540 milhões em depósitos judiciais cíveis, R\$83 milhões em depósitos judiciais tributários e R\$361 milhões em depósitos judiciais trabalhistas, relacionados a processos judiciais.

Ativos mantidos para venda

Em 2015, a conta de ativos mantidos para venda corresponde à classificação das operações das operações na África devido à intenção da Companhia em vender as participações nas empresas africanas e asiáticas. A redução no saldo no decorrer do exercício ocorreu devido a concretização da venda das ações da PT Portugal para a Altice (envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria). Adicionalmente, em dezembro de 2015, a Companhia reconheceu provisão pela desvalorização dos investimentos na Unitel e provisão para perda nos ágios de empresas africanas no montante de R\$2,2 bilhões.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$25.497 milhões em 31 de dezembro de 2015, um decréscimo de R\$173 milhões ou 1% em relação a 31 de dezembro de 2014, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$3.623 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; e (2) depreciações no montante de R\$3.784 milhões e (3) baixas líquidas de R\$22 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$3.302 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$389 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$720 milhões e (2) amortizações no montante de R\$1.109 milhões.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos - circulante

A conta de empréstimos e financiamento - circulante, possuía saldo de R\$11.810 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$7.346 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente por: (i) transferências de dívidas do não circulante para o circulante no montante de R\$10.501 milhões; (ii) juros e variações cambiais e variações monetárias de R\$6.954 milhões e (iii) amortizações de principal e juros da dívida no montante de R\$10.143 milhões.

Empréstimos e financiamentos - não circulante

A conta de empréstimos e financiamentos - não circulante, possuía saldo de R\$48.048 milhões em 31 de dezembro de 2015, um acréscimo de R\$16.662 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente pela transferência do endividamento que se manteve na Companhia (anteriormente classificados como passivos associados a ativos mantidos para venda) por ocasião da venda da PT Portugal para Altice juntamente com o recebimento do caixa de igual montante.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$919 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$443 milhões ou 33% em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente como resultado de amortizações de principal e juros das outorgas de radiofrequência 3G e 4G e pagamento do ônus das concessões dos serviços STFC.

Programa de refinanciamento fiscal - circulante e não circulante

A conta de refinanciamento fiscal possuía saldo de R\$795 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$195 milhões que estão relacionados aos pagamentos dos parcelamentos de tributos federais.

Provisões - circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$4.435 milhões em 31 de dezembro de 2015, um decréscimo de R\$697 milhões ou 14% em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de: (i) redução de R\$325 milhões relacionada a revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos cíveis - societários relacionados aos contratos de participação financeira, incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto; (2) acréscimo no volume de baixa por pagamentos e encerramentos de processos no montante de R\$272 milhões.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda correspondia à classificação das operações da PT Portugal e as operações na África como passivos associados a ativos mantidos para venda. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice em junho de 2015, o endividamento de uma das subsidiárias se manteve na Companhia juntamente com o recebimento do caixa de igual montante, sendo posteriormente reclassificado para endividamento da Companhia. O saldo remanescente refere-se aos passivos associados a ativos mantidos para venda das operações africanas e asiáticas.

Demais obrigações - circulante e não circulante

A conta de demais obrigações possuía saldo de R\$4.224 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$687 milhões que estão relacionados principalmente com aumento nas provisões com indenizações a pagar.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$14.406 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$4.905 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) prejuízo do exercício no montante de R\$5.348 milhões; (2) efeitos de redução de outros resultados abrangentes associados a operações de hedge accounting e planos de pensão no montante de R\$563 milhões. Essas movimentações foram compensadas pelos efeitos: (1) da incorporação da TmarPart no montante R\$1.065 milhões; e (2) efeitos positivos de variações cambiais decorrentes de investimentos no exterior no montante de R\$242 milhões.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 das contas patrimoniais.

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação Dez/14 x Dez/13
	2014	%	2013	%	
ATIVO					
Circulante	49.287	47,9	17.930	25,5	178,6
Caixa e equivalentes de caixa	2.449	2,4	2.425	3,4	1,0
Aplicações financeiras	171	0,2	493	0,7	(65,3)
Instrumentos financeiros derivativos	341	0,3	452	0,6	(24,6)
Contas a receber	7.450	7,2	7.097	10,1	5,1
Estoques	478	0,5	433	0,6	10,4
Tributos correntes a recuperar	1.097	1,1	907	1,3	20,9
Outros tributos	1.054	1,0	1.474	2,1	(28,5)
Depósitos judiciais	1.134	1,1	1.316	1,9	(13,8)
Valores a receber na venda da GlobeNet			1.776	2,5	(100,0)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	2	0,0	10	0,0	(80,0)

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variacã o
	2014	%	2013	%	Dez/14 x Dez/13
ATIVO					
Ativos mantidos para venda	33.927	33,0	242	0,3	13.919, 4
Demais ativos	1.184	1,2	1.305	1,9	(10,1)
Não circulante	53.502	52,1	52.409	74,5	2,1
Créditos com partes relacionadas					
Aplicações financeiras	111	0,1	99	0,1	12,1
Instrumentos financeiros derivativos	2.881	2,8	1.621	2,3	77,7
Tributos diferidos a recuperar	7.626	7,4	8.274	11,8	(7,8)
Outros tributos	742	0,7	891	1,3	(16,7)
Ativo financeiro disponível para venda			914	1,3	(100,0)
Depósitos judiciais	12.260	11,9	11.051	15,8	10,9
Ativo relacionado aos fundos de pensão	46	0,0	60	0,1	(23,3)
Ativos mantidos para venda			242	0,3	(100,0)
Demais ativos	327	0,3	377	0,5	(13,3)
Investimentos	148	0,1	174	0,2	(14,9)
Imobilizado	25.670	25,0	24.786	35,2	3,6
Intangível	3.691	3,6	3.919	5,6	(5,8)
TOTAL DO ATIVO	102.789	100,0	70.096	100,0	46,6

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variacã o
	2014	%	2013	%	Dez/14 x Dez/13
PASSIVO					
Circulante	42.558	42,0	15.540	22,2	183,5
Salários, encargos sociais e benefícios	744	0,7	651	0,9	14,3
Fornecedores	4.337	4,2	4.732	6,8	(8,5)

Empréstimos e financiamentos	4.464	4,3	4.159	5,9	7,3
Instrumentos financeiros derivativos	524	0,5	410	0,6	27,8
Tributos correntes a recolher	477	0,5	432	0,6	10,4
Outros tributos	1.668	1,6	2.112	3,0	(21,1)
Dividendos e juros sobre capital próprio	185	0,2	231	0,3	(19,9)
Autorizações e concessões a pagar	676	0,7	457	0,7	47,9
Programa de refinanciamento fiscal	94	0,1	100	0,1	(6,0)
Provisões	1.059	1,0	1.224	1,7	(13,5)
Provisões para fundos de pensão	130	0,1	184	0,3	(29,3)
Passivos associados a ativos mantidos para venda	27.178	26,4			
Demais obrigações	1.022	1,0	848	1,2	20,5
Não Circulante	40.921	40,4	43.031	61,4	(4,9)
Empréstimos e financiamentos	31.386	30,5	31.695	45,2	(1,0)
Instrumentos financeiros derivativos	143	0,1	157	0,2	(8,9)
Outros tributos	875	0,9	1.747	2,5	(49,9)
Autorizações e concessões a pagar	686	0,7	1.027	1,5	(33,2)
Programa de refinanciamento fiscal	896	0,9	1.020	1,5	(12,2)
Provisões	4.073	4,0	4.393	6,3	(7,3)
Provisões para fundos de pensão	347	0,3	459	0,7	(24,4)
Demais obrigações	2.515	2,5	2.533	3,6	(0,7)
Patrimônio líquido	19.310	18,8	11.524	16,4	54,5
Capital social	21.438	20,9	7.471	10,7	186,9
Custo de emissão de ações	(310)	(0,3)	(57)	(0,1)	443,9
Reservas de capital	3.978	3,9	3.978	5,7	0,0
Obrigações em instrumentos	(2.895)	(2,8)			

patrimoniais)				
Reservas de lucro	1.933	1,9	2.324	3,3	(16,8)
Ações em tesouraria	(2.368)	(2,3)	(2.105)	(3,0)	12,5
Outros resultados abrangentes	45	0,0	(92)	(0,1)	148,9
Outros	4	0,0	4	0,0	0,0
Prejuízos acumulados	(4.024)	(4,0)	-	-	
Participação dos não controladores	1.509	1,5			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.789	100,0	70.096	100,0	46,6

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$2.731 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$285 milhões ou 9,5% em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de: (1) caixa gerado pelas atividades operacionais das operações continuadas no montante de R\$3.652 milhões, que inclui redução de R\$268 milhões nos saldos de aplicações financeiras, (2) captações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$2.665 milhões, (3) aumento de capital no montante de R\$8.230 milhões, (4) recursos obtidos na venda de ativos não estratégicos no montante de R\$4.454 milhões; (5) desembolsos relacionados a: (i) amortização de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$5.053 milhões, (ii) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R\$5.370 milhões, (iii) depósitos e bloqueios judiciais no montante de R\$357 milhões; (iv) pagamento programa de refinanciamento fiscal no montante de R\$870 milhões, (v) desembolsos relacionados a custos de emissões de ações no montante de R\$403 e (6) fluxos de caixa das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento relacionados as operações descontinuadas no montante de R\$6.111 milhões

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$3.221 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$1.148 milhões em relação ao mesmo período de 2013. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente como resultado da depreciação de 13,4% do Real frente ao Dólar no decorrer do exercício.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$7.450 milhões, um acréscimo de R\$353 milhões ou 5,1% em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente como resultado do aumento na venda de aparelhos e acessórios no montante de R\$339 milhões.

Tributos correntes a recuperar

A conta tributos correntes a recuperar possuía saldo de R\$1.097 milhões em 31 de dezembro de 2014, um acréscimo de R\$190 milhões ou 20,9% em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente como resultado de (1) aumento de imposto de renda e contribuição social a recuperar no montante de R\$98 milhões, (2) aumento de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$92 milhões.

Outros tributos - Ativo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$1.796 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$569 milhões em relação ao mesmo período de 2013, principalmente como resultado da compensação nos saldos de ICMS a recuperar decorrente de créditos constituídos com compensação com as obrigações fiscais desse imposto.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$7.626 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$648 milhões em relação ao mesmo período de 2013, principalmente devido ao efeitos de constituição de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$479 milhões.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$13.394 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$1.027 milhões ou 8,3% em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente pelo aumento de R\$564 milhões em depósitos judiciais cíveis, R\$189 milhões em depósitos judiciais tributários e R\$274 milhões em depósitos judiciais trabalhistas, relacionados a processos judiciais.

Ativos mantidos para venda

A conta de ativos mantidos para venda corresponde à classificação das operações da PT Portugal e as operações na África como ativos não circulantes mantidos para venda, uma vez que a Companhia alienará as ações da PT Portugal para a Altice (envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria) e têm a intenção de vender suas participações na Africatel Holdings B.V. ("Africatel").

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$25.670 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$884 milhões ou 3,6% em relação a 31 de dezembro de 2013, representado principalmente pelos acréscimos e diminuições das operações continuadas de: (1) adições no montante de R\$4.218 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; (2) depreciações no montante de R\$3.315 milhões e (3) baixas de R\$20 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$3.691 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$229 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, representado principalmente pelos acréscimos e diminuições das operações continuadas de: (1) adições no montante de R\$869 milhões e (2) amortizações no montante de R\$1.084 milhões.

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores possuía saldo de R\$4.337 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$395 milhões ou 8,5% em relação a 31 de dezembro de 2013, representado principalmente por melhor relacionamento com os fornecedores através de racionalização de fornecedores e renegociação de contratos.

Empréstimos e financiamentos - circulante

A conta de empréstimos e financiamento - circulante, possuía saldo de R\$4.464 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$305 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente por: (i) transferências de dívidas do não circulante para o circulante no montante de R\$4.646 milhões; (ii) juros e variações cambiais e variações monetárias de R\$2.712 milhões e (iii) amortizações de principal e juros da dívida no montante de R\$7.053 milhões.

Empréstimos e financiamentos - não circulante

A conta de empréstimos e financiamentos - não circulante, possuía saldo de R\$31.386 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$309 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) captações de R\$2.648 milhões, principalmente relacionados a desembolsos através de Cédula de Crédito Bancário numa operação de linha de crédito rotativo no montante de R\$1.300 milhões e desembolsos junto ao BNDES para amparar investimentos no montante de R\$836 milhões; (2) variação monetária e cambial sobre as dívidas no montante de R\$1.689 milhões; e (3) transferências do não circulante para o circulante no montante de R\$4.646 milhões.

Tributos correntes a recolher

A conta tributos correntes a recolher possuía saldo de R\$477 milhões em 31 de dezembro de 2014, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2013.

Outros tributos - Passivo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$2.543 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$1.316 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa diminuição estão representados, principalmente, pela redução de R\$477 milhões pela quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º. da Lei 12.996/2014 e do artigo 33º. da Lei 13.043/2014 e compensações de ICMS com os créditos fiscais desse imposto.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$1.362 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$122 milhões ou 8,3% em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente como resultado de amortizações de principal e juros das outorgas de radiofrequência 3G e 4G e pagamento do ônus das concessões dos serviços STFC.

Programa de refinanciamento fiscal - circulante e não circulante

A conta de refinanciamento fiscal possuía saldo de R\$990 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$130 milhões que estão relacionados às atualizações monetárias e aos pagamentos dos parcelamentos de tributos federais.

Provisões – circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$5.132 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$485 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) pela redução de R\$390 milhões nas provisões cíveis; e (ii) baixa por pagamento e/ou encerramento de processos trabalhistas, tributários e cíveis no montante de R\$1.181 milhões, compensado pela constituição de novas provisões no montante de R\$463 milhões e atualização monetária sobre as provisões no montante de R\$233 milhões.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda corresponde à classificação das operações da PT Portugal e as operações na África como ativos não circulantes mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, uma vez que a Companhia alienará as ações da PT Portugal para a Altice (envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria) e têm a intenção de vender suas participações na Africatel Holdings B.V. ("Africatel")

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$19.311 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$7.786 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$13.960 milhões (sendo R\$8.250 milhões em espécie e R\$5.710 milhões através de ativos da PT), (2) prejuízo do exercício de R\$4.406 milhões, (3) obrigações em instrumentos patrimoniais no montante de R\$2.895 milhões, (4) ações em tesouraria no montante de R\$263 milhões, (5) custo de emissão de ações no montante de R\$253 milhões, e (6) Participação dos não controladores no montante de R\$1.509 milhões.

h.3) Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos

As atividades de investimento das operações continuadas geraram um caixa líquido de R\$12.543 milhões em 2015, e consumiram um caixa líquido de R\$4.302 milhões em 2014 e consumiram um caixa líquido de R\$6.770 milhões em 2013.

Durante o ano 2015, houve entrada de recursos pelo caixa recebido pela venda da PT Portugal no montante de R\$17.218 milhões. A utilização do caixa nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$3.681 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$1.006 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Durante o ano 2014, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$5.370 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$938 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Os efeitos dessas utilizações de caixa foram parcialmente compensados pelos recursos obtidos na venda de ativos não estratégicos no montante de R\$4.454 milhões, principalmente associados ao recebimento da venda da Globenet em janeiro de 2014 e venda de torres móveis.

Durante o ano 2013, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$5.976 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia, a aquisição de concessão da rede 4G e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$735 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. As atividades de investimento geraram caixa de R\$4 milhões referentes às vendas de ativos não estratégicos da Companhia.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

As atividades de financiamento das operações continuadas consumiram um caixa líquido de R\$1.864 milhões em 2015, e geraram um caixa líquido de R\$4.358 milhões em 2014 e consumiram um caixa líquido de R\$2.298 milhões em 2013.

Durante o ano 2015, as principais fontes de captação de financiamentos das operações continuadas foram: (1) emissão de Senior Notes no montante de 600 milhões; e (2) desembolsos de linhas de créditos e créditos rotativos no montante aproximado de US\$1.600 milhões. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Utilizamos as disponibilidades da Companhia das operações continuadas principalmente para: (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$8.604 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$349 milhões, e (3) pagamentos parcelados no âmbito de refinanciamento de impostos no montante de R\$93 milhões.

Durante o ano 2014, as principais fontes de financiamento das operações continuadas foram: (1) aumento de capital no montante de R\$8.230 milhões, (2) R\$1.300 milhões captados por meio de Cédula de Crédito Bancário numa operação de linha de crédito rotativo, (3) US\$98 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR e a EDC em julho de 2012, (4) US\$ 92 milhões tomados por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a Oi e a ONDD em março de 2013, (5) desembolsos junto ao BNDES para amparar investimentos no montante de R\$836 milhões. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Utilizamos as disponibilidades da Companhia das operações continuadas principalmente para: (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$5.054 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$205 milhões, e (3) pagamentos parcelados no âmbito do REFIS no montante de R\$870 milhões.

Durante o ano 2013, as principais fontes de financiamento foram de (1) R\$1.500 milhões captado por meio de debêntures não conversíveis emitidas em março de 2013, (2) US\$96 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR e a EDC em julho de 2012, e (3) US\$ 27 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR e a SEK em julho de 2011. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Utilizamos as disponibilidades da Companhia para (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$3.568 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$711 milhões, (3) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no valor total de R\$1.280 milhões, e (4) pagamentos parcelados no âmbito do REFIS no montante de R\$174 milhões.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam seus comentários acerca do resultado das operações da Companhia, em especial, descrevem os componentes da receita e os fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os serviços de telecomunicações da Companhia englobam:

- Serviços de telefonia fixa local nas Regiões I e II, inclusive instalação, assinatura mensal, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares;
- Serviços de longa distância nacional e internacional, por meio de telefonia fixa nas Regiões I e II e telefonia móvel nas Regiões I, II e III, com uso de códigos de seleção de prestadora para longa distância, os quais são representados pelo número "14" no caso da Companhia e pelo número "31" no caso da TMAR;
- Serviços de telefonia móvel, em todo território nacional, com a utilização de tecnologia 2G e 3G, bem como a tecnologia 4G;
- Serviços de transmissão de dados, que incluem (1) serviços ADSL; (2) arrendamento de linhas digitais e analógicas exclusivas para outras operadoras, ISPs e clientes corporativos; (3) soluções de IP; e (4) outros serviços de transmissão de dados;

- Uso da rede própria (1) para completar chamadas iniciadas por clientes de outras operadoras (serviços de interconexão); ou (2) por operadoras que não possuem a rede necessária;
- Serviços de TV paga;
- Serviços de transporte de tráfego;
- Terminais de Uso Público;
- Serviços de valor agregado que incluem correio de voz, identificador de chamadas e assistência a lista, entre outros;
- Serviços avançados de voz para clientes corporativos, tais como serviços de 0800 (chamada gratuita); e
- Operação do portal da internet iG.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetam a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, conforme comentários dos Diretores, são:

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e da demanda por serviços de telecomunicações

Por ser uma empresa brasileira com substancialmente todas as operações realizadas no Brasil, a Companhia é afetada pelas condições econômicas do país. A taxa de variação anual do PIB brasileiro foi de -3,8% em 2015, 0,10% em 2014 e 2,7% em 2013. Enquanto os Diretores da Companhia acreditam que o crescimento do PIB brasileiro estimula a demanda por serviços de telecomunicações, a Companhia acredita também que a demanda por esses mesmos serviços seja relativamente inelástica em períodos de estagnação econômica e que o efeito nas receitas da Companhia de uma desaceleração da economia ou mesmo de uma recessão no Brasil devido às atuais condições econômicas internacionais não seria relevante. Contudo, uma deterioração grande e prolongada das condições

econômicas no Brasil poderia afetar negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Companhia e, conseqüentemente, suas receitas operacionais.

Como operadora com concessão pública para serviços de telefonia fixa e operadora de serviços de telefonia móvel, a Companhia é o principal alvo e a principal beneficiária dessa tendência.

Entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número dos nossos assinantes de telefonia móvel cresceu 1,4%, de 50,9 milhões em dezembro de 2014 em relação a 50,2 milhões em dezembro de 2013, enquanto o número de linhas de telefone fixo Oi em serviço reduziu 4,7% no mesmo período.

Demanda pelos Serviços de Telecomunicações

Demanda pelos Serviços de Telefonia Fixa Local

O nível de penetração da telefonia fixa no Brasil é similar àquela de países com a mesma renda per capita e, assim como aconteceu em outros países, a base de clientes de telefonia fixa manteve-se estável com tendência de queda.

A demanda pelos serviços de telefonia fixa local fornecido pela Companhia estabilizou-se nos últimos anos, apresentando sensível diminuição no número de linhas fixas em serviço de aproximadamente 8,1% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

A Companhia procura reverter uma tendência generalizada no setor de telecomunicações brasileiro de substituir os serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel (1) oferecendo serviços de valor agregado aos clientes de telefonia fixa, principalmente assinatura de serviços de banda larga, e (2) promovendo a convergência de serviços de telecomunicações através da oferta de pacotes convergentes de telefonia fixa local, de longa distância, móvel, banda larga e TV paga. Em decorrência dessas ofertas, os Diretores da Companhia esperam que o número de linhas fixas em serviço permaneça estável ou diminua muito pouco nos próximos anos. Em dezembro de 2014, a banda larga fixa atingiu 48% das residências com serviços Oi.

A Companhia está sujeita, segundo regulamentos da ANATEL e os contratos de concessão, a oferecer planos básicos de telefonia fixa a seus clientes residenciais com 200 minutos de uso da rede de telefonia fixa para fazer ligações locais. O cliente de um plano básico paga um valor mensal pelo serviço e quando as ligações locais excedem o limite do plano a Companhia cobra um valor por minuto excedente. No entanto, a Companhia oferece diversos planos alternativos de telefonia fixa com diferentes ofertas para atender às diferentes necessidades e perfis de consumo do mercado, adequadas ao perfil de cada cliente. Um exemplo clássico é o plano ilimitado para clientes

que realizam muitas chamadas por mês e pagam uma mensalidade fixa para a Oi. A Companhia registrou melhora na perda de receita com assinatura em decorrência da estratégia lançada em 2006 de adequação das ofertas ao perfil dos clientes e fidelização dos mesmos.

O aumento substancial do número de usuários de telefonia móvel no Brasil também teve um impacto negativo sobre o uso dos telefones públicos. Como operadora com concessão pública de serviços de telefonia fixa local das Regiões I e II, a Companhia está sujeita aos regulamentos da ANATEL e segundo os contratos de concessão por ela celebrados, é necessário cumprir certas metas de disponibilidade de telefones públicos em toda a área de concessão. Contudo, como uma parte cada vez maior da população utiliza celulares para fazer ligações quando não há um telefone público ou fixo nas proximidades, o número de telefones públicos declinou nos últimos três exercícios sociais.

Demanda pelos Serviços de Telefonia Móvel

Os Diretores da Companhia acreditam que a principal razão pela qual a sua base de clientes de serviços de telefonia móvel ter crescido para 50,9 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em relação a 50,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi o sucesso de suas promoções, campanhas de marketing e lançamentos de novos serviços. A base de clientes de telefonia móvel sofreu uma redução de aproximadamente 5,6% comparando-se 31 de dezembro de 2014 com a mesma data de 2015.

O mercado de serviços de telefonia móvel é altamente competitivo na região em que a Companhia opera. O índice médio de cancelamento no segmento de telefonia móvel da Companhia, que representa o número de assinantes cujo serviço é desconectado durante determinado mês (churn), voluntária ou involuntariamente, dividido pelo número de assinantes no início de cada mês vem reduzindo. Para tanto, incorremos em despesas de vendas com marketing e esforços de vendas designados para reter os atuais clientes de telefonia móvel e atrair novos clientes, e (2) os descontos oferecidos em atividades promocionais levam a despesas frente às nossas receitas operacionais brutas do nosso segmento de telefonia móvel.

Os Diretores da Companhia esperam que o segmento de serviços de telefonia móvel continue a crescer em termos de base de cliente, volume de tráfego e receitas de serviços de valor agregado.

Demanda pelos Serviços de Transmissão de Dados

Em 31 de dezembro de 2014, a base da Companhia de clientes de serviços de banda larga era de aproximadamente 5,9 milhões, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2013. A base de clientes de serviço de banda larga reduziu-se de aproximadamente 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para aproximadamente 5,7 milhões na mesma data de 2015.

Os Diretores da Companhia acreditam que a manutenção da base de clientes seja o resultado de mudanças nas preferências dos consumidores que levam a um aumento do número dos clientes de telefonia fixa valorizam as velocidades de transmissão de dados disponíveis através dos serviços de banda larga.

Efeitos da expansão de serviços de transmissão de dados móveis

Durante o ano de 2014, demos prosseguimento aos investimentos na expansão da cobertura 3G e 4G, com o aumento na cobertura e ofertas competitivas, dando um foco maior no acesso via celular no pós-pago, onde crescemos a nossa base de clientes móveis. Com grande foco no aumento de receita e maior penetração de uso de dados pelos clientes pré-pagos, criamos ofertas para a aquisição, bem como desenvolvemos várias ações de rentabilização da base usuária de dados no pré-pago.

Apostando na diferenciação, ampliamos fortemente a rede Oi WiFi, aumentando os hotspots em todo o Brasil.

O custo dessas autorizações e licenças de frequência de rádio foi de R\$ 708 milhões, valor que pagaremos à ANATEL em parcelas até 2023. A Companhia vem ampliando os investimentos nas infraestruturas de redes para oferecer os serviços de 3G, 4G e WiFi. Nós financiamos a compra e instalação de nossos equipamentos de rede por meio de empréstimos e financiamentos, inclusive financiamentos com nossos fornecedores.

De acordo com as licenças de frequência de rádio 3G, a Companhia tem que cumprir determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital a serem realizados até 2016. Caso a Companhia não seja capaz de fazer frente a esses investimentos de capital utilizando seu fluxo de caixa operacional, poderá incorrer em endividamento adicional ou mesmo obrigações de financiamento de fornecedores, o que aumentaria seu endividamento total e despesas financeiras líquidas.

Adicionalmente, a Companhia investiu, em 2013, R\$ 369 milhões para aquisição de licença de prestação de serviços de rede móvel em LTE. O núcleo móvel existente foi atualizado com objetivo de oferecer serviços 4G.

De modo a acelerar a implantação, a implantação considera uma configuração de compartilhamento de radio (Radio Access Network), onde o acesso LTE eNode B compartilhada com outra operadora.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 o serviço de 4G da Oi alcançou a cobertura de 45 municípios. Clientes que contratarem os planos compatíveis podem navegar na rede 4G da Oi, caso tenham aparelho e chip que permitam o uso da tecnologia. Os clientes podem conferir a área de cobertura da rede 4G da Oi no site.

Desta forma, conseguimos ampliar o portfólio de internet móvel e atender a todos os tipos de clientes do segmento móvel.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A seguir os Diretores comentam as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Preços, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores entendem que a Companhia sofre crescentes pressões para reduzir as taxas em resposta à concorrência de preços. Essa concorrência de preços geralmente tem a forma de pacotes promocionais especiais, inclusive, subsídios de aparelhos móveis, promoções de uso de tráfego e incentivos para ligações realizadas na própria rede do provedor de serviços de telefonia móvel. A concorrência, com planos de serviços e promoções, pode ocasionar um aumento nas despesas de mercado e custos de obtenção de clientes da Companhia, que poderiam afetar de maneira adversa seus resultados operacionais. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz com esses pacotes poderia resultar em perda de sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa sua receita operacional e rentabilidade.

Este ambiente competitivo é altamente afetado por tendências-chave, destacando-se as seguintes:

- **Convergência tecnológica e de serviços:** a convergência tecnológica e de serviços possibilita que as operadoras de telecomunicações antes limitadas a oferecer apenas um único serviço a oferecer vários serviços em outros setores da indústria, tais como os serviços de banda larga oferecidos pelas operadoras de televisão a cabo e operadoras de telefonia móvel (através da tecnologia 3G e 4G), além da rede Oi WiFi, assim como os serviços de telefonia fixa transmitidas por operadoras de telefonia móvel.
- **Consolidação:** a consolidação invadiu o setor de telecomunicações em toda a América Latina, incluindo o Brasil. Essa consolidação levou à formação de grandes conglomerados que se beneficiam tanto das economias de escala como da capacidade de realizar ações coordenadas em diferentes segmentos da indústria, conferindo-lhes vantagens competitivas em um ambiente que também é caracterizado pela convergência de mídia e serviços de telecomunicações.

- Oferta de serviços convergentes: as operadoras de serviços de telecomunicações começaram a oferecer pacotes convergentes que antes não eram capazes de oferecer independentemente.

Em resposta a essas pressões da concorrência, (1) a Companhia poderá passar a oferecer seus serviços a tarifas menores que os tetos estabelecidos pela ANATEL, e (2) periodicamente, poderá oferecer seus serviços com descontos promocionais ou serviços adicionais gratuitos juntamente com a compra de alguns de seus serviços. A Companhia registra os serviços por ela vendidos a tarifas inferiores àquelas estabelecidas em seus planos ou às tarifas aprovadas pela ANATEL, e o valor dos serviços oferecidos com desconto ou gratuitamente como descontos e devoluções em suas demonstrações financeiras.

Inflação

As tarifas dos serviços de telecomunicações estão sujeitas a ampla regulamentação da ANATEL. As tarifas para serviços de telefonia fixa local, de longa distância, telefonia móvel prestados pela Companhia, bem como interconexão com a sua rede de telefonia fixa, e serviços EILD e SLD estão sujeitas a regulamentação da ANATEL. Precisamos obter a aprovação da ANATEL antes de oferecer novos planos de telefonia fixa ou móvel. As tarifas estabelecidas ou aprovadas pela ANATEL pelos serviços prestados pela Companhia servem de teto para as tarifas por ela cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos pelos serviços de telefonia sobre as tarifas aprovadas pela ANATEL. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela ANATEL, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação, medida pelo índice IST. O valor teto dos planos de telefonia fixa local é reajustado pela inflação, medida pelo IST, menos o valor de ganhos de produtividade alcançados por nós e pelo setor de telefonia fixa local como um todo. De janeiro a dezembro de 2014, o índice de serviços de telecomunicações (IST) foi apurado em 5,72 %.

Taxa de câmbio

A Companhia mantém suas operações substancialmente no Brasil e as receitas operacionais da Companhia não são afetadas de forma relevante por alterações na taxa de câmbio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Comentário dos diretores sobre impactos da Inflação e da variação nos preços dos insumos e produtos no resultado operacional

Os diretores da Companhia entendem que se o Brasil tornar a enfrentar quadro de inflação substancial, os custos e despesas da Companhia tendem a aumentar e suas margens operacionais e de liquidez a diminuir. Entretanto, não houve impactos relevantes de inflação nos preços dos nossos principais insumos e produtos nos últimos anos, tendo em vista que no ambiente competitivo onde a Companhia atua, a concorrência por planos de serviços e promoções oferecidas pelos concorrentes da Companhia ocasionaram aumento de descontos em alguns de nossos produtos e serviços.

A concorrência com planos de serviços e promoções oferecidas pelos concorrentes da Companhia ocasionaram também um aumento em algumas despesas de comerciais e custos de obtenção de clientes.

Comentários dos diretores sobre os impactos nas Taxas de câmbio e nas Taxas de juros no resultado financeiro

Praticamente todos os custos de serviços e despesas operacionais da Companhia são incorridos em reais no Brasil. Dessa maneira, não são esperados impactos significativos relacionados às alterações nas taxas de câmbio em suas operações.

Em 31 de Dezembro de 2015, a dívida bruta consolidada da Companhia que inclui as operações de instrumentos financeiros derivativos, era de R\$54.981 milhões, representando um aumento de 65,13% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no qual o valor da dívida bruta consolidada era de R\$33.294 milhões. Cabe ressaltar que em 31 de dezembro de 2014, em decorrência da intenção de venda da PT Portugal à Altice S.A., os ativos e passivos da subsidiária, Portugal Telecom International Finance – PTIF estavam classificados como “operações descontinuadas”, não integrando, desta forma, o Endividamento Consolidado da Oi S.A.. O nível de endividamento da Companhia resulta em maiores despesas financeiras refletidas na demonstração de resultados (para maiores informações vide item “10.1” deste Formulário de Referência).

Para maiores informações acerca do impacto da inflação, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, vide itens “4.1”, “5.1” e “5.2” do Formulário de Referência.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice e aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, mencionado no item ii abaixo, a Companhia classificou as operações da PT Portugal e as operações em África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

Com a venda das ações da PT Portugal para a Altice em junho de 2015, os resultados com a venda do investimento foram apresentados como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo as mais relevantes as descritas abaixo. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item 15.7 do Formulário de Referência.

PT Portugal

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - "PT SGPS" ou "PT"), foi integralizado o aumento de capital da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em abril de 2014, sendo que a parcela subscrita pela PT foi integralizada mediante a contribuição para a Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal").

A PT Portugal e suas controladas operavam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal (denominado segmento operacional "Telecomunicações em Portugal") e em outros países da África e da Ásia (denominado segmento operacional "Outros negócios").

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e Altice Portugal S.A. ("Altice PT"), subsidiária integral da Altice S.A. ("Altice"), celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da PT SGPS aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, nos termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

Em 02 de junho de 2015, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetivada a alienação da integralidade da participação societária detida pela Companhia na PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Pela aquisição da PT Portugal, a Altice Portugal desembolsou o valor total de 5,789 bilhões de Euros, dos quais 4,920 bilhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para alienação das participações da Companhia na Africatel Holdings B.V. ("Africatel"), representativas de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.à.r.l ("Samba Luxco"), uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias. Informações adicionais sobre os fatores de risco associados às participações na Africatel são apresentados no item 4 do formulário de referência.

GlobeNet

Em dezembro de 2013, a Companhia anunciou a conclusão da operação de transferência da totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação no valor de R\$1.779 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

O ganho na venda da GlobeNet foi registrado em dezembro de 2013 em outras receitas operacionais, no montante de R\$1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação.

Torres Móveis

Em 31 de março de 2014, foi concluída a alienação para a SBA Torres Brasil Ltda., por parte da Telemar Norte Leste S.A. e da BRT Serviços de Internet S.A., subsidiárias da Companhia, de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas controladas, que detinha 2.007 torres de telecomunicações de telefonia móvel. O ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas à transação, foi de R\$ 1,3 bilhão.

Em 01 de dezembro de 2014, foi concluída a alienação para a SBA Torres Brasil Ltda., por parte da Telemar Norte Leste S.A. e da BRT Serviços de Internet S.A., subsidiárias da Companhia, de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas controladas, que detinha 1.641 torres de telecomunicações de telefonia móvel. O ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,1 bilhão.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, que pudessem causar impactos ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores esclarecem que não ocorreram efeitos significativos ou alterações nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Ressalvas

Os Diretores da Companhia esclarecem que o parecer dos auditores independentes emitido para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2015 inclui ressalva sobre o não registro de mais valia sobre os ativos incorporados da Telemar Participações S.A. ("TmarPart"), antigo controladora da Companhia, bem como sobre a redução ao valor recuperável ("impairment") dos referidos ativos de mais valias não incorporados.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia incorporou sua acionista TmarPart em 1º de setembro de 2015. Os ativos da TmarPart incluíam a mais-valia originada na aquisição da Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT", atualmente Oi S.A.), que como permitido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em seu OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-5/N.º 119/2013, foi estornada dos livros da Companhia e recomposta em nível consolidado da TmarPart, até a sua completa amortização em 2025. Embora, não exista norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil, interpretações indicam que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia seria uma escolha de prática contábil pela Companhia. No entanto, o posicionamento contido no Ofício CVM é pela sua manutenção nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista TmarPart. Conforme descrito na nota explicativa nº 23.c às demonstrações financeiras, a Companhia, na incorporação, não incluiu a mais-valia no acervo líquido. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, os saldos do ativo não circulante e do patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 1.233.299 mil, referente ao saldo líquido da mais-valia no montante de R\$ 9.079.988 mil deduzido da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de R\$ 7.211.353 mil e dos efeitos tributários de R\$ 635.336 mil. O prejuízo do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$ 4.993.072 mil, referente ao não registro da amortização da mais-valia de R\$ 233.579 mil e da perda de seu valor recuperável de R\$ 4.759.493 mil, ambos líquidos dos efeitos tributários. A administração da Companhia apresentou consulta técnica à CVM sobre a política contábil adotada, a qual está sob análise do regulador.

Os diretores da Companhia esclarecem que não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Ênfases

Os diretores da Companhia esclarecem que as seguintes ênfases foram incluídas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2015:

Continuidade operacional

Os auditores chamam a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 3.4.3 às demonstrações financeiras, que descrevem o plano de ação definido pela administração para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa da Companhia. Essas condições, bem como o risco de não concretização do plano descrito indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os diretores da Companhia esclarecem que as seguintes ênfases foram incluídas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2014:

Investimento na Unitel

O valor do investimento na Unitel, S.A., de R\$ 4.157 milhões em 31 de dezembro de 2014, o qual inclui os dividendos a receber desta entidade no montante de R\$ 944 milhões, foi determinado pela Administração com base em avaliação econômica e financeira efetuada de forma a refletir a melhor estimativa do seu valor justo. Chamamos a atenção para as incertezas divulgadas nas Notas Explicativas nº 1 e nº 28 às demonstrações financeiras uma vez que o valor de realização do referido investimento depende da concretização dos pressupostos assumidos na mencionada avaliação e quanto as condições de venda da participação na Unitel. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operações descontinuadas

Os auditores chamam à atenção para a nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a qual descreve a conclusão da aprovação do Conselho de Administração da Oi S.A. dos termos e condições gerais para a venda da totalidade das ações da PT Portugal, SGPS, S.A. à Altice Portugal, S.A., uma subsidiária detida pela Altice, S.A. Esta decisão foi posteriormente aprovada em 22 de janeiro de 2015, em assembleia geral dos acionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A., sendo que a eficácia do contrato depende ainda da obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas uma perda por ajuste a valor justo, como operações descontinuadas, o montante de R\$ 4.164 milhões.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações

foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os diretores da Companhia esclarecem que as seguintes ênfases foram incluídas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2013:

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em decorrência da adoção da nova política trazida pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e que as demonstrações financeiras consolidadas da

Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - International Financial Reporting Standards emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados à assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. Os diretores da Companhia entendem que as estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade ("impairment") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("goodwill") a Companhia testa, no mínimo anualmente eventuais perdas no ágio de acordo com as políticas contábeis praticadas.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unitel s Cabo Verde Telecom foram valorizados a valor justo de acordo com os ativos operacionais que serviram de base para valorização do aumento de capital da PT e foram atualizados considerando os eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios em 2015. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia, referindo-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas, quando aplicável:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores esclarecem que, em relação ao acervo líquido incorporado da TmarPart, mencionado no item 10.3 - "União das bases acionárias da Oi e Pharol" - deste formulário de referência, cumpre mencionar que em 30 de junho de 2015 havia registrado no balanço da TmarPart uma mais-valia do ativo imobilizado e intangível de R\$ 6.347 milhões, líquido de impostos. Com base nos eventos ocorridos entre 30 de junho de 2015 e a data de incorporação em 1 de setembro de 2015, nos pareceres técnicos externos obtidos pela Companhia e considerando a ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil e a existência de interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia é uma escolha de política contábil, a Companhia não registrou no seu balanço a referida mais-valia. Nos termos do ICPC 09 (R2) itens 77 e 78 e na Instrução CVM 319/1999 a Companhia apresentou uma consulta técnica à CVM não tendo até a data de aprovação deste relatório obtido parecer. A Companhia informa que o registro da mais-valia no seu balanço, em 31 de dezembro de 2015, geraria o aumento do total do ativo e do patrimônio líquido em R\$ 1.233 milhões, e a diminuição do resultado líquido

em 31 de dezembro de 2015 em R\$ 4.993 milhões, líquidos dos efeitos tributários, essencialmente em resultado a amortização cabível no exercício (R\$ 234 milhões) e o registro de perda de imparidade (R\$ 4.759 milhões), líquidos dos efeitos tributários).

Os diretores esclarecem que não existem outros ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item "10.6"

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os diretores esclarecem que, conforme mencionado no item 10.7 desse formulário de referência, o registro da mais-valia no seu balanço, em 31 de dezembro de 2015, geraria o aumento do total do ativo e do patrimônio líquido em R\$ 1.869 milhões e R\$ 1.233 milhões, respectivamente, e a diminuição do resultado líquido em 31 de dezembro de 2015 em R\$ 234 milhões, líquidos dos efeitos tributários, essencialmente em resultado a amortização cabível no exercício (R\$ 354 milhões) e o registro de perda de imparidade (R\$ 4.759 milhões).

Os diretores esclarecem que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

(a) (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A seguir os Diretores da Companhia apresentam a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, por meio da prestação de serviços em rede fixa, que inclui (i) os serviços de voz e de dados, contando com equipamentos instalados em pontos de presença distribuídos, (ii) centrais telefônicas, (iii) equipamentos de comunicação de dados, e (iv) uma rede capilarizada de linhas de acesso que conecta os clientes a estes pontos de atendimentos, interligadas por equipamentos de transmissão de longa distância. Os projetos mais relevantes por técnicas são descritos abaixo:

Rede de Dados

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a rede de dados incluem as seguintes atividades:

- Aquisição de equipamentos de comunicação de dados para expansão da rede, de forma a suportar o crescimento anual do tráfego IP da ordem de 40% e os serviços fixos e móveis 3G e 4G, corporativos e residenciais; Expansão da camada de 100Gbps para conexão com provedores de conteúdo, para garantir maior experiência de navegação na internet
- Implantações e adequações de soluções customizadas, produtos de portfólio e acessos (last mile) para clientes, incluindo opticalização de acessos e/ou características relacionados ao nível de serviço (SLA, Service Level Agreement);

Rede de Voz

Os Diretores da Companhia informam que a rede comutada da Companhia enfrenta o desafio de evoluir de modo a oferecer novos serviços de valor agregado aos seus clientes, utilizando principalmente novas tecnologias baseadas no conceito de NGN (Next Generation Networks) e IMS (IP Multimedia Systems).

Para tanto, faz-se necessário promover a modernização de sua planta comutada.

A Companhia tem atuado no sentido de promover a remoção e substituição de centrais de pequeno porte, ao mesmo tempo em que está investindo na ampliação de solução NGN para atender a demanda de tráfego de longa distância (nacional e internacional) utilizando VoIP. Como resultado direto dessa estratégia, a Companhia avança na implantação do núcleo IP Multimedia Systems - IMS, uma plataforma de serviços de protocolo de Internet (IP) que possibilita a convergência dos serviços de voz, dados e vídeo, o que representa a parte central da nossa oferta de Triple Play. O núcleo IMS não só irá fornecer controle para o recurso de VoIP, mas também a integração de controle de acesso e autenticação para todos os três serviços além de possibilitar o avanço na convergência fixo móvel

Nesta área, destacam os Diretores da Companhia os projetos de caráter regulatório:; PGMU Individual / Coletivo; e Ruralcel, Nono Dígito.

Redes de Transporte

A expansão das redes de transporte visa garantir a capacidade de escoamento e alta resiliência necessários para o plano de expansão dos serviços, crescimento de tráfego de voz e IP e melhor experiência dos clientes. Destacam-se os projetos: (i) Expansão backbone nacional e estaduais ; (ii) Aumento de capilaridade da rede satélite, (iii) Preparação para tráfego de clientes 100Gbps a nível Nacional; e (iv) Projetos de proteção / otimização de rotas.

A camada óptica totalmente a 100Gbps está sendo expandida a fim de proporcionar uma utilização mais eficiente da capacidade.

Também seguimos ampliando nossa cobertura óptica em dezenas de municípios, tanto para aumento de disponibilidade, quanto para oferta de serviços.

Gerência de Redes

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a Gerência de Redes estão distribuídos sobre as seguintes atividades:

Expansão da plataforma para disponibilizar nas posições de gerência do CGR (Centro de Gerenciamento de Rede), em tempo real, todos os eventos de falhas de transmissão, infra-estrutura, dados integrados e correlacionados, com o objetivo de buscar continuamente a redução dos alarmes de diversos sistemas de gerência e domínios, sendo os eventos apresentados correlacionados com a causa raiz;

Expansão de capacidade dos servidores de gerência que atendem aos clientes corporativos tendo em vista seu crescimento e visando controlar a eficiência na prestação de serviço pro-ativo e insatisfação dos clientes;

Rede de acesso

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos relacionados a rede de acesso se distribuem em:

- Garantir o atendimento às demandas de novas unidades residenciais em construção e atendimento ao crescimento da demanda em bairros existentes;
- Promover a evolução tecnológica da rede existente visando atender os requisitos mercadológicos para a banda larga fixa;
- Projetos de melhoria e redundância em cabos, incluindo a construção de rotas e cabos redundantes de fibra óptica para rotas lineares ou para fechamento de anéis; e
- Execução de manutenção preventiva em seções de serviço que apresentam elevado índice de defeitos, com substituições de elementos de rede com vida útil comprometida, minimizando fraudes e melhoria da qualidade;
- Expansão da rede óptica existente (FTTH) visando à melhoria dos indicadores operacionais em regiões onde a rede metálica é muito degradada.

Na rede de acesso, destaca-se o projeto de implantação de fibra até a casa dos clientes (FTTH) para apoiar a nossa oferta de serviços Triple Play, melhorar a qualidade dos serviços e reduzir os custos de manutenção da rede externa hoje feita em cobre. A tecnologia óptica escolhida - GPON é projetada para suportar IPTV e serviços de vídeo, VoIP e Internet de alta velocidade de até 200 Mbps. Com este mesmo objetivo estamos introduzindo novas soluções tecnológicas para a distribuição dentro dos edifícios, como o G.Fast e micronós VDSL, e para a distribuição de vídeo sobre fibra, como o SAToPON que se utiliza do sinal DTH de satélite em lugar do IPTV.

Rede Móvel

Os Diretores da Companhia informam que as expansões do 3G incluem a melhoria de cobertura e aumento da capacidade de Rede nas áreas onde atualmente já existe cobertura de serviços 3G da Companhia. A Companhia planeja implantar novas Estações Rádio Base (ERB), além de ampliar canais para serviços 3G e 2G (entre estes, canais "Channel Elements 3G" e "Transmissores (TRXs 2G), que proporcionarão melhoria de qualidade na rede, permitindo a obtenção de baixos índices de congestionamentos de chamadas, em atendimento às metas estabelecidas pelo órgão regulador. Decorrente do atendimento às obrigações junto a Anatel para 2016 e da aquisição do direito de uso do 3G, a Companhia planeja implantar novas Estações 3G , que atenderão novos municípios nas regiões I e II.

Dentre os projetos relevantes, os Diretores da Companhia destacam: o próprio aumento de capacidade da Rede Móvel, em especial sobre a tecnologia 3G com maior volume de ações, mantendo sua qualidade; prosseguimento da ampliação da funcionalidade HSPA+ nos elementos de acesso, permitindo aumento da velocidade de acesso. Adicionalmente, a Companhia prossegue com a expansão de sua Rede 4G LTE visando o cumprimento dos compromissos de cobertura estabelecidos pela órgão regulador. A implantação prossegue em configuração de RAN Sharing, onde existe uma configuração de compartilhamento de radio, (Radio Access Network) por Oi e Operadoras, onde o acesso LTE eNode B, e sua rede de transmissão são compartilhados com outro Operador, dividindo assim os custos de cobertura. Esta técnica é pioneira nas Américas e tem-se demonstrado muito eficiente em aumentar a cobertura com custos de expansão menores. Nos anos de 2013/2014/2015 a Oi executou atendimento aos projetos LTE 50% de Cobertura e 80% de Cobertura (que foram alvo de conclusão em etapas definidas para Abril/Dezembro-2013 e Abril/Maio-2014 e Dezembro-2015). Para 2016 a companhia tem como meta a continuidade do Projeto LTE 80% Cobertura em municípios acima de 100 mil habitantes com término para Dez-2016.

A companhia iniciou uma parceria com o fabricante Nokia para o desenvolvimento de uma aplicação inovadora de Internet das Coisas (IoT). Esta parceria irá desenvolver o padrão LTE-M recentemente padronizado, em uma plataforma de prestação de serviços de conectividade para redes de IoT, antecipando-se a uma demanda que se prevê como significativa nos próximos anos.

(a) (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Abaixo, os Diretores da Companhia apresentam as fontes de financiamento dos investimentos:

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia e suas controladas historicamente utilizam como fonte de financiamento dos investimentos de capital empréstimos de longo prazo realizados junto às agências de fomento e bancos multilaterais, que deverá ser mantida como estratégia de financiamento dos investimentos de capital para os próximos anos.

Os Diretores da Companhia explicam que a Companhia, a Telemar Norte Leste S.A., e a Oi Móvel possuem linhas de financiamento de parte do CAPEX junto à Banco de fomento nacional contratado em 2014 no valor de R\$ 3700 milhões, junto à Agência de Crédito à Exportação contratadas em 2014 no valor de USD 397 milhões e junto à Banco de fomento estrangeiro contratado em 2015 no valor de USD 600 milhões.

Em relação às fontes de financiamento dos investimentos em rede móvel, os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia financia tais investimentos por meio do seu fluxo de caixa operacional e financiamentos de longo prazo.

(a) (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores da Companhia comentam que a Companhia não realizou quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento ou previstos.

A seguir os Diretores da Companhia comentam sobre as aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos de capital da Companhia relacionados a ativos imobilizados totalizaram R\$ 4.227 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$5.382 milhões em 2014 e R\$6.614 milhões em 2013. A tabela abaixo demonstra investimentos com a expansão e modernização de instalações nos períodos indicados:

Item	2015	2014	2013
	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)
Equipamento de transmissão de dados	1.338	1.207	1.740
Serviços de instalação	355	878	411
Redes e sistemas móveis	524	877	1.147
Transmissão de voz	601	663	908
Serviços de tecnologia da informação	378	454	378
Infra-estrutura de serviços de telecomunicações	441	281	539
Edificações e benfeitorias	73	166	542
Cabos submarinos	0	0	25

Equipamentos de sistema de gerenciamento de rede	72	113	202
Backbone	291	159	71
Equipamentos de serviço de internet	02	03	07
Outros	155	581	644
Total dos investimentos de capital	4.227	5.382	6.614
Saídas de caixa para quitar passivos anteriormente registrados	(546)	(122)	(638)
Total dos investimentos de capital de acordo com o fluxo de caixa (aquisição de ativo imobilizado e intangível)	3.681	5.260	5.976

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos da Companhia no período de um ano encerrado em 31 de dezembro de 2015, em 2014 e 2013 incluíram o seguinte:

- A Companhia direcionou investimentos de R\$ 0,5 bilhões em 2015, de R\$ 0,9 bilhões em 2014 e R\$ 1,1 bilhões em 2013 para o segmento de mobilidade;
- Os expressivos investimentos direcionados à oferta de serviços de banda larga, tanto visando a ampliação da capilaridade de sua rede, quanto o incremento das velocidades disponibilizadas aos clientes. Adicionalmente, a ampliação de capacidade das redes de dados, visando o atendimento do segmento corporativo, contribuiu para investimentos totais R\$ 1,3 bilhões em 2015, de R\$ 1,2 bilhões em 2014 e R\$ 1,7 bilhões em 2013 em comunicação de dados;
- No segmento de voz, os investimentos realizados em 2015, 2014 e 2013 tiveram por objetivo o atendimento a novos empreendimentos na área de atuação da Companhia e a modernização das plantas interna e externa, visando a melhoria da qualidade e permitindo maior agilidade no atendimento às demandas; e

- Visando dar suporte aos crescimentos citados, a Companhia investiu em infraestrutura de telecomunicações, incluindo-se aí as redes de transporte (*backbones*), infraestrutura de TI e plataformas de gerência de redes, R\$ 1,2 bilhão em 2015 totalizando R\$ 1,0 bilhão em 2014 e R\$ 1,2 bilhão em 2013.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo os novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Pesquisa e desenvolvimento

A inovação sempre esteve presente no DNA da Oi, desde o seu início, tendo sido o instrumento mais importante para o seu crescimento, sempre com o foco no valor percebido por nossos clientes.

Estratégias e iniciativas inovadoras como a escolha do padrão GSM, as estratégias da convergência e do SIMcard Standalone, a iniciativa do desbloqueio de aparelhos e o lançamento da Paggo, dentre outras, se transformaram em importantes diferenciais competitivos para impulsionar o crescimento e solidificar a conquista de participação relevante no mercado brasileiro.

A Oi continuará conduzindo as atividades independentes de inovação, pesquisa e desenvolvimento nas áreas de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação e comunicação, com objetivo de alavancar o atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia além de garantir a excelência nos processos de operação e entrega dos serviços. Para o desenvolvimento de novas tecnologias, a Oi depende principalmente de fornecedores de equipamentos da indústria de telecomunicações.

As atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento na Oi referenciam-se nos manuais de Oslo e Frascati e utilizam o modelo de inovação aberta em empresas de serviço. Neste contexto, a Oi está vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à comunidade de inovação, fornecedores de equipamentos e soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

BASEADO NO MODELO DE INOVAÇÃO ABERTA, O SISTEMA DE INOVAÇÃO DA Oi INTERAGE COM GRANDE NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DO SISTEMA BRASILEIRO DE INOVAÇÃO



Criado em 2009, o Programa de Inovação da Oi, está baseado no conceito de inovação aberta - (Open Innovation), que preconiza o desenvolvimento de inovação com a participação de um ecossistema de parceiros, composto por universidades e centros de pesquisa, fornecedores tecnológicos e empresas incubadas, atuando em parceria com a Oi para conceber, desenvolver e implementar soluções e projetos inovadores em produtos, serviços e processos de negócio.

A Oi estabeleceu sua atuação como fomentadora de inovação e P&D no ecossistema através de:

- Convênios de cooperação e desenvolvimento tecnológico com centros de pesquisa nacionais (ICT's);
- Convênios com instituições de ensino e pesquisa e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);
- Parcerias com a indústria de equipamentos de telecomunicação com tecnologia nacional;

- ❑ Parcerias com fornecedores nacionais com grande potencial de inovação

No triênio 2009 a 2011, a Oi esteve focada na estruturação da área de inovação, pesquisa e desenvolvimento, no mapeamento e desenvolvimento de seu ecossistema e no desenvolvimento e estímulo dos projetos aderentes a esta nova abordagem para a empresa, destacando-se as seguintes atividades:

- ❑ Criação da área de Inovação e P&D;
- ❑ Disseminação inicial da cultura de inovação;
- ❑ Estruturação do Ecossistema de Inovação da Oi;
- ❑ Implantação de processos, acompanhamento e controle dos projetos;
- ❑ Lançamento e consolidação do Programa de “Cooperação com a Indústria de Tecnologia Nacional”;
- ❑ Celebração de Convênios de Cooperação Tecnológica com Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT’s) públicos e privados;
- ❑ Estímulo ao desenvolvimento de novos projetos de inovação e P&D através de iniciativas de fomento;
- ❑ Intensificação do desenvolvimento de projetos com a participação de ICT’s;
- ❑ Lançamento de iniciativas para aumento do Ecossistema de Inovação por meio de campanhas internas e externas;
- ❑ Ampliação do Ecossistema de Inovação da Oi por meio de iniciativas de estímulo à apresentação de propostas de projetos, tais como a Chamada de Aplicativos.

O Programa Inova

Em 2012, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando seu Ecossistema de Inovação por meio do Programa Inova.

O Programa Inova foi à época estruturado em três Fábricas de inovação: a Fábrica Incremental, a Fábrica Planejada e a Fábrica Exploratória.

A Fábrica Incremental tinha como objetivo fomentar e desenvolver a cultura de inovação nos processos do dia a dia da Oi (foco no curto prazo). Para implementação da Fábrica Incremental foi utilizada uma plataforma colaborativa denominada “Mercado de Ideias”, onde todos os colaboradores da Oi podem participar submetendo ideias, avaliando e contribuindo nas ideias dos demais colaboradores para solucionar desafios do dia a dia e que resultem em melhorias contínuas e operacionais dos processos, produtos e serviços da Companhia.

A Fábrica Planejada tinha por objetivo desenvolver projetos para implementar produtos, serviços e processos inovadores na Oi (foco no médio prazo). Os projetos inovadores que integraram essa fábrica foram os projetos estratégicos que suportaram a posição inovadora da Oi e contribuíram para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Já a Fábrica Exploratória tinha como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias, pesquisar novos comportamentos, identificar disrupturas na indústria, bem como delinear novos modelos de negócio que se traduzam em vantagens competitivas do ponto de vista estratégico e econômico aos negócios futuros da Oi.

Esse ciclo fluiu satisfatoriamente até 2014 quando o Programa Inova foi reestruturado englobando o Programa de Incentivo à Inovação com objetivo de refinar a prospecção de projetos priorizando aqueles perfeitamente sintonizados a estratégia mais austera da empresa e desta forma melhor direcionar os recursos alocados ao estímulo do desenvolvimento de projetos inovadores da Companhia, em parceria com institutos de ciência e tecnologia (ICTs) – centros de pesquisa públicos ou privados e universidades que realizam pesquisas aplicadas geradoras de soluções aplicáveis ao mercado.

Em 2015, a Oi intensificou o processo de prospecção de novos parceiros para o desenvolvimento de atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, celebrando novos Convênios de Cooperação Tecnológica e contratos para elaboração de projetos específicos de inovação tecnológica.

No primeiro ciclo deste programa em 2011, foram aprovados seis projetos. Já para o ciclo de 2012, nove projetos foram qualificados para recebimento do estímulo financeiro. Em 2013 vinte e quatro projetos foram desenvolvidos com o suporte deste programa sendo que destes 17 projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2014 trinta e sete projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2015 vinte e cinco projetos foram integralmente pagos com recursos do Programa Inova.

A prospecção das iniciativas tem como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias, pesquisar novos comportamentos, identificar disrupturas na indústria, bem como delinear novos modelos de negócio que se traduzam em vantagens competitivas do ponto de vista estratégico e econômico aos negócios futuros da Oi.

Uma vez priorizadas as iniciativas são desenvolvidos estudos / pesquisas, provas de conceito e projetos em parceria com fornecedores tecnológicos, universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior, para avaliar e selecionar novas tecnologias, novos modelos de negócio e novos processos de operação e entrega de serviços aos nossos clientes.

Este processo envolve ainda a avaliação estratégica e financeira das oportunidades estudadas, a escolha das oportunidades mais promissoras e a definição de objetivos, metas e desenho de projetos que serão executados.

Além destas iniciativas diretamente suportadas pela área de P&D existem outras também inovadoras desenvolvidas e geridas individualmente pelas áreas de negócio, de engenharia e TI da Oi com acompanhamento e suporte do grupo de inovação, que contribuem para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Os resultados esperados em ambos contextos são:

- ❑ projetos mais inovadores, alinhados com as prioridades do negócio;
- ❑ aprimoramento da priorização de projetos e alocação de investimentos;
- ❑ maior sinergia entre as áreas e segmentos no desenvolvimento de projetos com requisitos ou funcionalidades similares;
- ❑ alavancar melhores vantagens competitivas e percepção externa da atuação inovadora da Oi.

FOCOS E OBJETIVOS DO PROGRAMA



- ❑ Em 2016, o programa terá 3 focos de atuação com objetivos distintos.



Objetivos relevantes para o ano de 2016 são:

- ❑ Intensificar o estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores e disruptivos;
- ❑ Ampliar a capacidade de captação e seleção de parceiros para desenvolvimento de produtos e serviços inovadores demandados pelas unidades de negócio da Oi.
- ❑ Desenvolver novos projetos de inovação e P&D com foco em novos negócios e/ou novos modelos de negócio suportando os objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Companhia
- ❑ Fomentar a cultura de inovação e empreendedorismo junto aos colaboradores da Oi.
- ❑ Reforçar o posicionamento da Oi como empresa inovadora.

A carteira de projetos de inovação e P&D no ano de 2015 foi composta por 34 projetos. Para o ano de 2016, a Oi está trabalhando com uma estimativa de volume de projetos inovadores similar à carteira de 2015. Abaixo uma prévia, não exaustiva, de alguns dos projetos da carteira 2016 já identificados e que estão em desenvolvimento na companhia. Essa lista está em constante atualização conforme a identificação e desenvolvimento de novos projetos inovadores ao longo do ano.

❑ **Projetos da carteira 2015 que terão continuidade em 2016**

- ❑ Programa Saúde e Bem Estar – Projeto Busca e Agendamento

O programa consiste em desenvolver sistemas que propiciem o rastreamento inteligente das condições de saúde de pacientes, a fim de prevenir doenças, promover hábitos saudáveis e melhorar a qualidade de vida do público alvo através de Centros de Atenção à Saúde que ofereçam um sistema de suporte alternativo aos serviços de cuidados regulares, e ao mesmo tempo orientem os clientes a tomar decisões saudáveis. O Projeto Busca e Agendamento visa implementar um sistema de busca de profissionais de saúde e agendamento de consultas via WEB e o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis que deverá ser implantado nas principais plataformas do mercado

- ❑ Desenvolvimento de um novo Telefone de Uso Público (TUP)

Projeto para desenvolvimento de nova eletrônica e mecânica para o equipamento TUP, utilizando tecnologia NFC como meio de pagamento e rede móvel para comunicação com o SSR (Sistema de Supervisão Remota dos TUPs). A nova arquitetura do equipamento propiciará maior

disponibilidade, maior eficiência na manutenção com redução do número de visitas a campo e otimização do Sistema de Supervisão da Rede de TUPs

❑ Desenvolvimento de uma solução móvel de auditoria de equipes de consultoria técnica

Desenvolvimento de ferramenta para suporte de equipes de consultoria técnica agilizando o atendimento aos clientes com maior assertividade na identificação e proposição de soluções para suas necessidades.

Desenvolvimento de aplicativo na plataforma IOS e Android com interface amigável para o consultor registrar todas as informações necessárias ao adequado atendimento às solicitações dos clientes.

❑ Desenvolvimento de um sistema de rastreamento e otimização de Frotas

O projeto prevê o desenvolvimento de uma solução abrangente de rastreamento e otimização de frotas visando auferir efetivos ganhos de eficiência com redução dos custos de operação / manutenção e de redução de fraudes.

O projeto tem por objetivo atender uma demanda real dos clientes corporativos, agregando valor às ofertas da Oi deste segmento, evoluindo de um fornecedor de conectividade e serviços de voz e dados para um parceiro de soluções globais de suporte ao negócio do cliente.

❑ Oi Colaborador

Evolução de um aplicativo mobile, lançado em dezembro de 2014, exclusivo para colaboradores da Oi, onde é possível acessar informações corporativas referentes ao colaborador tais como cargo, lotação, e-mail, telefones entre outras.

Em 2015 foram implementados vários serviços de apoio e informações, uma ferramenta de agilização à solução de solicitações de clientes e uma funcionalidade de agilização à oferta de um novo serviço a um cliente. O desenvolvimento previsto para 2016 prevê o controle de frequência, banco de horas e horas extras e também uma função na qual será possível relatar através da câmera do celular, problemas encontrados em elementos de planta externa como: TUPs, emendas, caixas, rede aérea, URAs, em conjunto com um Portal Web (Dashboard) que possibilitará a tramitação da ocorrência gerada pelo aplicativo, entre as áreas responsáveis pelo tratamento da mesma. O Dashboard também servirá como ferramenta de gestão e controle das atividades das áreas responsáveis, permitindo a extração de diversos tipos de relatórios. O roadmap do projeto em 2016 prevê a agregação de várias outras funcionalidades ao aplicativo.

❑ Desenvolvimento de um sistema unificado de cadastro e registro de solicitações de clientes

Contempla o desenvolvimento uma plataforma única (CRM¹ Unificado) de Cadastro, Registro de Solicitações e atendimento aos clientes que integre todas as funcionalidades de Produtos / serviços, Cadastro e Solicitações (Order Entry) e que proporcione uma visão única e consolidada do cliente em todas as redes e todas as geografias de atuação da Oi contemplando a migração dos clientes dos sistemas legados para a nova plataforma. É também objetivo do projeto mapear e desenhar os processos do projeto do novo sistema unificado de relacionamento com o cliente – CRM unificado e Registro de Solicitações, que atenderá todos os canais de relacionamento da Oi (Locais e Remotos). O escopo inclui a análise dos processos vigentes e a criação de novos que atendam a realidade e requisitos dos novos sistemas e explorem as possibilidades disponíveis com a nova arquitetura com base nas melhores práticas aplicadas no mercado de telecomunicações e atendimento a clientes. O projeto foi retomado em 2014 e sua primeira etapa foi concluída no primeiro semestre de 2015. O CRM Unificado é uma das maiores transformações operacionais da Oi para os próximos anos, pois sua implantação em “cloud” (nuvem) é o maior projeto no mundo atualmente, e após a primeira fase, será a maior operação. É a primeira implementação de uma solução corporativa de utilização massiva em nuvem, abrangendo um volume expressivo de operadores e Colaboradores Oi.

A migração do projeto para uma solução em nuvem acarretou um alongamento do cronograma de implantação que ainda assim está planejado para ser concluído até o final de 2016.

❑ Novos projetos da carteira 2016

❑ Programa Saúde e Bem Estar – Projeto Histórico Clínico

O programa consiste em desenvolver sistemas que propiciem o rastreamento inteligente das condições de saúde de pacientes, a fim de prevenir doenças, promover hábitos saudáveis e melhorar a qualidade de vida do público alvo através de Centros de Atenção à Saúde que ofereçam um sistema de suporte alternativo aos serviços de cuidados regulares, e ao mesmo tempo orientem os clientes a tomar decisões saudáveis. O Projeto Histórico Clínico visa o desenvolvimento de um sistema e aplicativos móveis nas principais plataformas de forma a armazenar e compartilhar, quando necessário, qualquer informação relativa à saúde de forma segura e eficaz, tais como detalhes da anamnese, dados vitais, histórico familiar, linha do tempo da saúde, exames capturados de forma automática, calendário de medicamentos e tratamentos, registro de cirurgias e tudo mais que seja útil armazenar com relação a saúde e bem estar.

❑ Programa IoT (Internet das Coisas) Casa Conectada

¹ **CRM** - Customer Relationship Management (Gestão de Relacionamento com o Cliente). Define toda uma classe de ferramentas que automatizam as funções de contacto com o cliente, essas ferramentas compreendem sistemas informatizados e fundamentalmente uma mudança de atitude corporativa, que objetiva ajudar as companhias a criar e manter um bom relacionamento com seus clientes armazenando e inter-relacionando de forma inteligente, informações sobre suas atividades e interações com a empresa.

Pesquisa e Desenvolvimento de um portfólio de soluções, em parceria com um ICT e / ou empresa incubada em um centro de excelência em inovação tecnológica, com o objetivo de realizar provas de conceito baseadas na utilização das várias tecnologias aplicáveis na implementação de funcionalidades de domótica e IoT (Internet of Things). Grandes players estão buscando se estabelecer no setor e consolidar suas próprias plataformas tecnológicas, mas serão necessários integradores para identificar, desenvolver e explorar plataformas de serviços de valor agregado ao cliente final. Vislumbram-se aplicações em eficiência energética, prevenção de incêndios, segurança (monitoração, simulação, detecção de vazamentos, entretenimento e outras).

❑ Oi Mais Empresas

Projeto inovador iniciado no final de 2015 com lançamento, em curtíssimo prazo, de um piloto não ainda integrado aos sistemas da Oi, tratando-se do primeiro aplicativo (Android e iOS) lançado no Brasil com foco no atendimento de empresas. O Objetivo é disponibilizar para o cliente empresarial e corporativo um aplicativo para smartphones que viabilize um autoatendimento básico de solicitações de serviços, reparos e fornecimento de informações relacionadas à conta com procedimentos de “auto ajuda” antes da abertura das solicitações. O App permitirá a solicitação de novos produtos e serviços, acompanhamento de status das solicitações pelo app, notificação e e-mail. Será também desenvolvido um Portal Web como nova ferramenta de suporte ao backoffice e Painel de Controle de KPIs (Indicadores-chave de Desempenho).

❑ Programa IoT (Internet das Coisas) - Carro Conectado

Pesquisa e Desenvolvimento de um portfólio de soluções, em parceria com um ICT e / ou empresa incubada em um centro de excelência em inovação tecnológica, com o objetivo de realizar provas de conceito baseadas na utilização das várias tecnologias aplicáveis na implementação de funcionalidades de domótica e IoT (Internet of Things). Grandes players já apresentam soluções abertas que são os embriões de Ecossistemas de IoT ainda em formação, nos quais os catalizadores serão os integradores que identificarão, desenvolverão e explorarão novas plataformas de negócios. Vislumbram-se aplicações em serviços de auxílio à condução, segurança, manutenção, venda, e pagamentos que permitirão a oferta ao consumidor de serviços premium a custos atraentes pois a mesma solução de integração poderá servir a todos os players barateando o custo individual de cada um.

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

(PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício de 2015 a companhia não apurou lucro líquido.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, vide item "a" acima.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, vide item "a" acima.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação

dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, vide item "a" acima.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, tendo em vista não ter havido, no decorrer do exercício de 2015, a declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, vide item "a" acima.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	R\$	R\$ por ação
2015(prejuízo)	0,00	0,00
2014(prejuízo)	0,00	0,00
2013	1.493.015.161,92	0,91
2012 (*)	1.784.889.993,94	1,09

(*) Após uma consulta formulada pela Companhia à Comissão de Valores Mobiliários a respeito do tratamento contábil da mais valia decorrente da aquisição da Companhia pela TMAR em virtude da operação de Reorganização Societária ocorrida no exercício de 31 de dezembro de 2012, as Demonstrações Financeiras de tal exercício foram rerepresentadas em 30 de abril de 2013, após apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, refletindo a apuração de um lucro no exercício no montante de R\$ 1.784.889.993,94.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	ON	PN
2015	0,00	0,00
2014	0,00	0,00
2013	0,30	0,30
2012	4,07	4,07

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável, vide item "a" acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Às ações preferenciais é assegurada prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas têm direito a receber o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício na forma do disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, vide item "a" acima.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, vide item "a" acima.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, vide item "a" acima.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2015.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, vide item "a" acima.

ANEXO IV

Art. 10 da Instrução CVM nº 481/09

ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(informações complementares relativas à proposta de eleição de membros da administração)

12.5 – Indicar em forma de tabela:

Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções
					exercidas no emissor
João Manuel Pisco de Castro	22/09/1954	Conselho de Administração	RCA 18/09/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	Comitê de Engenharia, Tecnologia e Redes.
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
Não possui	Administrador de Empresas	Conselho de Administração (Efetivo)	RCA 18/09/2015	Não	N/A

Currículo

Nascido em 22/09/1954, é Vice-Presidente do Grupo Visabeira SGPS S.A., da Visabeira Imobiliária SGPS S.A., da Visabeira Indústria SGPS S.A., da Visabeira Participações Financeiras SGPS S.A. e da Vista Alegre Atlantis SGPS S.A. É Presidente da Visabeira Global SGPS S.A., da Visagreen SGPS S.A. e da Real Life Tecnologia de Informação S.A. Atua como Administrador das seguintes empresas: Ambitermo Engenharia e Equipamentos Térmicos S.A., Gevisar SGPS S.A., Granbeira Sociedade de Exploração e Comércio de Granitos, Granbeira II Rochas Ornamentais S.A., Visacasa S.A., Constructel (Bélgica), Constructel Sweden AB e Constructel (Rússia). Anteriormente atuou como membro do Conselho de Administração do Grupo Visabeira SGPS S.A. de 2002 a 2007, Presidente do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça I.P. de 2007 a 2009 e Administrador das seguintes empresas: Visabeira Telecomunicações e Construção SGPS S.A. de 2002 a 2006, Visabeira Serviços SGPS S.A. de 2003 a 2005, Ifervisa S.A., de 2005 a 2007, Viatel S.A. de 2005 a 2007, Visacasa S.A. de 2003 a 2005, Figueira Paranova S.A. de 2005 a 2006, Beiragás S.A. de 2000 a 2003. Também foi Gerente da Visabeira Ltda., de 2004 a 2007, Assessor da Administração do Grupo Visabeira de 1995 a 2000, Administrador-delegado das empresas do Grupo Visabeira nos Açores, de 1993 a 1995, Diretor Regional de Lisboa do Grupo Visabeira de 1989 a 1993, Chefe de Repartição do Centro e Exploração de Carcavelos dos TLP de 1985 a 1989, Especialista na Direção de Produção dos TLP, de 1983 a 1985, Professor na Escola Salesiana do Estoril de 1981 a 1983, Sócio-Gerente e Professor do Externato das Neves, Viana do Castelo de 1977 a 1981 e Professor do ensino secundário no Externato do Forte, Vila Nova de Cerveira em 1976. É formado em Engenharia Eletrotécnica, no ramo de Telecomunicações e Eletrônica pelo Instituto Superior Técnico em 1983 e possui Mestrado em Gestão de Empresas (MBA) pela Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa em 1983.

João Manuel Pisco de Castro, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres	07/11/1975	Conselho de Administração	RCA 17/02/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
234.716.148-26	Administrador	Conselho de Administração (Suplente)	RCA 17/02/2016	Não	N/A

Currículo

Nascido em 07/11/1975. O Sr. Guterres foi membro suplente do Conselho de Administração da Oi de Outubro de 2014 até Setembro de 2015, nomeado pela Bratel Brasil. O Sr. Guterres atua como membro do Conselho de Administração da Pharol Brasil Ltda. desde 2015. Foi Diretor da Telemar Participações S.A. de 2011 a 2015, membro do Conselho de Administração da Bratel Brasil de 2011 a 2015, membro do Conselho de Administração da Medi Telecom de 2008 até 2009, Diretor de Planejamento e Controle da Portugal Telecom SGPS, S.A. (atual Pharol SGPS, S.A.) de 2009 até 2010. Exerceu os cargos de Diretor de Corporate Finance da Portugal Telecom SGPS S.A. de 2008 a 2010, Diretor de Planejamento e Controle da PT Comunicações S.A. de 2007 a 2008, Diretor de Planejamento e Controle da PT Multimedia de 2003 a 2007 e Diretor de Business Development da Portugal Telecom SGPS S.A. de 2000 a 2003. Antes de ingressar no Grupo Portugal Telecom, trabalhou na Merryl Lynch Investment Banking de 1997 a 2000. É formado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa em 1997.

Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Maria do Rosário Amado Pinto Correia	10/10/1958	Conselho de Administração	RCA 17/02/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	Comitê de Gente, Nomeações e Remuneração
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
N/A	Economista	Conselho de Administração (Suplente)	RCA 17/02/2016	Não	N/A

Currículo

Nascida em 10/10/1958. A Sra. Pinto Correia é membro do Conselho de Administração da Pharol SGPS, S.A. desde 2015, Presidente do Conselho de Administração da Ferreira Marques & Irmão desde 2012 e CEO da Topázio – manufatura de objetos de luxo em prata desde 2012. Anteriormente foi assessora do Conselho de Administração da PT Investimentos Internacionais em 2007, Presidente do Conselho de

Administração e representante legal da CTTC-Archway – Beijing de 2005 a 2007 e membro do Conselho de Administração da PT Ásia de 2005 a 2007. Foi responsável pelo desenvolvimento de negócio da Educação Executiva da CLSBE para o Brasil e Ásia (2012-2015). Foi Supervisora da atividade da Directel -Páginas Amarelas, Cosmos e Telesat - suporte técnico da MCTV (2005-2007), CEO da Macau Cable TV (2005-2007), Fundadora da Diretoria e Diretora de Qualidade de Serviço e Satisfação do Cliente na PT-SGPS (2004), Diretora de Gestão do Conhecimento e Comunicação Institucional na PT Comunicações (2003), Diretora Geral da OGILVYONE Portugal (1994-2002), Editor da edição portuguesa da revista Marie Claire (1992-1994), Gestor de Cliente na McCann Direct e Diretora de Clientes na McCann-Erickson Portugal (1987-1992), Gestora de produto e fundadora e Diretora do Gabinete da Direct Mail nos CTT- Correios de Portugal (1981-1987). É formada em Economia pela Católica Lisbon School of Business and Economics, mestre em Gestão de Empresas pela Nova School of Business e possui MBA pela Wharton School.

Maria do Rosário Amado Pinto Correianos, nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho Fiscal:

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Allan Kardec de Melo Ferreira	19/11/1946	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2017	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
054.541.586-15	Advogado	Membro efetivo	28/04/2016	Não se aplica	N/A

Currículo

O Sr. Allan foi assessor interno da Construtora Andrade Gutierrez entre 1971 e 1993, onde foi responsável no período de 1971 a 1980 pelas áreas de licitação e contratos no Brasil e de 1980 a 1993 foi chefe do departamento jurídico internacional. Suas atividades incluem serviços de Consultoria em administração para diversas empresas nas áreas civil, comercial e tributária, participação em processo de reestruturação (fusões, cisões, alienações, venda de ativos) de sociedades de telecomunicações do Grupo Andrade Gutierrez e em vários processos de leilão realizados pelo Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais, ou DNER-MG, Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte, ou BHTRANS, Ministério das Comunicações e ANATEL. É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1970), além de participar de vários cursos de extensão sobre Comércio Exterior, e principalmente Exportação de Serviços, na Fundação Centro de Comércio Exterior, ou FUNCEX, Fundação Dom Cabral, Ministério das Relações Exteriores e Construtora Andrade Gutierrez.

O Sr. Allan Kardec de Melo nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
José Cláudio Rego Aranha	20/04/1948	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2017	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
261.866.247-49	Engenheiro	Membro efetivo	28/04/2016	Não se aplica	N/A

Currículo

O Sr. José Cláudio possui 30 anos de experiência no Sistema Financeiro, tendo atuado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em diferentes áreas, tais como: financeira, operações estruturadas, mercado acionário e renda fixa. Possui experiência em diferentes setores da economia, infraestrutura, petróleo, química e petroquímica, papel e celulose, biotecnologia, farmacêutica, metal mecânica, eletrônica, tecnologia da informação, social. Foi Diretor de Mercado de Capitais do Banco Nossa Caixa (2009), Analista de investimento, Gerente e Chefe de Departamento do BNDESPAR (1979 – 2008), Assessor da Diretoria Financeira e Infra-Estrutura e Superintendente da Área de Renda Fixa do BNDES (1983 - 2002), Analista de Projetos da PETROQUISA (1976 – 1979), Engenheiro de Planejamento da PROMOM ENGENHARIA (1974 - 1976), Analista de Projetos da Natron Engenharia (1973), Engenheiro do Departamento de Serviços da Caterpillar Brasil (1972-1973) e Analista de Projetos da Tecnometal (1971 – 1972). Foi membro do comitê independente pela JBS, 2009, membro do comitê independente da AÇUCAR GUARANI, 2010 e membro do comitê independente da BRASIL TELECOM, 2011. É Engenheiro Industrial Mecânico formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense em 1971. cursou Pós Graduação em Advanced Industrial Management pela Research Institute for Management Science (Delft-Holland) em 1974. Possui MBA Executivo em Administração pela COPEAD em 1989

O Sr. José Cláudio não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Pedro Wagner Pereira Coelho	29/06/1948	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a Assembleia Geral	N/A

CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
258.318.957-34	Contador	Membro efetivo	28/04/2016	Não se aplica	N/A
Currículo					
<p>O Sr. Pedro é Presidente do Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S/A desde abril de 2008, membro do Conselho Fiscal da Parnaíba Gás Natural S/A desde outubro de 2015 e membro do Conselho Fiscal da Estácio Participações S/A desde abril de 2012. Atuou na área de auditoria externa da Empresa PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, de outubro de 1978 até abril de 1981 e na controladoria do Banco de Investimentos Garantia S/A de maio de 1982 até julho de 1997. Também foi presidente do conselho fiscal das Lojas Americanas S.A (comércio e varejo), Tele Norte Leste Participações S.A (telecomunicação), Telemar Participações S.A (telecomunicações), TAM S.A (transportes), e Enersul – Energética do Mato Grosso do Sul (energia). Nos últimos 5 anos, atuou como sócio da Carpe Diem – Consultoria, Planejamento e Assessoria Empresarial Ltda. (empresa no ramo de atividade de Consultoria Fiscal e Contábil, Planejamento e Assessoria Empresarial, Empreendimentos e Participações). É formado em Administração de Empresas pela Sociedade Universitária Augusto Motta – SUAM, em 1978 e em Ciências Contábeis pela Faculdade – SOMLEI, em 1980.</p> <p>Pedro Wagner Pereira Coelho não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.</p>					

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Piero Carbone		Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2017	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
528.180.477-49	Contador	Membro suplente	28/04/2016	Não se aplica	N/A
Currículo					
<p>O Sr. Piero Carbone é membro do Conselho Fiscal das empresas: Ciapam Cia. Agropastoril Mucuri desde 2015, Gado e Cana de Açúcar Fontes Agropecuária S.A. desde 2015, Gado e Cana de Açúcar Itaguay Imobiliária e Participações S.A. desde 2015 (Comércio e Locação de Imóveis), Condor S.A. (Indústria Química) desde 2014, Industria de armas não letais Risk Office S.A. desde 2014 (Serviços de avaliação de risco financeiro e investimento), Cultura Inglesa S.A. desde 2011. Atuou na área de Contabilidade da Oi/Telemar, de maio de</p>					

1999 a junho de 2011 e como trainee de auditoria da PRICEWATERHOUSECOOPERS de 1978 a 1998. É formado em Ciências Contábeis pela Universidade Santa Úrsula em 1984. Possui MBA em Gestão de Empresas pela Fundação Dom Cabral em 2001 e Curso Superior de Formação de Executivos pela Universidade Estácio de Sá formado em 1978.

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Álvaro Bandeira	22/06/1950	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2017	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
266839707-34	Economista	Membro suplente	28/04/2016	Não se aplica	N/A

Currículo

O Sr. Álvaro é Economista-Chefe da Corretora Modalmais desde 2015, ano que ingressou na instituição. Durante o período de 2011 a 2015 foi Economista-Chefe da Órama, no qual liderava a equipe de análise. Ocupou a mesma posição por mais de dez anos na Ágora Corretora, da qual também foi Sócio-Diretor. Foi Presidente da Bolsa Brasileira de Futuros (BBF), Presidente da APIMEC Nacional e regional e, em cinco gestões, Conselheiro da BVRJ e da BM&F, além de ex-membro titular do Conselho Fiscal da Souza Cruz. Atua como Palestrante em diversos Congressos ligados ao Mercado de Capitais e finanças pessoais, além de desenvolver palestras em universidades e empresas sobre temas ligados a este mercado. Mantém coluna regular em veículos da área econômica e, em sites de educação financeira, como Dinheirama e Infomoney. Neste último, participou de programa semanal interativo com fórum de mais de 400 pessoas logadas. Atualmente é colunista diário em duas edições da BandNews FM. Com mais de 40 anos de experiência no Mercado de Capitais, o Sr. Alvaro é graduado em Economia pela UFRJ e pós-graduado pela Coppe-UFRJ.

O Sr. Álvaro não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
William da Cruz Leal		Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2017	N/A

CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
	Engenheiro Mecânico	Membro suplente	28/04/2016	Não se aplica	N/A
Currículo					
<p>O Sr. Wiliam possui ampla experiência em Governança Corporativa, Sustentabilidade Empresarial, Enterprise Risk Management, Controles Internos, Tecnologia e Segurança da Informação. Desde 2011 é Sócio Administrador da Cruz Leal Gestão Empresarial Ltda., empresa de consultoria especializada em motivação, liderança, tecnologia, governança corporativa e sustentabilidade, com atuação em palestras, treinamentos e workshops para diversas empresas. É Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, desde 2009. Trabalhou na Tele Norte Leste Participações S.A., empresa do ramo de telecomunicações do Grupo Oi, de 2000 a 2009, tendo atuado como Gerente Executivo de Governança Corporativa, Gerente de Controles Internos e Orçamento e Gerente de Projetos Especiais e Auditoria de Sistemas. Anteriormente trabalhou no Banco do Brasil S.A., de 1975 a 2000, tendo atuado como Gerente Executivo de Mudanças e Analista Consultor de Informática. É formado em Engenharia Mecânica pela Fundação de Ensino Superior de Itaúna, Minas Gerais, 1980.</p>					

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham corrido após a posse no cargo.

Nome	Total de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração desde a posse	Percentual de Participação nas Reuniões
João Manuel Pisco de Castro (suplente)	7	0
Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres (suplente)	12	8%

Nome	Total de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal desde a posse	Percentual de Participação nas Reuniões
Allan Kardec de Melo Ferreira	6	100%

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não serão eleitos novos membros de comitês estatutários, nem tampouco de comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não estão sendo eleitos membros dos comitês existentes na Companhia.

12.9. Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau

a. administradores da Companhia

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	299.637.297-20	Subordinação	Controlada indireta	Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A	02.107.946/0001-87	Presidente do Conselho de Administração

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

ANEXO V

ITEM 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês de Governança Corporativa e Finanças, de Riscos e Contingências, de Engenharia, Tecnologia e Redes e de Gente, Nomeações e, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração praticada pela Companhia tem como objetivos:

- atrair, reter e incentivar a alta performance de seus executivos para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia;
- fornecer níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelos mercados selecionados;
- alinhar aos interesses de curto, médio e longo prazo dos acionistas da Companhia; e
- ser simples, transparente e de fácil entendimento aos acionistas.

Conselho de Administração, Conselho Fiscal, comitês de Governança Corporativa e Finanças, de Riscos e Contingências, de Engenharia Tecnologia e Redes e de Gente, Nomeações e Remuneração

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do Conselho de Administração e respectivos comitês, bem como aos membros do Conselho Fiscal.

O modelo de governança da Companhia e de suas controladas prevê um Conselho de Administração com atuação forte e alinhada aos interesses dos acionistas no curto, médio e longo prazo, e aportam valor à empresa pela combinação das diferentes expertises, experiências e foco de atuação.

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos comitês e do Conselho Fiscal representam os interesses dos acionistas da Companhia e são profissionais diferenciados nos seus respectivos campos de atuação. Em função desta qualificação recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A Companhia aplica a mesma filosofia e estratégia de remuneração para Diretores Estatutários e Não Estatutários, que é oferecer uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante, gerando uma oportunidade de ganho total diferenciada em função dos resultados do negócio no curto e longo prazo e do desempenho individual dos executivos, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e incentivar a alta performance dos executivos, alinhando seus interesses aos dos acionistas.

Para atingir este objetivo, a Companhia adota uma abordagem segmentada por níveis organizacionais, definindo uma estratégia específica para cada linha de remuneração, de forma a equilibrar o impacto de cada elemento de remuneração às práticas de mercado e objetivos do negócio, garantindo a competitividade da remuneração total frente ao mercado.

A remuneração praticada para Diretores Estatutários e Não Estatutários é composta pela parcela de remuneração fixa (salário/pró-labore e benefícios) e remuneração variável (incentivo de curto e de longo prazo), conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração.

b. Composição da remuneração

A política de remuneração da Companhia segue a mesma filosofia para todas as suas controladas e prevê a mesma composição para todas elas.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remuneração Fixa

Pró-Labore: a remuneração do Conselho de Administração é composta, exclusivamente, por remuneração fixa mensal (honorários). A remuneração tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo, bem como o desempenho do ocupante na função, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. A remuneração segue como parâmetros os valores praticados no mercado para empresas de porte e estrutura de capital similares, alinhados à estratégia de Remuneração da Companhia, além de considerar o tempo de dedicação ao respectivo órgão da administração.

Participação em Comitês: os membros do Conselho de Administração que compõe os comitês da Companhia recebem um valor fixo mensal (honorários), com o objetivo de remunerar as atividades relacionadas ao referido comitê. Este valor fixo mensal remunera as responsabilidades adicionais dos membros dos comitês dentro do escopo de responsabilidade atribuído aos membros, seguindo como parâmetros os valores praticas no mercado para empresas de porte e estrutura de capital similares, alinhados à estratégia de Remuneração da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

CONSELHO FISCAL

Remuneração Fixa

Pró-Labore: a remuneração do Conselho Fiscal é composta, exclusivamente, por remuneração fixa mensal (honorários). A remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. Os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude da ausência do respectivo membro titular. A determinação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal é realizada em função do percentual da remuneração média atribuída aos Diretores Estatutários. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

Remuneração Fixa

Salário: tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo, bem como o desempenho do ocupante na função, dentro do escopo de responsabilidade atribuído.

A estratégia da Companhia consiste em posicionar o salário base dos executivos em linha com a mediana do mercado de forma a equilibrar os custos fixos e garantir a competitividade para esta parcela de remuneração.

A Companhia utiliza a metodologia Hay de avaliação de cargos como ferramenta para estabelecer tanto o equilíbrio interno, definindo níveis que agrupam funções de porte, complexidade e impacto no negócio similares, quanto para estabelecer parâmetros precisos de comparação com o mercado.

As faixas salariais são definidas em função das referências de mercado com amplitudes (mínimas e máximas) que permitem reconhecer o desempenho dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

Benefícios diretos e indiretos: a Companhia tem uma política de benefícios compatível com as práticas de mercado, que visa oferecer aos seus empregados programas de assistência médica, assistência odontológica, auxílio farmácia, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, plano de previdência privada entre outros, que somados a remuneração fixa e variável tornam o pacote de remuneração competitivo e atraente no mercado.

Benefícios Pós-Emprego: A Companhia oferece a todos os seus empregados a possibilidade de participar do plano de previdência privada, sendo de livre-escolha do colaborador esta opção, visando aumentar a atratividade do seu pacote de remuneração.

Outros (INSS): Mensalmente a Companhia contribui para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atendendo a sua obrigatoriedade e resguardando seus empregados quanto à futura aposentadoria, necessidade de pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros.

Remuneração Variável

A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários e Não Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas:

Incentivos de Curto Prazo ("Bônus"): compreende a participação anual nos resultados da Companhia, definida por meio de indicadores e metas mensuráveis derivadas do plano de negócios e do orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. Tem como objetivo incentivar e premiar em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos, além de garantir competitividade com o mercado.

Além de reconhecer e premiar, o programa de incentivos de curto prazo funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados que assegurem a excelência da execução do plano de negócios.

O programa prevê que anualmente após a aprovação do plano de negócios, sejam definidos os indicadores chave de resultados, financeiros e/ou de excelência operacional, os quais serão mensurados para efeito de remuneração.

A estratégia da Companhia é posicionar a oportunidade de ganho do programa no terceiro quartil de mercado para resultados em linha com o plano de negócios, podendo gerar uma oportunidade de ganho superior em função de resultados superiores do negócio e do desempenho individual dos executivos.

Os níveis de premiação alvo para resultados esperados, bem como os máximos, são definidos por nível organizacional em função dos valores e mix de remuneração praticados pelo mercado.

Incentivos de Longo Prazo ("Remuneração Baseada em Ações"):

O Programa de Incentivo de Longo Prazo (2015-17), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13/03/2015, busca um maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio. O Programa consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista, como consequência do cumprimento de metas estipuladas para os anos de 2015 a 2017. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Informamos ainda que os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na remuneração total dos administradores da Companhia para os períodos nela indicados:

<i>(em percentagem)</i>	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária
	2015			
Remuneração fixa	100,00	100,00	70,31	55,01
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	29,69	44,99
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	0,00	0,00

	2014			
Remuneração fixa	100,00	100,00	29,78	53,15
Remuneração Variável - Bônus	0,00	0,00	70,22	46,85
Remuneração Variável - ILP	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013			
Remuneração fixa	100,00	100,00	100,00	100,00
Remuneração Variável - Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável - ILP	0,00	0,00	0,00	0,00

Considerando como Remuneração Fixa (Salário/Pró-Labore, benefício direto e indireto, benefício pós-emprego e outros (INSS)).

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

A política de remuneração prevê a seguinte metodologia de cálculo para:

Remuneração fixa: para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa é calculada a partir do valor do salário mensal x 13,33 que considera como remuneração fixa o 13º salário e o 1/3 de adicional de férias. Para os Conselhos de Administração e Fiscal, é calculada a partir do honorário x 12. A remuneração fixa poderá ser ajustada de acordo com o resultado das pesquisas salariais realizadas, sem possuir obrigatoriedade, regra específica ou percentual fixos, porém objetivando manter a estratégia de competitividade da Cia.

Remuneração variável: A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários e Não Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração. Destaca-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem exclusivamente remuneração fixa.

Incentivos de Curto Prazo ("Bônus"): a parcela do Bônus é calculada a partir do alvo de remuneração variável (bônus target), que representa o valor pago no caso de resultados 100% em linha com as metas definidas para o ano. São considerados indicadores de desempenho financeiros e de qualidade, como Receita, Despesa, Qualidade dos serviços prestados, entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Incentivos de Longo Prazo ("Remuneração Baseada em Ações"): A parcela do Incentivo de Longo Prazo 2015-2017 é calculada com base no valor do Bônus Executivo *target* ao qual o Beneficiário for elegível na data de assinatura do respectivo contrato e o prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia e o cumprimento de metas estratégicas corporativas estabelecidas ao longo do período de vigência.

Benefícios Diretos e Indiretos: Considera todo o pacote de benefícios, sendo sua metodologia de cálculo e critérios de reajuste orientados conforme aprovação anual em acordo coletivo. Maior detalhamento dos benefícios oferecidos pode ser consultado no quadro 14.3 (b).

Benefícios Pós-Emprego: Mensalmente a Companhia contribui com valor equivalente ao contribuído pelo empregado ao plano de previdência privada, além de pagar integralmente as taxas de administração e seguro definidas pelo plano. O plano não prevê reajustes ao longo de sua vigência.

Outros (INSS): A parcela de INSS é calculada em função da remuneração recebida pelo colaborador. Nesta parcela estão inclusas as demais obrigações como SAT-Seguro de Acidente ao Trabalho, Incra e Sebrae conforme estabelecido pelo Instituto Nacional de Seguro Social. Não existe regra de reajuste interno, seguindo apenas as normas e regras estabelecidas pelo Governo Federal.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração fixa e variável é definida em função das referências de mercado que permitem reconhecer a senioridade dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

A Companhia utiliza pesquisas de remuneração executiva realizadas periodicamente por consultorias independentes para determinação dos níveis de competitividade para as diversas componentes de remuneração (salários, benefícios, incentivos de curto prazo e longo prazo).

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração ligados ao BNDES renunciam à remuneração, em decorrência do Disposto na Resolução BNDES nº 1023/2002, com a redação dada pela Resolução nº 1050/2003, a qual dispõe, in verbis: "*Aos indicados do Banco para colegiados é proibida sob qualquer hipótese, a percepção de remuneração ou vantagem pelo exercício de representação em qualquer colegiado de Entidades e Empresas, cumprindo-lhe fazer constar, na Ata da primeira reunião, em que tomar parte como representante do Sistema BNDES, na condição de titular ou suplente, tal vedação.*"

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. Já os Diretores Estatutários ou não Estatutários, são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores de desempenho, conforme descrito abaixo.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus)

Os principais indicadores que são levados em consideração na determinação dos incentivos de curto prazo são indicadores financeiros e de desempenho, como Receita, Despesas, Qualidade dos serviços prestados, entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações)

O Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13/03/2015 busca um maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio. Este novo plano considera como indicadores de desempenho os mesmos indicadores que compõe o Bônus Executivo Anual para o período de 2015 a 2017, além da valorização do preço das ações da Companhia no mercado.

Não existem indicadores de desempenho vinculados para a determinação do salário base, benefícios e qualquer outra componente de remuneração.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. Já os Diretores, são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores de desempenho, conforme descrito abaixo.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus): tem como objetivo incentivar e premiar, em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos. O programa de incentivos de curto prazo (ICP) funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados (KPIs) que irão garantir a excelência da execução do plano de negócios.

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações): tem como objetivo estimular o atendimento às metas Corporativas de médio e longo prazo, proporcionando aos executivos uma participação no desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com aqueles dos acionistas. Além disto, o programa de Longo Prazo possibilita à Companhia atrair e reter profissionais de primeira linha, oferecendo-lhes a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Companhia oferece uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante. A oportunidade de ganho total diferenciada ocorre em função dos resultados do negócio no curto, médio e longo prazo e do desempenho individual dos executivos nesses resultados, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e motivar os executivos, alinhando os seus interesses aos dos acionistas.

Nesse sentido, a remuneração variável de incentivo de curto prazo alinha-se aos interesses da Companhia de curto prazo enquanto a remuneração variável de longo prazo está alinhada aos interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não existem parcelas de remuneração recebidas por administradores e demais pessoas citadas no caput item "13.1" deste Formulário de Referência em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos, não obstante as parcelas de remuneração não relacionadas ao cargo no emissor conforme detalhamento do quadro "13.15" deste Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente

Remuneração total prevista para o Exercício Social Corrente - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	5,00	5,00	21,00
Nº membros remunerados	11,00	5,00	5,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.536.956	12.665.220	1.024.392	19.226.568,00
Benefícios direto e indireto		1.115.369		1.115.368,80
Participações em comitês	3.620.040			3.620.040,00
Outros		4.332.867		4.332.866,73
Remuneração variável				
Bônus		19.830.000		19.830.000,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		682.712		682.711,67
Cessação do cargo Baseada em ações		3.265.861		3.265.861,11
Total da remuneração	9.156.996,00	41.892.028,31	1.024.392,00	52.073.416,31
Observação: Dados informados conforme política de Remuneração prevista para 2016.				

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

Nº total de membros	13,67	4,33	4,00	22,00
Nº membros remunerados	12,67	4,33	4,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.032.997,39	8.654.794,99	465.600,00	15.153.392,38
Benefícios direto e indireto		942.974,69		942.974,69
Participações em comitês	1.021.676			1.021.676,00
Outros		2.960.870,26		2.960.870,26
Remuneração variável				
Bônus		5.459.745,50		5.459.745,50
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		367.839,47		367.839,47
Cessação do cargo Baseada em ações				
Total da remuneração	7.054.673,39	18.386.224,91	465.600,00	25.906.498,30
Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	15,33	3,42	4,33	23,08
Nº membros	14,33	3,42	4,33	22,08

remunerados				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.113.386,66	4.759.638,89	421.200,00	11.294.225,55
Benefícios direto e indireto		246.005,22		246.005,22
Participações em comitês				0,00
Outros		643.065,69		643.065,69
Remuneração variável				
Bônus		13.549.397,00		13.549.397,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		97.984,84		97.984,84
Cessação do cargo Baseada em ações				
Total da remuneração	6.113.386,66	19.296.091,64	421.200,00	25.830.678,30
Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	16,00	5,83	4,83	26,67
Nº membros remunerados	15,00	5,83	4,83	25,67

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.785.587,12	7.986.393,13	439.000,00	13.210.980,25
Benefícios direto e indireto		567.240,69		567.240,69
Participações em comitês				0,00
Outros		1.487.605,14		1.487.605,14
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		164.516,14		164.516,14
Cessação do cargo Baseada em ações				
Total da remuneração	4.785.587,12	10.205.755,10	439.000,00	15.430.342,22
Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM	

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente

Exercício Social Corrente

<u>Conselho de</u>	<u>Diretoria</u>	<u>Conselho</u>	<u>Total</u>
--------------------	------------------	-----------------	--------------

	Administração		Fiscal	
Número Total de Membros	11,00	5,00	5,00	21,00
Número de Membros Remunerados	11,00	5,00	5,00	21,00
Em relação ao Bônus:				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	39.660.000,00	-	39.660.000,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	19.830.000,00	-	19.830.000,00
Em relação à Participação nos Resultados				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	13,67	4,33	4,00	22,00
Número de Membros Remunerados	12,67	4,33	4,00	21,00
Em relação ao Bônus:				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00

<i>Valor máximo previsto</i>	-	39.960.000,00	-	39.960.000,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	19.980.000,00	-	19.980.000,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	5.459.745,50	-	5.459.745,50
Em relação à Participação nos Resultados	-		-	
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	15,33	3,42	4,33	23,08
Número de Membros Remunerados	14,33	3,42	4,33	22,08
Em relação ao Bônus:				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	18.301.386,24	-	18.301.386,24

<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	9.150.693,12	-	9.150.693,12
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	13.549.397,00	-	13.549.397,00
Em relação à Participação nos Resultados	-		-	
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	16,00	5,83	4,83	26,67
Número de Membros Remunerados	15,00	5,83	4,83	25,67
Em relação ao Bônus:				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	18.745.656,00	-	18.745.656,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	9.372.828,00	-	9.372.828,00

	<i>atingidas</i>			
	<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	0,00	-
				0,00
Em relação à Participação nos Resultados				
	<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-
	<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-
	<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-
	<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	0,00	-
				0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e prevista para o exercício social corrente

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente informamos que o Programa de Bônus de Longo Prazo 2012-2015 foi substituído pelo Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, sem a incidência de qualquer tipo de pagamento, não havendo nenhum diretor estatutário elegível ao Programa de Bônus de Longo Prazo 2012-2015.

Todos os Diretores Estatutários participam do Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, enquanto os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a tal Programa.

a) Termos e condições gerais

O Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13/03/2015, consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista, como consequência do cumprimento de metas estipuladas para os anos de 2015 a 2017. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia,

dentre outros fatores. Neste programa, o beneficiário não faz jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

O programa tem caráter de longo prazo e está baseado no conceito de que o resultado de longo prazo é alcançado através da execução das metas anuais de forma consistente e sustentável.

O programa considera a cotação das ações da Companhia e tem como referência a média das 30 últimas cotações da ação anteriores ao lançamento do Programa (30/03/2015). Ao participar do Programa de Incentivo de Longo Prazo, os diretores estatutários, serão elegíveis por um período de 3 (três) anos (2015, 2016 e 2017) aos pagamentos correspondentes a uma "Quantidade de Ações de Referência". Tal "Quantidade de Ações de Referência" é dividida, em 3 (três) lotes iguais, anualmente convertidos em dinheiro com base na cotação das ações da Companhia a Preço de Mercado. A "Quantidade de Ações de Referência" é calculada com base no valor do Bônus Executivo target ao qual o Beneficiário for elegível na data de assinatura do respectivo contrato, de acordo com a fórmula:

$$\text{Quantidade de Ações de Referência} = \frac{N \times \text{valor do bônus target anual}}{\text{Preço da Ação}}$$

Onde o Preço da Ação tem como referência a média das 30 últimas cotações da ação da Companhia anteriores a 30/03/2015 (data de lançamento do Programa).

O direito do beneficiário ao recebimento de cada um dos lotes anuais do Programa de Incentivo de Longo Prazo está condicionado ao atingimento das metas corporativas do Incentivo de Curto Prazo da Companhia ("Bônus"). As metas corporativas são definidas anualmente pelo Conselho de Administração, no âmbito do Programa de Bônus Executivo, alinhados ao desdobramento do Plano de Negócios.

Ajustamentos

Embora o beneficiário não faça jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários, o plano prevê que os eventuais ganhos auferidos por um acionista ao longo do período de apuração (2015-2017) sejam incorporados ao plano, buscando maior alinhamento dos interesses do management com os interesses dos acionistas. Desta forma, o valor equivalente à distribuição de resultados aos acionistas (dividendos, bonificações, juros sobre capital próprio ("JCP") ou qualquer pagamento equivalente aos mesmos), será convertido em uma quantidade adicional de Ações de Referência, reservados para cada participante, tomando-se por base o preço da ação na data de aprovação da referida distribuição pelo órgão societário competente. No mesmo sentido, haverá ajustamento em caso de alteração no número de ações em que se divide o capital social da Companhia por força de grupamento, desdobramento ou bonificações de ações, na proporção de tal alteração.

b) Principais objetivos do plano

O Programa de Incentivo de Longo Prazo tem o objetivo de promover alto engajamento de seus executivos e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas, garantindo ainda o alinhamento e a permanência dos mesmos no médio e longo prazo.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Programa de Incentivo de Longo Prazo estimula o atingimento das metas estratégicas dos anos 2015-2017, além da valorização das ações da Companhia. Desta forma, o Programa promove o engajamento e comprometimento de seus executivos a curto, médio e longo prazo, propiciando aos beneficiários uma participação no desenvolvimento da Companhia e a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Programa de Incentivo de Longo Prazo é parte de um conjunto de instrumentos de remuneração, retenção e alinhamento dos Executivos da Companhia. Este plano é classificado como um incentivo de longo prazo, parte integrante da remuneração variável dos Executivos, pois o pagamento da bonificação aos beneficiários está vinculado à valorização da ação durante o período de vigência do programa (2015-2017).

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Programa de Incentivo de Longo Prazo incorpora o fator de desempenho da Companhia através do cumprimento das metas estratégicas da Companhia de curto prazo, além de considerar a valorização das ações da Companhia ao longo do período de vigência do Programa (2015-2017). Desta forma, o plano alinha os interesses dos administradores e os interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos, oferecendo aos beneficiários a oportunidade de serem recompensados através da geração de valor para os acionistas.

f) Número máximo de ações abrangidas

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

h) Condições de aquisições de ações

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

k) Forma de liquidação

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

l) Restrições à transferência das ações

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nos termos do item (a), o plano deverá ser ajustado na hipótese de eventual alteração no número de ações em que se divide o capital social da Companhia por força de grupamento, desdobramento ou bonificações de ações, na proporção de tal alteração. O plano também poderá ser ajustado no caso de (i) distribuição de dividendos ou outros proventos equivalentes; e (ii) operações de reestruturação societária envolvendo a Companhia, inclusive, mas não limitado a, fusão, cisão, incorporação e/ou incorporação de ações.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O beneficiário deverá permanecer no pleno exercício de suas funções, de maneira ininterrupta, até o dia 31 de dezembro de 2017.

Caso o beneficiário por interesse próprio venha a se desligar dos quadros de empregados da Companhia por sua iniciativa, ou no caso do beneficiário ser demitido pela Companhia por justa causa, não será devido o pagamento do eventual saldo relativo a parcelas anuais a que o beneficiário ainda não faça jus, mesmo que *pro rata* mês.

Caso o beneficiário venha a ser desligado por iniciativa da Companhia, antes de 31 de dezembro de 2017, será devido o pagamento do eventual saldo do período trabalhado, *pro rata* mês.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente

A maioria das informações da tabela abaixo não são aplicáveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, descrito detalhadamente no item 13.4, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários. O Programa considera a cotação das ações da Companhia, dentre outros fatores, para definir o prêmio bruto em dinheiro a ser pago a título de incentivo de longo prazo aos diretores estatutários.

Remuneração baseada em ações prevista para o Exercício Social Corrente - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0,00	5,00	5,00
Nº membros remunerados	0,00	5,00	5,00
Preço médio ponderado de exercício:			
das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
das opções expiradas durante o	-	-	-

exercício social

Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

- - -

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0,00	0,00	0,00
Nº membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:			
das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0,00	0,00	0,00
Nº membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de			

exercício:			
das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0,00	0,00	0,00
Nº membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:			
das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

Ressalta-se que a maioria das informações da tabela abaixo não são aplicáveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, descrito detalhadamente no item 13.4, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários. O Programa considera a cotação das ações da Companhia, dentre outros fatores, para definir o prêmio bruto em dinheiro a ser pago a título de incentivo de longo prazo aos diretores estatutários.

Exercício Social Corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	30/03/15	30/03/15
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	9.480.000,00	9.480.000,00

Exercício Social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	-	-

Exercício Social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	-	-

Exercício Social encerrado em 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	-	-

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não há opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não foram exercidas opções e não houve a entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo 2012-2015. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica. Não foram exercidas opções e não houve a entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo 2012-2015. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal somente detêm ações em relação à Companhia, não possuindo participações acionárias nas controladas.

Ações emitidas pela Companhia – 31 de dezembro de 2015

Acionistas	ON	PN
-------------------	-----------	-----------

Conselho de Administração	3.524	8
Diretoria Estatutária	1.446	19
Conselho Fiscal	1.600	4.000
Total	6.570	4.027

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia é patrocinadora dos planos de previdência Fundador/Alternativo, BRTPREV e TCSPREV. No entanto, nenhum dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal pertencem aos referidos planos e os mesmos estão fechados para novas adesões desde 31 de dezembro de 2009.

As informações apresentadas no quadro abaixo e no item 13.2 deste Formulário de Referência referem-se ao plano de previdência TelemarPrev patrocinado pela Companhia em conjunto com a Oi Móvel S.A. e a Telemar Norte Leste S.A., conforme seção 14 deste Formulário de Referência.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	4
Nº de membros remunerados	0	4
Nome do Plano	-	TelemarPrev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	1
Condições para se aposentar antecipadamente	-	50 anos de idade e 5 anos de Vinculação ao Plano de Benefícios

Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 2.154.542,62
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 367.839,47
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	De acordo com o Tempo de Vinculação ao Plano de Benefícios. Máximo de 80% das contribuições efetuadas pela Patrocinadora

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A eficácia do presente item encontra-se suspensa em relação aos associados do IBEF, em razão de sentença proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da ação ordinária nº 0002888-21.2010.4.02.5101, ajuizada pelo próprio IBEF.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há qualquer remuneração baseada em contratos para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	2015	2014	2013
Conselho de Administração	71,65%	94,35%	95,38%
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	40,21%
Conselho Fiscal	0,00%	40,00%	39,77%

13.14 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, informar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-

Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
-------------------------------	---	---	---	---

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.117.833	-	-	2.117.833
Controladas da Companhia				
Sociedades sob controle comum				

13.16 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".